

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA - PRIMEIRO REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E VINTE E CINCO**-----

----- Aos primeiros vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Luis Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias

Pereira Gonçalves, Ana Carolina Domingos Ambrósio, José Vitor dos Reis, Igor Boal Roçadas, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Paula da Silva Viseu, Rosa Lourenço, Maria João Bernardino Correia, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Fernando Gonçalves, Luis Cavaco, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Paulo Manuel Bernardes Moreira e Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- Faltou à reunião a seguinte Deputada Municipal:-----

----- Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luis Cavaco.-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vitor Reis.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Batista Fernandes.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Oliveira Gonçalves.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, João Afonso, Jorge Máximo, Carlos Castro, Paula Marques, Catarina Albergaria e Manuel Salgado.

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, Alexandra Duarte e João Gonçalves Pereira. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, Rui Paulo Figueiredo** declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção inicial:-----

----- “Vamos dar início à nossa sessão. Já temos quórum na sala.-----

----- Queria cumprimentar todos. -----

----- Também agradecia aos representantes da Câmara Municipal Lisboa que tomassem os seus lugares. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, a Mesa regista vários pedidos quanto à hora de encerramento desta Sessão, e portanto se temos vários pedidos dos Senhores Deputados seria útil que colaborassem no início. -----

----- Nós vamos começar pela intervenção do público. -----

----- Depois temos um voto de pesar que é o voto nº 3/125, apresentado pelo Partido Comunista Português, pelo falecimento de Maria Eugénia Varela Gomes.-----

----- Temos aqui a votação de alguns excertos que carecem de ligeiras correções que a devido tempo darei nota à Assembleia, pela leitura do expediente, do PAOD e depois entraremos no Período da Ordem do Dia. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal está a caminho e, portanto, assumirá a presidência quando se juntar a nós, mas pediu-me a mim e à Margarida para darmos início à sessão.-----

----- Como já temos grupos municipais que fizeram inscrições para a Mesa para o período antes da Ordem do Dia, também até para alguns pontos do PAOD e, portanto, os representantes dos grupos municipais podem ir utilizando os meios habituais para fazer as inscrições. -----

----- Temos uma intervenção do público, é o Senhor Jaime Henrique Cardoso da Silva, tem para nos apresentar um assunto que já é recorrente habitual, infelizmente, nas sessões desta Assembleia Municipal, e um assunto que tem a ver com a habitação social, já tem processo na Câmara Municipal de Lisboa, já tem vários documentos também que constam do dossier na posse da Assembleia Municipal de Lisboa, tem um agregado familiar composto por 4 pessoas, 2 filhos menores, um deles com problemas de saúde e, portanto, eu chamava o Senhor Jaime Henrique Cardoso da Silva. Com o auxílio dos serviços. -----

----- Tem a palavra, tem 3 minutos, sendo que aproveito já para o informar, embora pense que tenha conhecimento, que esta é uma matéria que a assembleia dá especial atenção, nomeadamente até a sua Presidente e, por isso há um grupo de trabalho dedicado a acompanhar todos os assuntos que são aqui colocados pelos munícipes e, portanto, toda a informação que tiver e toda a documentação, será encaminhada para

esse grupo de trabalho, que se debruçará exaustivamente sobre a situação que aqui nos convocar, tem a palavra. Muito obrigado.” -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Jaime Henrique Cardoso da Silva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- *Eu venho, aqui, recorrer com uma situação um bocado triste. -----*

----- *Eu, em 2014, estava a morar na Rua Professor Arsénio Nunes, no lote 15, e estava a tomar conta da Senhora Narcisa, eu mais a minha esposa, e fomos despejados. Não arrombámos a casa, foi porque estávamos a tomar conta da Senhora já há algum tempo. -----*

----- *Infelizmente, fomos despejados e saímos, eu consegui arranjar trabalho e aluguei uma casa mas, neste momento, estou desempregado e não consigo suportar as despesas. Ganho quatrocentos euros, tenho uma renda de trezentos e sessenta euros, tenho um filho que faz fisioterapia pois tem problemas de desenvolvimento, e eu preciso da vossa ajuda. -----*

----- *Tenho, aqui, uns documentos que vou entregar com os papéis do filho da Senhora, também, e do médico do meu filho, para verem que o que eu disse é a sério.” -----*

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Certamente, que estes documentos serão encaminhados para o grupo de trabalho, na Assembleia Municipal, que é liderado pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Graça e que, depois, este caso terá o necessário seguimento por parte da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- É a única inscrição que nós temos, do público.... -----

----- Deu entrada um voto de pesar, como há pouco já disse, pelo falecimento de Maria Eugénia Varela Gomes, foi apresentado pelo Partido Comunista Português e, portanto, vou pedir à Deputada Margarida Saavedra para passar à leitura desse voto. ---

----- Agradecia o silêncio das Senhoras e Senhores Deputados e mais uma vez, apelava a que se sentassem e os Senhores Assessores também se entrassem nos seus lugares habituais.” -----

----- **Voto de Pesar nº 3/125 – Pelo Falecimento de Maria Eugénia Varela Gomes:** -

----- *“Faleceu no passado dia 20 de Novembro, aos 90 anos, Maria Eugénia Varela Gomes, militante antifascista, com uma vida dedicada à luta contra a ditadura, pela liberdade, contra a exploração capitalista, pela democracia e pela paz. -----*

----- *Maria Eugénia de Bilnstein Sequeira Varela Gomes nasceu a 18 de Dezembro, em Évora, em 1925, numa família conservadora. Teve educação católica, no Colégio do Sagrado Coração de Jesus e frequentou o Instituto de Serviço Social. -----*

----- *Os seus primeiros contactos com um ambiente operário fizeram-se na sua qualidade de assistente social. As suas primeiras experiências com a luta política estiveram relacionadas com o processo de ostracização do padre Abel Varzim, que*

começara por ser um partidário da ditadura, eleito para a Assembleia Nacional, e que depois se tornara cada vez mais incómodo, devido ao seu empenhamento no combate à pobreza. -----

----- Maria Eugénia prosseguiu o seu processo de empenhamento político, envolveu-se em 1958 na campanha eleitoral de Humberto Delgado e, depois, muito diretamente nos preparativos da Revolta da Sé, pelo qual foi investigada mas sem chegar a ser detida. Tinha entretanto casado com o Capitão João Varela Gomes, que viria a ser o pai dos seus dois filhos e duas filhas. -----

----- Em 1961, voltou a participar intensamente na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, em que Capitão João Varela Gomes foi o único militar no ativo candidato pela oposição, e também o mais popular tribuno da resistência. -----

----- Em 1962 é presa em Lisboa pela PIDE, após o assalto ao quartel de Beja que foi liderado pelo seu marido, e foi interrogada e submetida a prolongada tortura do sono, tendo enfrentado com coragem os seus torturadores. Por falta de provas e de confissões, foi libertada antes do julgamento, após dois anos e meio de prisão sem culpa formada. O julgamento viria a realizar-se em 1964. -----

----- Ainda durante o tempo de prisão do marido, e já depois da sua libertação, tornou-se uma das grandes militantes da CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos). Nessa qualidade, estabeleceu uma estreita colaboração com a Amnistia Internacional. -----

----- Maria Eugénia Varela Gomes deixa-nos o seu exemplo de verticalidade e firmeza de carácter, o amor aos outros, o interesse pelo ser humano, contra a exploração e contra a desigualdade. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 22 de Novembro de 2016, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Eugénia Varela Gomes, guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Comunista Português, António Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 3/125** pelo falecimento de Maria Eugénia Varela Gomes. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e PNP. O **Voto de Pesar nº 3/125** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- (o BE subscreve este Voto de Pesar) -----

----- (o Grupo Municipal do MPT e os Deputados Municipais Independentes estavam ausentes e não participaram nesta votação). -----

----- E agora vamos fazer um minuto de silêncio... -----

----- Muito obrigado Senhoras e Senhores Deputados.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós temos na ordem de trabalhos que lhes foi distribuída, em seguimento deste Período de Antes da Ordem do Dia, a apreciação de alguns excertos de gravação da Reunião, que está identificada na Ordem de Trabalhos como a Reunião nº 121, isso foi por lapso e, portanto, nós o que vamos votar são excertos relativos à Reunião nº120 e, portanto, é isso que fica aqui registado na Ata.-----

----- Temos aqui identificados esses excertos da Reunião nº 120, temos também da Reunião nº124 e da Ata nº122.-----

----- Da Ata nº 122 para vos dar nota que foi também um lapso, porque este excerto já foi aprovado em ata, em 15 de Novembro e, portanto, o que nós temos para votar é a Reunião nº120, e o excerto da Reunião nº124.-----

----- Dar-vos também conta no que concerne à Reunião nº124 que já deram entrada, não tinham sido distribuídos numa 1ª versão, mas deram entrada todas as declarações individuais dos Senhores Deputados do Partido Social Democrata, que fizeram referência que as iam apresentar e, portanto, o que vamos considerar para a votação neste excerto da Ata nº124, incluem todos os excertos referidos e todas as declarações de voto individuais e, portanto, passemos às votações com as devidas correções face ao que está na Ordem de Trabalhos,-----

----- Vamos passar à votação deste **excerto gravação da Reunião nº120**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e PNP. O **excerto gravação da Reunião nº120** foi aprovado **por unanimidade**.”-----

----- (Os Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata respeita não participaram na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto no nº3 do artº34 do CPA)-----

----- (o Grupo Municipal do MPT e os Deputados Municipais Independentes estavam ausentes e não participaram nesta votação).-----

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos passar à votação deste **excerto gravação da Reunião nº124**. Com a nota que já referi de incluir todas as declarações do voto individuais que tinham sido sinalizadas como sendo apresentadas. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e PNP. O **excerto gravação da Reunião nº124** foi aprovado **por unanimidade**.”-----

----- (Os Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata respeita não participaram na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto no nº3 do artº34 do CPA)-----

----- (o Grupo Municipal do MPT e os Deputados Municipais Independentes estavam ausentes e não participaram nesta votação).-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação dos excertos das Atas 120 e 124, os

Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes nas reuniões a que as mesmas respeitam.-----

----- Excerto da Ata n.º 120, Quarta Sessão Ordinária – Segunda Reunião, realizada em 18 de Outubro de 2016, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Nuno Pintão (PS), Pedro Cegonho (PS), Susana Guimarães (PS), Luís Cavaco (PS), Tiago Teixeira (PSD), Ana Carolina Ambrósio (PCP), José Vitor Reis (PCP), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Ana Regedor (IND) e Floresbela Pinto (IND) ----

----- Excerto da Ata n.º 124, Sessão Extraordinária, realizada em 15 de novembro de 2016, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Luis Cavaco (PS), Inês Drummond (PS), Rute Lima de Jesus (PS), Igor Roçadas (PS), Ana Paula Viseu (PS), Maria João Correia (PS), Tiago Teixeira (PSD), Sérgio Azevedo (PSD), Ana Carolina Ambrósio (PCP), José Vitor Reis (PCP), Ricardo Robles (BE), Maria Luisa Aldim (CDS-PP) e Fernando Gonçalves (IND)-----

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- E mais uma vez fazia referência aos Assessores nos diferentes Grupos e aqui aos serviços que, em votações não é para estarem a circular pela sala, como se tem estado a verificar até agora, quando passarmos às votações, não iremos permitir isso.-----

----- Ao nível da leitura do expediente também, de um modo sintético, referir que recebemos expediente do Grupo Parlamentar do PCP e do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista, Os Verdes.-----

----- O Partido Comunista Português dá-nos nota de declarações políticas referentes à situação das empresas de transportes públicos.-----

----- O Partido Ecologista, Os Verdes, dá-nos nota de agendamento de iniciativas legislativas referentes aos terrenos baldios, respostas do Ministério do Ambiente relativas a avarias e reclamações constantes nos equipamentos e serviços do Metropolitano de Lisboa, perguntas ao Governo através do Ministério do Ambiente sobre a supressão de ligações fluviais entre o Barreiro e Lisboa, e sobre a contaminação de solos no Parque das Nações, em Lisboa. -----

----- A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria deu-nos conta das deliberações tomadas relativas às medidas de simplificação do processo de apresentação e análise das candidaturas de investimento, de âmbito Municipal relativas ao modelo de operacionalização do acelerador de investimento Municipal, ----

----- A Missão Diplomática da Palestina deu-nos conta, de um artigo publicado no jornal ‘PÚBLICO’ pelo seu Embaixador. -----

----- A Direção Municipal de Mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Lisboa enviou-nos documentação relativa à implementação de zonas de estacionamento de duração limitada.-----

----- O Vereador Manuel Salgado, através do seu Gabinete deu-nos conhecimento de uma resposta ao *email* do Fórum Cidadania Lisboa, relativo ao pedido de não demolição do interior do edifício do Centro Comercial Palladium, sito na Avenida da Liberdade.-----

----- As Assembleias Municipais de Sesimbra, Bragança e Odivelas, deram-nos nota de Moções Editais referentes aos seus trabalhos. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvor e a Assembleia de Freguesia de Marvila deram-nos também conta de Moções aprovadas nas suas reuniões.-----

----- A Área Metropolitana de Lisboa enviou-nos ofícios circulares com minutas das atas lavradas nas reuniões de Setembro e Outubro, enviou-nos também e-mails relativos às reuniões do Conselho Metropolitano de Lisboa, onde foram abordadas diversas matérias referentes ao processo de Descentralização Administrativa Autárquica e Metropolitana.-----

----- A Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, dando cumprimento à Recomendação nº 1/111 desta Assembleia Municipal prestou-nos informação sobre a construção do novo Hospital Pediátrico de Lisboa.-----

----- O Comité Paralímpico de Portugal acusa a receção e agradece os votos de louvor à missão portuguesa nos jogos Paralímpicos, Rio 2016, aprovados por esta Assembleia.-----

----- Temos um conjunto vasto de documentação apresentada por Associações, o Fórum Cidadania, envia-nos vário expediente dirigido a Direção-Geral do Património Cultural relativo a novas caixilharias colocadas na Avenida Almirante Reis, alterações em obras no edifício da Rua das Pedras Negras e a solicitar nomeação de uma equipa técnica especializada para o acompanhamento das obras de alterações e recuperação do Jardim Botânico de Lisboa.-----

----- Dirigido à Câmara Municipal de Lisboa, temos expediente da mesma entidade relativa o pré-anúncio de abate das colunas de iluminação na Avenida Guerra Junqueiro, ao impacto do Projeto do Museu Judaico, em Alfama, relativo à demolição moradia na Rua da Lapa, obras em curso na encostado miradouro da Igreja da Graça e defronte da Sé de Lisboa face às descobertas arqueológicas recentes nessas obras, ocupação ilegal das vias públicas, através da construção de esplanadas que violam, no entender do Fórum Cidadania, o regulamento geral que rege esta matéria, sobre a recuperação e abertura do Convento da Graça, sobre a falta de resposta e de medidas apropriadas relacionadas com um documento que produziram sobre o estado degradado da higiene na cidade de Lisboa, sobre o estado de desmazelo em que se encontra o Jardim do Torel. -----

----- Também recebemos documentação vasta da Federação Portuguesa do Táxi, aliás, a este propósito, a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, solicitou à 8ª comissão que proceda ao acompanhamento deste assunto e à audição da Federação Portuguesa do Táxi. -----

----- Temos também documentação da Plataforma em Defesa das Árvores dos Vizinhos do Areiro, movimento de cívico, e da Associação do Bairro da Madre de Deus.-----

----- Portanto, este é um conjunto vasto de documentação, que como sempre está disponível para consulta dos diferentes Grupos Municipais, sendo que muitas delas já foram enviadas. -----



----- Enquanto munícipes individuais, temos também expediente de João Barreta que enviou um artigo de opinião sobre a temática das lojas históricas.-----

----- Miguel Veloso aplaude um protesto do Fórum Cidadania sobre o financiamento um Museu Judaico. -----

----- Vítor Coelho da Silva enviou Propostas para a realização de um museu de cera com a História de Portugal no Pavilhão de Portugal do Arquiteto Siza Vieira, no Parque das Nações. -----

----- João Pimentel Ferreira solicita que não sejam projetadas nem construídas ciclovias na zona pedonal, e apresenta o que considera serem boas práticas para a construção de ciclovias.-----

----- Fernando Jorge tece considerações sobre a intervenção realizada pela Câmara Municipal na Rua da Escola do Exército, na Freguesia de Arroios devido ao abate das colunas de iluminação pública existentes naquele local desde 1888. -----

----- Portanto é tudo no que concerne ao expediente, e neste caso foi bastante, dar-vos conta, antes de darmos início às intervenções dos Grupos Municipais que, como todos os Deputados Municipais e todos os representantes dos Grupos receberam, a Moção nº6 tem uma nova versão. -----

----- Nesse sentido, ia passar a palavra à Senhora Segunda Secretária, a Deputada Municipal Margarida Saavedra que vai proceder à chamada daqueles que já estão inscritos para a intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Luís Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, e fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os Verdes’ apresentam hoje 3 recomendações. -----

----- Uma sobre as “Escolas de Jardinagem e Calceteiros” do Município de Lisboa, começando por saudar o seu 30º aniversário. Ambas têm em vista a formação profissional e, em particular, a sensibilização da área da jardinagem e a promoção do ofício da calçada artística portuguesa. -----

----- Perante a relevância em se preservar a disposição estética, cultural e turística, tanto dos espaços verdes, como da calçada portuguesa, propomos que a CML mantenha e desenvolva nas Escolas as disciplinas de formação e educação nas referidas áreas da jardinagem e da calçada portuguesa, de modo a, no futuro, se proceder à renovação de efetivos no mapa de pessoal da CML, incluindo-se uma palavra de apoio muito particular sobre uma eventual candidatura da Arte de calcetar a património mundial. -----

----- Um segundo documento sobre o “Castelo de São Jorge”, que se encontra classificado como Monumento Nacional desde 1910. Convém salientar que, há alguns anos, foi temporariamente criada uma área de estacionamento, no seu interior, até existirem alternativas. Acontece que o Município tem em obra vários percursos pedonais assistidos de acesso ao Castelo, a partir de uma oferta de parques dissuasores, e o Sr. Vereador do Urbanismo afirmou, há 15 dias, nesta AML, que a autarquia está a estudar, em simultâneo, a possibilidade de vedar o acesso de autocarros de grandes dimensões à zona do Castelo, tendo mesmo afirmado que o seu uso excessivo poderia constituir "grave prejuízo para a conservação do monumento”.

Porém, como muitas outras soluções provisórias, o imobilismo conduz a situações definitivas que, no caso presente, urge inverter.-----

----- E é neste contexto que propomos se procurem alternativas ao actual estacionamento no interior da área museológica e classificada do Castelo de São Jorge, aproveitando-se para, não apenas se requalificar arqueologicamente a área usada como parque, bem como tendo em vista a expansão do núcleo museológico e, possivelmente, uma nova zona para atividades culturais, lúdicas ou de apoio aos próprios visitantes do Castelo. -----

----- Finalmente, uma terceira sobre um “Jardim para a Urbanização de Alvalade”, para uma área que, desde há anos, se vem mantendo como expectante e utilizada para estacionamento em dias de futebol, impedindo, por vezes, os moradores dos edifícios circundantes de acederem às suas casas. A CML já apresentou um projeto urbanístico para o local, o qual contemplava um jardim com bancos, espaço pedonal e reordenamento do estacionamento, tendo os munícipes, na altura, indicado algumas sugestões. Mas como a obra tarda em arrancar, no dia do jogo entre o Sporting e o Porto a Polícia procurou encontrar alternativas para uso dos adeptos do clube visitante. Mas, já no recente encontro do Sporting com o Légio para as competições europeias, a situação voltou a repetir-se, cerceando a mobilidade dos residentes. -----

----- Como os moradores insistem na necessidade de se proceder aos arranjos exteriores, o que se requer é que se proceda à requalificação do atual terreno existente na urbanização, tendo em consideração as suas sugestões, acionando o Município a garantia bancária e concluindo os procedimentos de adjudicação desta empreitada. -----

----- Quanto aos documentos de outros Grupos Municipais, seria de estranhar que o CDS não voltasse a repetir as suas anteriores moções de 6/12/2010 ou de 25/11/2014. -

----- A reapresentação do tema do voto nº 1 constitui mais uma tentativa para reescrever a recente história de Portugal e branquear a realidade, ocultando que o país atravessou um período não apenas de grande injustiça social, como de maiores desigualdades. A vida e a realidade desmentem, de forma cabal e categórica, alguma da propaganda que a direita pretende fazer passar. Supomos que em breve virão também propor um voto de louvor ao 11 de Março de 1975 ou à intentona spinolista do 28 de Setembro de 1974. -----

----- ‘Os Verdes’ não têm dúvida que, 41 anos decorridos sobre o golpe militar de 25 de Novembro de 1975, constatou-se toda uma trajetória contra os valores e ideais progressistas da Revolução de 25 de Abril de 1974, coroada com a cereja no topo do bolo expressa nas medidas de roubo às famílias pelo anterior Governo de que o CDS fez parte. E em todas as Assembleias onde textos semelhantes de ataque ideológico ao 25 de Abril têm sido apresentados, eles têm liminarmente vindo a ser rejeitados por todos os partidos de esquerda. Mas como o CDS volta a insistir, ‘Os Verdes’ votarão, obviamente, contra.’ -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, e fez a seguinte intervenção: -----

----- “Neste PAOD é para podermos manifestar desde início que estamos de acordo com a generalidade das Moções e Recomendações apresentadas, exceto, naturalmente, com a saudação ao 25 de Novembro, apresentada pelo CDS.-----

----- Mas antes mesmo de entrar neste ponto crítico, gostaria de manifestar aqui a nossa preocupação, particularmente, com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Carris e o Governo nas costas dos eleitos Municipais, prosseguindo os padrões da sua postura tradicional, que vem ainda da presença de António Costa, a maioria PS que gere o Município de Lisboa a presta-se a assinatura com o Governo e Carris do memorando conjunto visando a municipalização desta empresa. É inaceitável que os Vereadores, os Deputados Municipais tenham tido conhecimento deste memorando apenas por convite para a cerimónia de assinatura do mesmo. -----

----- Perante esta situação, os Vereadores do PCP, na passada quinta-feira, questionaram o Presidente Fernando Medina, que lhes indicou não existir ainda texto acordado. -----

----- Consideramos inadmissível, por um lado, que a gestão do PS na Câmara anuncie a assinatura de um Memorando desta importância sem que exista sequer um texto acordado e, por outro, que assine um Memorando sem haver pronunciamento nos Órgãos Municipais remetendo para ratificação posterior na Câmara e na Assembleia Municipal.-----

----- Tais desrespeitos pelos Eleitos Municipais e pelas normas democráticas elucidam, certamente, acerca do estilo trabalho da maioria do PS na Câmara e refletem, em última análise, um profundo desrespeito pelos munícipes. -----

----- Quanto à questão concreta da declaração de voto, que iremos apresentar, após a votarmos contra a saudação ao 25 de Novembro, o Grupo Municipal do PCP, vem justificar a razão desta tomada de posição.-----

----- Na verdade, nós consideramos que é um enorme descaramento por parte do CDS tentar reescrever a história sem respeito pela verdade factual e política. -----

----- O CDS-PP, para além de omitir permanentemente que vários dos seus fundadores e militantes pertenceram às instituições da ditadura fascista em Portugal, omite também factos com um assassinato cidadãos portugueses na manhã do 25 de Abril de 74 por parte da PIDE, a polícia política da ditadura apoiada pelos fundadores do CDS-PP, omite também o recurso ao terrorismo e ao golpismo, parte gente ligada à ditadura fascista que tudo fez para impedir a construção da democracia política em Portugal, colocando bombas em sede de partidos políticos de esquerda, nomeadamente do PCP, partido que se destacou na luta contra a ditadura fascista, pela liberdade, pela democracia em Portugal e viu também militantes seus assassinados pela designada rede bombista depois do 25 de Abril de 74.-----

----- Há hoje documentos desclassificados, na origem dos serviços secretos Estados Unidos, que dão notícia da intervenção de um tal José Esteves que, se todos se lembrarem, tem muito mais para contar sobre esta intervenção do CDS neste processo revolucionário que nós, neste momento, não queremos que seja reescrita, novamente, a história. -----

----- Também o CDS persiste omissão de factos, como assassinatos e agressões e espancamentos de cidadãos por parte de militantes identificados ideologicamente, e daí o caso, com o fascismo português, pelo simples facto de pertencerem ou a etnias diferentes ou orientações sexuais diferente, ou por serem militantes políticos de esquerda como o PCP. -----

----- Ainda, o CDS-PP persiste também na omissão das crescentes forças neofascistas na Europa na construção de muros de intolerância e na participação da União Europeia em guerras de agressão. -----

----- O CDS, com todas estas omissões de sempre, coloca-se objetivamente na posição de herdeiro moral de tudo aquilo que omite. -----

----- O voto contra do PCP constitui-se assim, numa saudação a todos os resistentes antifascistas portugueses, a todos os cidadãos portugueses assassinados pela rede bombista, que atentou pelo terrorismo impedir a construção da democracia portuguesa, a todos aqueles que hoje lutam contra a intolerância, o racismo, o ódio em Portugal e na Europa. Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, só dar conta, a propósito da intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos, sem fazer qualquer juízo de valor sobre a intervenção, o que não compete, mas para dar conta que os serviços me solicitaram que desse nota que a Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o Gabinete do Presidente, remeteu o acordo de princípio sobre o novo modelo de gestão da Carris, celebrado entre o Estado Português e a Câmara Municipal de Lisboa, a esta Assembleia Municipal, hoje de manhã e, naturalmente, remeteu também uma apresentação que foi feita na cerimónia e, naturalmente que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, quando tiver oportunidade, encaminhará para os Deputados Municipais e para os representantes dos Grupos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, e fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PAN traz hoje um conjunto de documentos que vou nomear. -----

----- Temos uma moção relativamente à urgência da definição de uma nova estratégia Nacional para a integração das pessoas sem-abrigo, que é uma estratégia que já tarda, porque a última não chegou a ser desenvolvida, e creio que urge que este assunto seja retomado a pelo Governo e, portanto, trata-se de uma moção. -----

----- Seguidamente, temos uma recomendação para a colocação, em parques infantis, de coberturas de proteção chuva/sol, e a colocação de bebedouros em espaços verdes públicos da cidade de Lisboa, que a câmara considera que deverão ter este equipamento. -----

----- Finalmente, gostava de referir mais 2 assuntos relativamente a documentos apresentados pelo CDS e pelo BE. -----

----- Relativamente ao CDS e à questão do 25 de Novembro, esta questão já se levantou aqui há 2 anos, o que é que foi, e eu retirei aquilo que disse na altura. Eu não consigo dissociar o 25 de Novembro do 25 de Abril e, portanto, não tenho nada contra

uma saudação ao 25 de Novembro que, para mim é uma saudação ao 25 de Abril e, portanto, não percebo a necessidade de se repetir aquilo que nós sabemos que, no fundo, é uma provocação dirigida às outras bancadas do outro lado, mas, enfim, se as pessoas acham necessário, nós votaremos favoravelmente esta Moção, embora consideremos que estamos a falar de uma Moção dupla, também para o 25 de Abril. ---

----- O outro aspeto tem a ver com o Jardim do Caracol da Penha, do que trata uma Recomendação do Bloco de Esquerda, que nós iremos acompanhar favoravelmente, porque achamos que é um assunto que precisa de ser trabalhado adicionalmente, pela Câmara Municipal. Este assunto, neste momento está um pouco embrulhado porque existem perspetivas antagónicas, mas nós acreditamos que podem ser conciliadas favoravelmente para a cidade. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sara Goulart de Medeiros (BE)** no uso da palavra, e fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe, hoje, à Assembleia uma moção e 2 recomendações que vos apresento. -----

----- A moção pela exclusão dos empréstimos do BEI, dos limites legais de endividamento. -----

----- Considerando que o Município de Lisboa está já excluído do recurso ao grosso dos financiamentos dos fundos estruturais da União Europeia, e que por esse motivo, o Município de Lisboa está ainda excluído das exceções aos limites legais de endividamento quanto ao financiamento de obras, e projetos que pudessem ser cofinanciados. -----

----- Considerando, também, que o Município de Lisboa viu considerados elegíveis, no âmbito do plano Juncker, uma série de projetos, com possibilidade de financiamento em termos vantajosos pelo Banco Europeu de Investimento. -----

----- Considerando que na reunião de 15 de Novembro de 2016, esta Assembleia Municipal, aprovou a contratação de empréstimo ao BEI, até ao montante de mil milhões de euros e que, no presente momento o Município de Lisboa não dispõe da capacidade de endividamento para o total do financiamento elegível, aprovando o referido empréstimo numa perspetiva da possibilidade de utilização a médio prazo. ---

----- Considerando ainda a deliberação referida acima, em função dos limites de endividamento, se encontra condicionada a situações futuras, e que tal deliberação, por tal motivo, poderá encontrar dificuldades de obtenção do necessário visto prévio pelo Tribunal de Contas. -----

----- Sendo ainda que o empréstimo objeto da deliberação referida, é imprescindível ao desenvolvimento e à qualidade de vida da cidade. -----

----- Tendo em conta, também, que o empréstimo objeto da deliberação referida, pode ser, no futuro, alargado ao montante de 250 milhões, nas mesmas condições vantajosas, podendo o Município de Lisboa não dispor da capacidade de endividamento para o efeito, não obstante a sustentabilidade do Município de Lisboa suportar o serviço da dívida decorrente de tal empréstimo -----

----- E que Lisboa pela sua importância não pode ser tratada de forma discriminatória relativamente a esmagadora maioria dos Municípios Portugueses. -----

----- Assim, propomos apelar ao Governo e à Assembleia da República, para exceção dos limites legais de endividamento dos Municípios, os empréstimos contratados no âmbito de programas do Banco Europeu de Investimento. -----

----- Fomos também remeter a presente Moção a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro-Adjunto do Secretário de Estado da Administração Local e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.-----

----- Trago-vos, também, a Recomendação, Jardim do Caracol da Penha, respeito pela cidadania. -----

----- Considerando que a EMEL pretende construir um parque de estacionamento num terreno público abandonado o Caracol da Penha e que um conjunto moradores das zonas limítrofes ao Caracol da Penha apresentou uma petição à Assembleia Municipal de Lisboa com vista ao aproveitamento do espaço para um jardim público, prescindindo da construção do parque de estacionamento.-----

----- Atendendo a que, no âmbito do processo do Orçamento Participativo foi apresentada a Proposta nº 573, em que um conjunto de cidadãos propõe a construção de um jardim nos referidos terrenos, projeto esse incompatível com a intenção da EMEL da construção de um parque de estacionamento.-----

----- Considerando que, apesar do recurso aos mecanismos de democracia participativa acima referidos, estes não suspendem a possibilidade de a EMEL ou da Câmara Municipal de Lisboa, prosseguirem com todas as operações inerentes à concretização do projeto de instalação de um parque de estacionamento no referido terreno. -----

----- Tendo em conta que importa dignificar os mecanismos de democracia participativa, ainda que em prejuízo dos mecanismos da democracia representativa, sob pena de os primeiros ficarem totalmente esvaziados em função da prevalência dos segundos, e tendo em conta que a dimensão deliberativa da democracia, implica o debate e a convivência de mecanismos de democracia direta, democracia participativa e democracia representativa. -----

----- Tendo em conta uma eventual decisão dos órgãos do Município de Lisboa ou da EMEL, para a construção de um parque de estacionamento nos referidos terrenos, previamente à apreciação, pelo plenário da Assembleia Municipal de Lisboa, da petição, ou à publicação dos resultados das votações da Proposta, apresentada em sede de Orçamento Participativo, oblitera os objetivos dos referidos mecanismos de democracia participativa. -----

----- Propomos recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, a abstenção de tomada de qualquer decisão sobre a instalação de um parque de estacionamento no Caracol da Penha até à apreciação pelo plenário da Assembleia Municipal de Lisboa da Petição nº 14/2016, e até à divulgação dos resultados da votação do Orçamento participativo. -----

----- Propomos, também, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, no exercício da sua função acionista, dirija instruções ao Conselho de Administração da EMEL, no sentido da abstenção de tomada de qualquer decisão sobre a instalação de um parque de estacionamento no Caracol da Penha, até à apreciação, pelo plenário da Assembleia

Municipal de Lisboa, da petição e até à divulgação dos resultados da votação do Orçamento Participativo. -----

----- Trazemos, também, uma recomendação sobre a rede pública Internet sem fios em que propomos....”

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, mas acabou mesmo o seu tempo, não sei se algum Grupo Municipal vai ceder tempo ou não, temos toda a disponibilidade, mas até porque como está a ler as Moções, os Deputados Municipais têm as Moções. Peço-lhe imensa desculpa, mas nós temos aqui muitas solicitações na Mesa para terminarmos isto a determinada da hora e, portanto, temos que ir cumprindo com mais rigor que o habitual, os tempos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, e fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na véspera do 41º aniversário do 25 de Novembro de 75, CDS-PP traz a esta Assembleia, por dever de memória, uma saudação com que pretende homenagear todos os democratas que, naquela época, se bateram contra os projetos totalitários e violentos que pretendiam capturar a nossa jovem democracia. E devo dizer aos Senhores Deputados Sobreda Antunes e Silva Santos, que eu estive num comício do CDS no Campo Pequeno em Fevereiro de 1976, quer dizer, eu tentei entrar para o comício, mas não me deixaram entrar, e como eu estavam milhares de pessoas, devo ainda dizer que os Senhores que defendem as mesmas ideias que Vossas Excelências, proibiram partidos políticos de existir, como o Partido da Democracia Cristã, que eu lembro-me bem disso, e outras coisas, portanto, não vão dar lições de democracia nem de tolerância ao CDS, isso nós dispensamos completamente, e repudiamos, isto é só um à parte. -----

----- Alguém disse também aqui, aqui e não só, que nas comemorações do aniversário do 25 de Novembro, nem o 25 de Abril é de esquerda, nem o 25 de Novembro é de direita, talvez seja verdade, e está aqui o autor das palavras, mas uma coisa damos como certa, dos extremismos é que nenhuma das datas o será, não dono de nenhuma destas datas, os extremistas nunca serão os donos dessas datas. -----

----- Os acontecimentos ocorridos em ambas as datas complementam-se, e serviram para instalar a consolidar o poder democrático em Portugal, em paz e com desenvolvimento, que diante de muitas outras coisas, nos permite estar aqui, hoje a falar como estamos, numa Assembleia plural, ela mesma constitui uma expressão do voto livre, democrático e popular que é coisa que os Senhores não defendiam nessa altura, agora, se calhar já defendem. -----

----- O 25 de Abril, deu-nos a liberdade, o 25 de Novembro, a democracia, ambas se complementam na formação de uma sociedade mais justa e livre, uma não vive sem a outra, numa sociedade que se quer melhor, a liberdade traz-nos responsabilidades e a democracia tem, ela própria, mecanismos para retirar do poder, sem recurso à violência, aqueles que não servem ou servem mal, o superior interesse nacional regional ou local.-----

----- Por isso, esperamos que esta Assembleia vote favoravelmente, e sem hesitações, este voto de saudação ao 25 de Novembro de forma a desagrar esta data, este estigma de posse de esquerda e de direita, não faz sentido. -----

----- Fazemos também uma Recomendação, em relação ao bairro o Arco do Cego que, após uma intervenção no âmbito do programa ‘Uma Praça em cada Bairro’, deixou um conjunto de problemas suplementares, designadamente, pela alteração da circulação no bairro, pela diminuição dos lugares de estacionamento e as reduzidas dimensões destes, e pelas alterações ao plano de acessibilidade pedonal terem ficado incompletas. -----

----- As questões que, anteriormente, colocámos à Câmara, sobre estas matérias, não obtiveram qualquer resposta, e deixamos ao critério desta Assembleia, a aprovação de um conjunto de recomendações, que visem melhorar o dia-a-dia dos residentes e da comunidade escolar. -----

----- Para finalizar, como nós saudamos o 25 de Abril, determinadas bancadas desta Assembleia e de outros palcos, conseguissem também saudar o 25 de Novembro, obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, o PSD tinha sinalizado daria tempo o CDS, mas tal não foi necessário porque ainda ficou com tempo por utilizar. -----

----- Temos um pedido de palavra para a apresentação de um protesto pelo Partido Comunista Português.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, apresentou o seguinte Protesto: -----

----- “É um protesto em relação a referência ao voto. E queria dizer-lhe que, em 1969, houve muita gente que andou nas ruas e a bater à porta de casa, para levar as pessoas a recensear-se nas Juntas de Freguesia, e nas eleições de 69, em Outubro, aqueles que se tinham inscrito, chegavam lá e não estavam nos cadernos, e chegavam camionetas carregadas de legionários e de PIDEs e de gente afeta ao regime fascista, faziam fila e iam votar. A conquista do voto levou muito trabalho, levou muita luta e muita prisão, só o facto de andarmos a fazer o recenseamento levou a detenções em plena rua, para que não venha falar. Os Senhores estão aí, porque houve aqueles resistentes, houve aqueles que, na clandestinidade e na luta democrática, conquistaram o 25 de Abril, é por isso que estão aí sentados, porque pela vossa vontade, pelos vossos antecedentes, aqueles que estão para trás, nunca haveria democracia em Portugal. Muito obrigado.” -

----- (Neste momento a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou o seu lugar na Mesa e retomou os trabalhos) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, peço desculpa pelo atraso, devido a um atraso de 2 horas do voo em que eu vinha, e vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----



----- “Começava talvez por aquilo que terminámos de ouvir e, em vez do 25 de Novembro, ia abordar o 25 de Abril, que espero que seja, para os nossos filhos e netos, uma marca de apaziguamento. O apaziguamento não é esquecer, não é apagar a memória, é conquistar cada vez mais as pessoas para a liberdade, para o imenso apreço, e para sempre apreço, com que nós temos que tratar e que venerar, e é de veneração que eu falo, obviamente, aqueles que lutaram quando era mais fácil desistir, aqueles que morreram quando era mais fácil viver, aqueles que não falaram quando era mais fácil calar, isto não pode ser esquecido. -----

----- Dito isto, de facto, votaremos, enfim, livremente, o 25 de Novembro, entre nós esta questão não é pacífica, pensamos que de uma votação poderia surgir algo que mais nos unisse, estamos a liberdade, temos um Parlamento que vive em liberdade, podemos escolher os nossos governantes e eu, particularmente, gostava que fosse isso que nós transmitíssemos a quem está de novo, que fosse isso que os professores como levássemos para as escolas, e que um pouco todos nós que estamos aqui espalhássemos. -----

----- Independentemente do que nós achamos, eu tenho uma posição, como sabem, acerca do chamado 25 de Novembro.-----

----- Depois, relativamente ao voto de saudação, que para mim será um auto voto, de qualquer maneira, de facto, os trabalhadores da Administração Pública, estiveram e estão, muitas vezes, parece que nós, trabalhadores da Administração Pública não trabalhamos, não é verdade, o Estado sustenta-se em nós e, portanto, este voto é merecido.-----

----- Relativamente ao voto de pesar, não era suposto eu falar, mas, de facto, privei com a Maria Eugénia, que era, de facto, um ser excepcional e, portanto, é comovidamente, que faremos este voto.-----

----- Relativamente à questão das pessoas sem-abrigo, é bom que, de facto, sejam tratados como pessoas sem-abrigo, durante muito tempo estas pessoas, iguais a nós, foram tratadas como se não fossem pessoas, portanto nós só falávamos dos sem-abrigo, o facto de estar aqui mencionado pessoas, é que, de facto, são pessoas como nós, que, episodicamente ou não, não têm abrigo. -----

----- Relativamente ainda à questão do Caracol da Penha, dizer-vos que, independentemente das nossas posições e das nossas votações, elas serão certamente contraditórias, porque faz parte da natureza humana, ser contraditório, e aí, se calhar, nós políticos, somos ainda mais contraditórios que todos os outros seres humanos, faz parte da nossa natureza, se calhar.-----

----- Dizer-vos que a cidadania é algo que vamos sempre amar, a cidadania é feita de muita coisa e de muita gente, nem sempre os processos são lineares, mas também nós políticos, não temos que fingir que não vemos, não temos que não nos aperceber de todas a dinâmicas que há com os cidadãos, e dizer que, as Câmaras, os Municípios em geral têm também um dever pedagógico de ensinar, e falo de ensinar aos cidadãos que não vale tudo, e depois que os acolher, mas esse ensinamento é mútuo, a Câmara não se pode prescindir deste papel. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A generalidade dos documentos não suscita grandes dúvidas, ao Grupo Municipal do Partido Socialista e conhecerão a nossa aprovação.-----

----- Vou-me referir apenas, muito brevemente, relativamente a 3. A 1ª Moção do PAN, nós podíamos que pudessem aceitar uma pequena alteração, citam muitas vezes, ou escrevem muitas vezes sem-abrigo, nós pedimos uma alteração, que é de pormenor, mas tem grande substância, que é: em vez de sem-abrigo termos pessoas sem-abrigo. Achamos que é uma forma de conferir dignidade a estas pessoas que já vivem situações tão complicadas, e que temos, inclusivamente, indicações de boas práticas internacionais e documentos vindos da própria europeia que o recomendam. --

----- Pronto, já assentiu a e agradeço-lhe então esta alteração que, para nós, sendo de pormenor, é muito importante, não obstará a nossa aprovação, mas assim ficamos mais confortáveis.-----

----- Relativamente ao Jardim do Caracol da Penha, destacar, antes de mais, a análise que foi feita no relatório, aprovado ontem na 3ª, 4ª e 8ª as Comissões Municipais, e no qual o Grupo do Partido Socialista se reconhece integralmente, acima de tudo, porque esse relatório tenta conciliar interesses diversos, e nós achamos que tem de ser este o percurso a ser cumprido nesta questão, sem trincheiras, e conciliando as diversas sensibilidades, porque não há unanimidade em torno de um jardim, não há unanimidade em torno de um parque de estacionamento, e não há sequer unanimidade em torno de um jardim com parque de estacionamento e, portanto, achamos que será através do diálogo, sentamo-nos todos à volta de uma Mesa redonda, as várias sensibilidades representadas, que nós poderemos conseguir o melhor caminho e a melhor solução para este problema.-----

----- Isto porque somos defensores, grandes defensores dos mecanismos participativos, dizer que estes mecanismos participativos, que são relativamente recentes em Lisboa, são marca da governação do Partido Socialista e, portanto, achamos que esta é a melhor solução, e o nosso sentido de voto refletirá isso.-----

----- Terminando a com a questão do 25 de Novembro, como não podia deixar de ser, nós estivemos presentes, os que já eram vivos, e muitos nós, no nosso Grupo Municipal estiveram efetivamente presentes, os que ainda não eram vivos também sabem receber a história dos seus mais velhos, e sabem ler tudo aquilo que se passou e, portanto, nós sabemos efetivamente o que se passou no dia 25 de Novembro. E o que o documento do CDS faz é reescrever a história, não atendendo aos factos, comparando, a nosso ver, aquilo que não é comparável, desde figuras, a factos, e culminando com uma equivalência que nós achamos bizarra entre o 25 de Novembro e o 25 de Abril, que nós não podemos aceitar.-----

----- A Câmara de Lisboa, o ano passado, é importante destacar isto, reconheceu a importância histórica do 25 de Novembro, como data relevante que, efetivamente é, mas nós achamos que essa relevância se esgotou aí, não tendo o 25 de Novembro, substância, envergadura ou dignidade suficiente para ser revivida nesta Assembleia

todos os anos, e não pactuará nunca, o Partido Socialista, com uma tentativa de afirmação paralela, quase revanchista, face ao 25 de Abril. -----

----- Parece-nos ainda mais inaceitável, embora não tenhamos sido inseridos dentro desta guerra, que se utilize liberdade, a sua conquista, a luta de tantos e tantas, para confrontos dentro desta casa, nas bancadas que nos ladeiam. Não foi para isso que tantos e tantas se sacrificaram, e esse sofrimento que Abril, felizmente, justificou, não será nunca colocado em causa pelas mãos do Partido Socialista e, portanto, também neste ponto, o nosso sentido de voto fará valer esta interpretação. Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária Margarida Saavedra** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos, com o tempo cedido pelo MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na intervenção anterior esgotou-se-me o tempo, mas faltou-me um assunto para falar e tem a ver com um requerimento que colocámos recentemente, que tem a ver com o arranque de árvores de grande porte, de novo, no Campo Grande, mas, desta vez, junto ao eixo da Reitoria, Avenida do Brasil. -----

---- Nós não encontramos nenhuma referência a projeto que requeresse a tal situação e, portanto, queremos que, tanto quanto possível, isto seja visto, o mais rápida e mais breve que for possível, porque nos parece uma situação preocupante, uma vez que está a progredir continuamente já uma série de dias, e não sabemos onde é que isto vai parar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Julgo que se esgotaram as intervenções do PAOD. -----

----- Pergunta a Câmara se tem alguma intervenção a fazer nesta matéria do PAOD? Não vejo sinalizado. Sendo assim vamos passar diretamente às votações. -----

----- Não sei se há pouco, o Senhor Presidente em exercício, sinalizou que, no Voto de Pesar 3/125, apresentado pelo Partido Comunista Português, o Bloco de Esquerda também subscrevia, portanto, se não foi sinalizado agradecia que isso ficasse registado na ata. -----

----- Vamos então aos votos de saudação. -----

----- **Voto de Saudação nº 1/125 – Voto de Saudação ‘Por ocasião do 41º Aniversário do 25 de Novembro de 1975’ subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP.** -----

----- (O Voto de Saudação nº 1/125 fica anexado à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- Votos contra de PS, PCP, BE, PEV, PNP, 6IND, abstenções de 5 D.M. PS, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT, PAN, 2 D.M. PS. O **Voto de Saudação nº 1/125 foi rejeitado.** -----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage do PS indica que irá entregar uma Declaração de Voto Individual. -----

----- O PCP indica que irá entregar uma Declaração de Voto.” -----

----- (O Senhor Deputado Manuel Lage não entregou posteriormente a Declaração de Voto)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*O Grupo Municipal do PCP votou contra esta saudação que representa um enorme descaramento por parte do CDS-PP tentando reescrever a história sem respeito pela verdade factual e política.* -----

----- *O CDS-PP para além de omitir permanentemente que vários dos seus fundadores e militantes pertenceram às instituições da ditadura fascista em Portugal, omite também factos como o assassinato de cidadãos portugueses na manhã de 25 de Abril de 1974 por parte da PIDE, a polícia da ditadura apoiada por fundadores do CDS-PP, omite também o recurso ao terrorismo e ao golpismo, por parte de gente ligada à ditadura fascista que tudo fez para impedir a construção da democracia política em Portugal, colocando bombas em sedes de partidos políticos de esquerda, nomeadamente do PCP, partido que se destacou na luta contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela democracia em Portugal e que viu também militantes seus assassinados pela designada rede bombista depois do 25 de Abril de 1974.* -----

----- *Hoje há documentos desclassificados dos serviços secretos dos EUA e há notícias sobre um tal José Esteves que foi da segurança de Freitas do Amaral e muito mais.* -----

----- *Também, o CDS-PP, persiste na omissão de factos como o assassinato, agressões e espancamentos de cidadãos por parte de militantes identificados ideologicamente com o fascismo português, pelo simples facto de pertencerem a etnias diferentes, orientações sexuais diferentes e por serem militantes de partidos políticos de esquerda, como o PCP.* -----

----- *Ainda, O CDS-PP persiste também na omissão do crescendo de forças neofascistas na Europa, na construção de muros de intolerância e na participação da UE em guerras de agressão.* -----

----- *O CDS-PP com todas estas omissões de sempre, coloca-se objetivamente na posição de herdeiro moral de tudo aquilo que omite.* -----

----- *O voto contra do PCP constitui-se assim numa saudação a todos os resistentes antifascistas portugueses, a todos os cidadãos portugueses assassinados pela rede bombista que tentou pelo terrorismo impedir a construção da democracia portuguesa, a todos aqueles que, hoje, lutam contra a intolerância, o racismo e o ódio em Portugal e na Europa.*-----

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, em 22 de Novembro de 2016.* -----

----- *O Representante do Grupo Municipal do PCP, Carlos Silva Santos.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos prosseguir para o voto seguinte.-----

----- **Voto de Saudação nº 2/125 – Voto de Saudação ‘Aos trabalhadores da Administração Pública’ subscrito pelo Grupo Municipal do PEV.** -----

----- (O **Voto de Saudação nº 2/125** fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenções do CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND. O **Voto de Saudação nº 2/125** foi **aprovado por maioria.**-----

----- Vamos agora passar às Moções, temos duas Moções.-----

----- Uma apresentada pelo PAN, sobre a ‘Urgência de Definição de Nova Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo’, com a retificação de quando surge a referência a ‘Sem-Abrigo’ passar a ser ‘Pessoas Sem-Abrigo’. De facto elas não são definidas por estarem sem abrigo, são pessoas que, por acaso são sem-abrigo, por isso é importante a palavra pessoas aqui.-----

----- **Voto da Moção nº 1/125 – ‘Urgência de Definição de Nova Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo’ subscrita pelo Grupo Municipal do PAN.**-----

----- (A **Moção nº 1/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Moção nº 1/125** foi **aprovada por unanimidade.**-----

----- Vamos agora passar à Moção nº 2/125, apresentada pelo BE, ‘Pela exclusão dos empréstimos do BEI dos limites legais de endividamento’.-----

----- Eu não assisti ao debate, os empréstimos do BEI, a Câmara Municipal de Lisboa tem capacidade para os incluir nos limites legais de endividamento, portanto, isto não tem grande utilidade prática mas, os Senhores Deputados são soberanos, naturalmente.-----

----- Vamos pôr à votação Moção 1/125.-----

----- **Voto da Moção nº 2/125 – ‘Pela exclusão dos empréstimos do BEI dos limites legais de endividamento’ subscrita pelo Grupo Municipal do BE.**-----

----- (A **Moção nº 2/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP, MPT, 1 D.M. IND, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 5IND. A **Moção nº 2/125** foi **aprovada por maioria.**-----

----- Vamos passar às recomendações.-----

----- A 1ª recomendação do PCP sobre sanitários públicos-----

----- **Voto da Recomendação nº 1/125 – ‘Sanitários Públicos’ subscrita pelo Grupo Municipal do PCP.**-----

----- (A **Recomendação nº 1/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 1/125** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à Recomendação 2/125, sobre Iluminação Pública, também apresentada pelo PCP.-----

----- **Voto da Recomendação nº 2/125 – ‘Iluminação Pública’ subscrita pelo Grupo Municipal do PCP.**-----

----- (A **Recomendação nº 2/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 3/125** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a Recomendação 3/125, julgo que é esta que tem uma gralha, porque no parágrafo deliberativo faz referência à Sessão Ordinária de 25 de Novembro de 2014, quando é a de 22 de Novembro de 2016 e não 25 Novembro de 2014, portanto, vamos pôr à votação com esta retificação.-----

----- **Voto da Recomendação nº 3/125 – ‘Cobertura de proteção chuva/sol para parques infantis’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do PAN.**-----

----- (A **Recomendação nº 3/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII e Anexo VIIa** e dela fazem parte integrante)-----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 3/125** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a Recomendação 4/125, sobre a colocação de bebedouros em espaços verdes da cidade de Lisboa.-----

----- **Voto da Recomendação nº 4/125 – ‘colocação de bebedouros em espaços verdes da cidade de Lisboa’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do PAN.**-----

----- (A **Recomendação nº 4/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 4/125** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Eu pedia o silêncio aos Senhores Deputados, para a Mesa é difícil estarmos a apurar votações com algum ruído na sala.-----

----- Vamos prosseguir esta Recomendação nº5/125 sobre Escolas de Jardinagem e Calceteiros.-----

----- Ó Senhor Deputado, estou a seguir a ordem das votações das recomendações e neste momento, acabámos de votar a Recomendação nº4/125 e votar a nº 5/125 sobre Escolas de Jardinagem e Calceteiros, apresentada pelo PEV. Já identificou? O Senhor Deputado já identificou? Estamos em condições de votar?-----

----- **Voto da Recomendação nº 5/125 – ‘Escolas de Jardinagem e Calceteiros’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do PEV.**-----

----- (A **Recomendação nº 5/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, abstenções do PS, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 5/125** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos votar a Recomendação nº 6/125, é uma nova versão, portanto, foi distribuída a nova versão, que substitui a anterior, apresentada pelo PEV, sobre estacionamento no Castelo de São Jorge. -----

----- **Voto da Recomendação nº 6/125 – ‘Estacionamento no Castelo de São Jorge’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do PEV.**-----

----- (A **Recomendação nº 6/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 6/125** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à Recomendação 7/125 sobre um Jardim na urbanização de Alvalade, apresentada pelo PEV. -----

----- **Voto da Recomendação nº 7/125 – ‘Jardim na urbanização de Alvalade’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do PEV.**-----

----- (A **Recomendação nº 7/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 7/125** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à Recomendação 8/125. -----

----- **Voto da Recomendação nº 8/125 – ‘Bairro do Arco do Cego’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.**-----

----- (A **Recomendação nº 8/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. A **Recomendação nº 8/125** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Passamos à Recomendação nº 9/125 apresentada pelo BE, sobre o Jardim do Caracol da Penha. -----

----- **Voto da Recomendação nº 9/125 – ‘Jardim do Caracol da Penha: respeito pela cidadania’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do BE.**-----

----- (A **Recomendação nº 9/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra PSD, 4 D.M. PS, abstenções do PS, PNP, 5IND, votos a favor do PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN. A **Recomendação nº 9/125** foi **rejeitada**.-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- A Senhora Deputada Independente Ana Regedor indica que irá entregar uma Declaração de Voto Individual.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Regedor (IND)** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*O executivo deve respeitar a petição apresentada sobre esta questão e os resultados do Orçamento participativo e encontrar uma solução para o local que tenha em conta as aspirações dos cidadãos que defendem um jardim. Deve ser feito um encontro entre as partes o mais rapidamente possível para se consensualizar uma solução e não considero que neste caso da recomendação de adiar decisões seja desejável.*-----

----- *Por isso o meu voto é a abstenção.*-----

----- *Ana Regedor, Deputada Municipal IND.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Recordo qualquer maneira que ainda estamos a apreciar no âmbito das Comissões uma Petição sobre esta matéria, portanto, vamos ter esta matéria novamente aqui, logo que tenhamos relatório da 4ª e da 8ª Comissão sobre a petição relativa a este Jardim voltaremos ao assunto.-----

----- Vamos agora a apreciar a Recomendação nº10/125 do Bloco de Esquerda.-----

----- **Voto da Recomendação nº 10/125 – ‘Rede Pública de Internet sem fios’ subscrita pelo Grupo Parlamentar do BE.**-----

----- (A **Recomendação nº 10/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. A **Recomendação nº 5/125** foi **aprovada por maioria.**-----

----- O Senhor Deputado Vasco Miguel Ferreira dos Santos (MPT) indica que irá entregar uma Declaração de Voto.-----

----- A Senhora Deputada Maria Luísa Aldim (CDS-PP) indica que irá entregar uma Declaração de Voto”.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel Ferreira dos Santos (MPT)** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da 125ª Reunião realizada no dia 22 de Novembro de 2016 a sua declaração de voto referente à **Recomendação nº10/125 (BE) - Rede pública de internet sem fios**, que mereceu a abstenção deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento:-----*

----- *O MPT entende que na situação atual de competências não haverá enquadramento para que a Câmara Municipal de Lisboa, suporte o custo relativo a um projeto semelhante.*-----

----- *A principal preocupação está em questão de segurança, com a utilização de redes wireless partilhas sem autenticação ou outro qualquer forma de identificação do utilizador.*-----

----- *Lisboa, 22 de Novembro de 2016.*-----



----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, O Deputado Municipal, Vasco Miguel Ferreira dos Santos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Maria Luísa Aldim declara que votou a Favor na votação da Recomendação em epígrafe. A Deputada do CDS entende, porém que existem alguns pontos que merecem do executivo da Câmara Municipal de Lisboa (CML) uma resposta já que o descuido quanto aos dois pressupostos que abaixo referimos, podem pôr em causa a boa execução do projeto.*-----

----- 1 - *O custo total do projeto não está calculado e apesar da certeza de ser uma vantagem para a cidade, no entendimento do CDS, tem que existir planeamento e análise dos encargos a curto e médio prazo.*-----

----- 2- *Entendemos que a Ciber-Segurança tem que ser salvaguardada, uma vez que é sabida e reconhecida a existência de grande incidência de ataques realizados por hackers que atuam e acedem através das redes de WI-FI abertas, podendo prejudicar muitos municípios.*-----

----- *O cumprimento das duas salvaguardas feitas pelo CDS contribuirá para o sucesso do programa.*-----

----- Lisboa, 22 de Novembro de 2016-----

----- *A Deputada Municipal do CDS-PP*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos o período do PAOD e vamos entrar na Ordem do Dia.”-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA (\*), AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M.**-----

----- **(\* ESTE ASSUNTO SERÁ DEBATIDO NA 2ª REUNIÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Conforme eu vos tinha anunciado na última sessão, o 1º ponto da Ordem do Dia hoje, seria a informação escrita do Senhor Presidente, mas ficou clarificado, perante todos, que iríamos colocar este ponto só na Sessão do dia 6 de Dezembro, uma vez que na próxima semana não há Sessão, porque há problemas protocolares com a vinda do Rei de Espanha a Lisboa, e necessidade de presença dos Órgãos Municipais no mesmo dia e hora em que costumamos reunir e, portanto, este assunto será tratado no dia 6 de Dezembro.”-----

**----- PONTO 2 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS, RELATIVAS À POLÍTICA FISCAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA 2017 (2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS) -----**

**----- PONTO 2.1 - PROPOSTA 601/CM/2016 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL, E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 25º E N.ºS 1 E 2 DO ART.º 26.º, AMBOS DA LEI N.º. 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL;**

----- (A Proposta nº 601/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1.ª Comissão Permanente relativa às Propostas nº 601/CM/2016, 602/CM/2016, 603/CM/2016 e 604/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante).-----

**----- PONTO 2.2 - PROPOSTA 602/CM/2016 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) E IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS (IMT), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B) DO ART.º 14º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL E DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DOS N.ºS 8.º E 20.º DO ART.º 71.º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL;**

----- (A Proposta nº 602/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XVII e dela faz parte integrante).-----

**----- PONTO 2.3 – PROPOSTA 603/CM/2016 – DERRAMA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA D), DO N.º. 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL E DA ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º, DO N.º 2, DO ARTIGO 16.º E DO ARTIGO 18.º, TODOS DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL;**

----- (A Proposta nº 603/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XVIII e dela faz parte integrante).-----

**----- PONTO 2.4 – PROPOSTA 604/CM/2016 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º. 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL E DA ALÍNEA N) DO ART.º 14º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL;**

----- (A **Proposta nº 604/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 12/125** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos agora um conjunto de Propostas, que eu solicitarei a sua apreciação conjunta, relativas à política fiscal do Município de Lisboa, a que são as Propostas nº601/CM/2016, nº602/CM/2016, nº603/CM/2016 e nº604/CM/2016. -----

----- A 1ª sobre a percentagem de IRS que será devolvido aos cidadãos em 2017. -----

----- A 2ª sobre o IMI e IMT, a taxa e as isenções, bem como os benefícios fiscais. -----

----- A 3ª, Proposta nº603/CM/2016, sobre a Derrama. -----

----- E a 4ª sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

----- Informo que também foi distribuído pelos Senhores Deputados, por *email* e em papel, aos líderes de bancada, 3 Propostas de alteração que o BE apresentou uma sobre a Proposta de Derrama e 2 sobre a Proposta do IMI e do IMT. -----

----- Eu tenho dúvidas que a 2ª Proposta, que apresentaram sobre o IMI/IMT, possa ser aceite, uma vez que remetem para um artigo dos Estatutos dos Benefícios Fiscais cuja redação não é aquela que citam, penso que podem estar a pensar nos Estatutos Fiscais do Orçamento de Estado 2017, mas ele ainda não foi aprovado, portanto, a Proposta da Câmara remete para o atual Artigo 61º, nº8 dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, e a vossa Proposta tinha uma redação diferente, que não é a que está nos Estatutos dos Benefícios Fiscais. -----

----- Portanto, eu pedia ao BE para rever isto, quando chegarmos à devida altura, vermos se a Proposta se mantém ou não, porque ao citarmos um fundamento legal tem que ser exatamente como está, e não como ele pode vir a estar no futuro, e nós aqui não temos competência para alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais, isso é competência da Assembleia da República. Portanto, pedia para verificarem isso durante o debate. -----

----- Senhores Deputados, estão abertas as inscrições. -----

----- Penso que em 1º lugar será o Senhor Vereador a fazer uma apresentação do conjunto das Propostas, o Senhor Vereador costuma sempre entusiasmar-se muito e, portanto, lembrei-lhe já que a grelha, para este conjunto de Propostas, é de 6 minutos, 6 minutos para o conjunto das Propostas, mais 2 minutos para a sua apresentação, tendo que reservar um bocadinho de tempo destes 8 minutos, para respostas se for possível.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Hoje vou guardar o meu entusiasmo para a Proposta de Apreciação das Grandes Opções do Plano e para o Orçamento Municipal e plano Plurianual de Investimentos e agora vou ser muito sucinto, não fazendo jus às palavras, a Senhora Presidente.-----

----- Mas, no entanto, nesta 1ª parte eu diria que, de forma muito sucinta, que o objetivo deste conjunto de Propostas sobre Política Fiscal e Tributária do Município,

tem por objetivo consolidar a 1ª posição destacada, que o Município tem com a sua política mais favorável, Política Fiscal e Tributária, mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, o que está em causa e ter o IMI mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa, e o mínimo possível que a lei permite, 0,3, com esta política vamos poder devolver aos contribuintes, ou não cobrar aos contribuintes, cerca de 70 milhões de euros. -----

----- Em 2º lugar devolução aos munícipes de 50%, dos 5%, portanto, uma taxa de 2,5 que o Município teria direito de cobrar em sede de IRS, portanto devolver metade do que seria possível, não somos acompanhados por ninguém, nem de longe nem de perto, sobre esta matéria, e devolvemos aos Municípios um valor superior a 30 milhões de euros.-----

----- Já agora só por comparação, é cerca de metade de tudo aquilo que é devolvido pelos Municípios Portugueses um pouco mais de metade, de tudo aquilo que é devolvido por todos os Municípios Portugueses aos seus munícipes. -----

----- As tarifas de saneamento e resíduos urbanos ficam como estão, são as quintas mais competitivas da Área Metropolitana de Lisboa, e o efeito conjugado de todas estas a todos estes impostos e taxas, coloca-nos no 1º lugar na Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Os gráficos já são conhecidos, apesar de haver algumas pessoas que, teimosamente, continuam a dizer que o que eu acabo de dizer não é verdade, eu não vou passar hoje os gráficos, é com pena, mas para podermos economizar algum tempo. -----

----- Sobre a Derrama, é mantermos aquilo que é a política atual, isenção para um volume de negócios inferior a 150 mil euros Derrama, isenção de atividades de restauração e pequeno comércio, isto significa, a devolver às empresas, um valor superior a 4 milhões de euros. -----

----- Por outro lado, também como sabem e para finalizar, temos um prazo de pronto pagamento a fornecedores, um pagamento a pronto a fornecedores, o que também é, evidentemente, uma política altamente favorável àquilo que são o desenvolvimento das empresas. -----

----- E por aqui me fico, muito obrigado e voltaremos dentro de momentos para Orçamento.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, pela sua extremíssima concisão, vamos prosseguir então. -----

----- Pergunta ao Senhor Deputado Hugo Xambre, relator, para apresentar o Parecer sobre as 4 Propostas. -----

----- Eu tenho que chamar aqui à atenção que no Parecer se diz sempre nas conclusões que ‘a Proposta está em condições’, e tem que ser corrigido para ‘as Propostas estão em condições’. -----

----- Há uma recomendação incluída no Parecer que eu não extraí, mas que depois na devida perei altura à vossa consideração com o número de Recomendação nº12/125 e

que, no final do Parecer, diz que, em relação à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que é a Proposta nº604/CM/2016, recomenda-se à Câmara que elabore um estudo de aplicação, cobrança desta taxa e crie mecanismos para um maior controlo na aplicação destas operações para garantir que os valores pagos são os devidos, portanto, isto é uma Recomendação que já várias foi feita, mas volta aqui a ser feita e, portanto, será necessário, quando chegarmos à altura da votação, termos isto em conta. -----

----- Senhor Deputado relator, se faz favor-----

---- Não, Senhor Deputado, como queria, eu não lhe queria tirar a palavra, a Mesa é que teve aqui um lapso de não identificar esta Recomendação autónoma”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

---- “De facto, como a Senhora Presidente já fez quase a análise daquilo que é a Proposta, o Parecer o que faz é a análise do valor, a forma de aplicação, isenções, majorações, minorações, e também um conjunto de variações em relação a anos anteriores. -----

---- De cada um do conjunto de impostos aqui, efetivamente, em discussão, portanto, IRS com a Proposta nº601/CM/2016, e IMI e IMT com a Proposta nº602/CM/2016, a Derrama com a Proposta nº603/CM/2016 e a TMDP com a Proposta nº604/CM/2016, conclui que a Proposta tem condições, que as Propostas todas estão em condições de ser votadas em Plenário, peço, de facto, a alteração de forma, como o parecer é conjunto, que possa também ter isso. -----

---- E tem, de facto, uma Recomendação à semelhança do ano passado, visto que, em relação à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, há sempre uma dúvida muito grande sobre, e até este ano temos o valor mais baixo dos últimos anos, com um valor de cerca de 438 mil euros. -----

---- Se fomos fazer uma análise de há 4 anos a esta parte, tem sempre um valor que ronda os 450 mil euros e, de facto, a Comissão de Finanças e a Assembleia Municipal têm sempre dúvidas. -----

---- Por um lado, se é o valor correto e, no limite, se for, também, o valor correto, como é que a lei pode ser alterada, para garantir um valor mais real com o custo que tem para aquilo que é nossa cidade e, sem dúvida nenhuma, que os Presidentes de Junta de Freguesia têm, se calhar algum tipo de tato para isso, porque também sofremos muito com a atividade que um conjunto de empresas que atuam no subsolo, têm, e que, de forma contínua, fazem buracos e, por vezes, não têm o comportamento mais correto, para que, rapidamente, possam também reparar aquilo que fizeram. -----

---- E, por isso mesmo, eu penso, que faz também sentido que a Câmara Municipal estude a aplicação, a cobrança que faz em relação a essa taxa, e que se criem mecanismos de controlo para, de uma vez por todas, se saber se a taxa que é aplicada é a taxa correta, ou não é, e se não for, como é que podemos alterar também a situação até porque, e também como colocam isso é daquele tipo de matérias que, a própria lei do Orçamento de Estado, para o próximo ano, também é muito clara a falar sobre isso, a imputar às empresas que atuam no subsolo, que paguem as taxas sem que sejam os

utentes, até a ter que suportar as mesmas e, como tal, convinha, de uma vez por todas, ficar toda a matéria também clara, não sendo, do ponto de vista de impacto financeiro, algo de muito simples, de muito grande para o Município de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Deputado. Agora sim, a Senhora Segunda-Secretária vai dar a palavra aos Senhores Deputados que estão inscritos”.-----

----- **A Senhora Deputada Rosa Carvalho da Silva (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Irei falar sobre a Proposta nº602/CM/2016 na parte que concerne ao IMI familiar, foi com alguma perplexidade que se constata a inflexão desta Câmara.-----

----- Aquando proposto pelo anterior Governo PSD/CDS no Orçamento de 2015, o IMI familiar, tal Proposta não acolheu a aprovação do PS, não tendo sido contemplado por este Executivo Camarário no Orçamento de 2015, contudo, no Orçamento de 2016, este Executivo atendeu, e bem, inserir norma que possibilitou o benefício aos agregados familiares com dependentes menores, porém, atende-se neste paradigma de política fiscal, alegadamente atrativa desta Câmara.-----

----- A inflexão deste Executivo no Orçamento de 2016 para o Orçamento 2017, resulta de um dos pressupostos para a redução do IMI, para além de outros, verificava-se quanto ao valor patrimonial do imóvel, se fosse igual ou inferior a 200 mil euros foi, pois, com alguma admiração que se constatou que, no Orçamento para 2017, deixou de ser a redução do IMI, o valor patrimonial, o que significa que imóveis com valor patrimonial na ordem do milhão de euros, ou mais, desde que seja para habitação própria e permanente, e dependente da existência de dependentes menores, encontram-se contemplados sem qualquer limitação, o que nos causa algumas dúvidas sobre a política fiscal deste Executivo, o porquê da retirada desta limitação. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Deputada. Naturalmente o Senhor Vereador dará as explicações que entender. Vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sobre o conjunto de Propostas nº601/CM/2016, nº602/CM/2016, nº603/CM/2016 e nº604/CM/2016, ‘Os Verdes’ destacam, de entre o seu diferenciado cariz, que elas contribuem para um Orçamento previsto de mais 51,2 milhões euros face ao que foi aprovado para 2016. Ao todo, os impostos diretos representam um encaixe de 342,6 milhões euros, 159,6 dos quais respeitam ao IMT, 109,5 ao IMI, 55,4 à Derrama e 17,9 ao IUC.-----

----- Quanto às Propostas nº602/CM/2016 - IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e IMT (Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis) - e à nº603/CM/2016 - Derrama - merecem, genericamente, a nossa concordância, por permitirem um aligeiramento fiscal, o que será sem dúvida positivo.-----

----- Sustentamos a bonificação de 10% até 5 anos para os prédios urbanos com eficiência energética, os incentivos à reabilitação urbana e a isenção de IMT para as aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria, por se enquadrarem nestes mesmos princípios. Mas recordamos que, em 2017, a Câmara de Lisboa tenciona arrecadar mais 28,8 milhões de euros face a este ano, em grande parte devido ao aumento da receita com o IMT. -----

----- No caso da fixação da taxa de IMI que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, a CML mantém o anterior valor de 0,3%. Quer quanto à redução de 20% da taxa de IMI para prédios arrendados para habitação, como quanto à majoração de 30% da taxa de IMI a prédios urbanos degradados, como quanto à redução de 30% da taxa de IMI a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, concordamos e nada temos a acrescentar, bem como para a elevação para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano ou em ruínas. -----

----- Há, contudo, que destacar a ‘herança’, que nos deixou o Governo anterior, quanto à redução da taxa de IMI em função do número de dependentes. -----

----- Esta medida introduzida em 2016 passou pela redução da taxa de IMI, no caso de imóvel de valor patrimonial igual ou inferior a 200 mil euros, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, o que merece a nossa reserva. Este benefício passa pela redução de 20 euros para 1 dependente a cargo, 40 euros para 2 dependentes a cargo e de 70 euros para 3 ou mais dependentes a cargo. Será esta uma real medida de justiça social? Vejamos então. -----

----- A medida fora introduzida no Orçamento do Estado para o ano transato, deixando nas mãos dos Municípios a decisão de a aplicar ou não. Será que a medida não deixará de fora a parte da população menos favorecida, beneficiando as famílias de maiores proventos e porque muitas das que têm menos rendimentos não têm casa própria, logo, nem pagam IMI? Deverá este argumento ser então tido em conta pelas autarquias? -----

----- Alguns fiscalistas admitem que a medida possa beneficiar sobretudo aqueles que têm maiores réditos, criando distorções, pelo que se podia ter optado, por exemplo, por grupos menos favorecidos ou até por famílias com idosos a cargo. Deveria antes ser tido em consideração os escalões de rendimento, em lugar do aleatório número de filhos. Tratou-se, em suma, de uma lei manifestamente discriminatória que não promove qualquer justiça social, porquanto tratou de forma diferente cidadãos apenas em razão de terem ou não condições para terem filhos. -----

----- E ‘Os Verdes’ consideram também que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis não obriga a CML a introduzir esta medida, mas constatamos que, mesmo assim, a Vereação optou por propô-la a esta AML. -----

----- Como julgamos que o desconto no IMI apenas será benéfico para alguns, não salvaguardando, por isso, a desejada justiça social, ‘Os Verdes’ manifestam a sua discordância e consequente votação contra neste Ponto 4 específico que, Senhora Presidente, deverá então ser votado em separado. -----

----- Nas Propostas nº 601/CM/2016 - IRS e nº 604/CM/2016, que diz respeito à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, ‘Os Verdes’ têm alguns comentários adicionais. --

----- Relativamente à Proposta nº 601/CM/2016, que diz respeito à percentagem a devolver aos munícipes sobre o IRS para 2017, pretendemos tecer apenas uma breve apreciação, em consonância com o que já aqui referimos nesta AML em anteriores discussões sobre a política fiscal do Município. Trata-se de uma participação de 2,5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2017.--

----- A autarquia volta a propor prescindir de metade da sua participação variável neste imposto, devolvendo-o aos munícipes, mas para o PEV esta medida continua a configurar uma distorção na progressividade deste imposto, pois beneficiará apenas quem tiver os escalões mais elevados, ferindo, assim, o princípio de equidade na capacidade contributiva. -----

----- ‘Os Verdes’ consideram, ainda, que esta devolução não vem beneficiar a maioria dos cidadãos lisboetas, mas apenas uma pequena parte, ou seja, aqueles que maiores descontos fizeram em termos de IRS, que são, como é óbvio, os contribuintes que possuem rendimentos mais elevados. -----

----- Quanto à Proposta nº 604/CM/2016, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que é o encargo pago pelos operadores de telecomunicações fixas às autarquias pelo uso do subsolo para a passagem dos cabos e das condutas de rede, temos um percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2017. -----

----- Trata-se de uma taxa que a recente Lei nº 15/2016, de 17 de Junho, nem sequer veio alterar, e que ainda aparece na faturação das empresas, vindo agora com a designação de ‘Taxa de ocupação do subsolo do Município de Lisboa’, a qual já desde 2007 o Provedor de Justiça pretende suspender. -----

----- ‘Os Verdes’ continuam a sustentar que esta taxa, tanto pela forma de cálculo, como pela sua aplicação, constitui um imposto de duvidosa constitucionalidade, visto estarmos perante a obtenção de uma receita extra pela mera utilização do uso do subsolo do domínio público. Julgamos também ser inadmissível que se fature aos consumidores um esforço suplementar no acesso a serviços essenciais. -----

----- Há exatamente um ano, referia a CML que considerava a sua cobrança como ‘desfavorável aos interesses dos cidadãos e do Município de Lisboa’, pelo que, ainda hoje, conviria que nos clarificasse se mantém esta posição.” -----

----- **A Senhora Deputada Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas umas breves notas para citar a posição do PCP, em relação a este conjunto de Propostas sobre taxas e impostos para 2017. -----

----- E a 1ª nota é, realmente, para o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, Senhor Vereador e o ouço-o sempre com muita atenção, quer no seio das Comissões, quer aqui em Plenário, e de facto, penso que já é desnecessário voltar a referir a posição da Câmara de Lisboa em comparação com outros Municípios, os outros Municípios têm as suas realidades, têm os seus problemas, e Lisboa tem aqueles que são nossos. Portanto é bom que, de facto, a Câmara de Lisboa veja como é que, de facto, cobra



estas taxas, portanto, aos Municípios, e as melhores condições em que isso se vai verificar, portanto, já ouvimos várias referências a isso, e por isso é que eu estou a achar que a enfim, já chega. -----

----- Em relação às Propostas concretas, a Proposta nº601/CM/2016, não merece o nosso voto favorável, com esta devolução, pois consideramos que ela não beneficia a generalidade dos municípios, mas uma pequena parte. A devolução de 2,5% do IRS, devolvendo aos municípios cerca de 31 milhões de euros, de acordo com os dados na Proposta, traduz-se em valores insignificantes para a maioria, podendo até ser nula, pois abaixo de determinados valores não há efetiva devolução; para os municípios de rendimentos mais elevados, esta devolução é mais significativa, e, sendo em percentagem, em termos absolutos pode representar quantias elevadas para a Câmara, pelo que seria mais correto a aplicação desses fundos na melhoria da qualidade de vida, na melhoria dos serviços prestados, higiene, saneamento, ambiente e segurança de pessoas e bens. Isto permitiria aos municípios o retorno dos impostos, pois ficariam beneficiados nos serviços que a Câmara presta aos cidadãos.-----

----- Em relação à Proposta 602/2016, taxa do IMI, iremos votar favoravelmente a Proposta, em vários pontos, pois estamos de acordo e sempre defendemos a aplicação de 0,3%, sob um ponto de vista social, numa altura em que ainda continuam a subsistir as dificuldades para a maioria da população é muito positiva a sua manutenção nos valores mais baixos que a lei permite. A exceção, em relação ao nosso voto, diz respeito ao ponto 4, que se refere justamente à devolução às famílias em função do número de filhos, em que nos iremos votar contra, porque esta regra, objetivamente não garante uma verdadeira justiça social. -----

----- A Proposta da Derrama, vamos votá-la favoravelmente.-----

----- Finalmente, a Proposta 604/CM/2016, a posição do PCP é conhecida há vários anos, e temos vindo ano após ano, nesta Assembleia, e na Câmara também, a manifestá-la. -----

----- O PCP defende que os Direitos de Passagem devam incidir nas empresas mas acabam por recair nas populações. São os municípios que pagam estes direitos e, como tal, é mais uma taxa que acaba indiretamente por ser colocada. -----

----- Aproveitamos também para, em sintonia com o parecer da 1ª Comissão de Finanças, que acompanhámos e votámos favoravelmente em sede de Comissão, portanto, nós acompanhámos a recomendação no sentido de se criarem mecanismos para um maior controlo na aplicação desta taxa aos operadores e para garantir que os valores pagos ao Município são os devidos. -----

----- Citei a parte da Recomendação da 1ª Comissão, realmente, como disse, votámos favoravelmente, porque corresponde, de facto, à posição que o PCP também tem vindo a defender aqui. É forçoso que a Câmara saiba, de facto, quais os dinheiros entregues e como é que, de facto, esta cobrança é feita. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está em discussão o pacote fiscal do Município – Propostas nº601/CM/2016 a nº604/CM/2016, que são os Impostos Municipais relativamente aos quais os

Municípios têm o poder de fixar as respetivas taxas são a Derrama e o IMI, sendo a participação variável do Município sobre o IRS uma forma de intervenção fiscal, ainda que o imposto principal esteja, quanto às taxas e isenções na esfera da competência legislativa da Assembleia da República. -----

----- Considerando a discussão conjunta destas Propostas, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda considera que, em relação à Proposta n.º601/CM/2016, IMI, constitui o grosso das receitas sobre o património em Portugal. Afigura-se injusto que num País onde muitos dos seus cidadãos possuem habitação própria seja este quase exclusivamente o património tributado, deixando-se de fora depósitos, valores mobiliários e bens de luxo. -----

----- Entendemos que a redução de 20% no IMI no seu ponto 2, alínea a) não é relevante para a decisão de arrendar por parte dos proprietários, podendo quanto muito ser útil como incentivo ao arrendamento de prédios para habitação, a rendas controladas, no âmbito de uma bolsa de arrendamento Municipal. -----

----- Por outro lado, a despesa do IMI em prédios arrendados é totalmente dedutível em sede de IRS (artigo 41.º do Código do IRS), pelo que os proprietários apenas beneficiam desta medida na gestão de tesouraria. Já o Estado, é o grande beneficiário desta medida, na medida em que com a redução de IMI em prédios arrendados aumenta o montante da matéria coletável em sede de IRS, aumentando a sua receita à custa desta medida do Município de Lisboa. E nem se diga que o Município de Lisboa beneficiará em sede de participação variável no IRS: é que por um lado esta receita vai apenas até 5% da coleta líquida de IRS e, por outro lado, nem todos os proprietários têm residência fiscal em Lisboa, pelo que esta medida pode nem sequer incrementar as receitas do Município de Lisboa.-----

----- Diremos à laia de conclusão que esta medida de redução do IMI nos prédios arrendados revela-se como altamente lesiva do erário Municipal, sobretudo em favor da receita fiscal do Estado, apresentando-se como uma bandeira de marketing ruinosa.

----- Pelo que iremos aprovar, com exceção do já citado ponto 2, alínea a): ‘A redução de 20% da taxa de IMI’ e que, como tal, votaremos contra e para o qual apresentaremos Proposta de emenda visando a sua eliminação. -----

----- Em relação à Proposta n.º602/CM/2016 que é a Derrama, esta Proposta, não só não tem em conta a dimensão das empresas e da sua relação com os postos de trabalho criados, como nem exige que tais postos de trabalho sejam criados no concelho de Lisboa, podendo assim servir de veículo a uma vergonhosa fuga fiscal, sem que a economia do Concelho tenha qualquer benefício proporcional a esta medida. -----

----- Para que a medida alcance resultados positivos para o Concelho de Lisboa se impõe que a mesma seja aplicável quando se trate de postos de trabalho criados no concelho de Lisboa, por um lado, e que essa criação de postos de trabalho seja proporcional à faturação da empresa, por outro. -----

----- Por fim e não menos importante, consideramos que a criação de postos de trabalho devem ser permanentes, devendo rejeitar-se a contratação a termo ou precária. -----

----- Pelo que votaremos a favor desta Proposta, com exceção do ponto 3. -----

----- Apresentaremos, também, uma Proposta de emenda para alterar esta medida.-----

----- Em relação à Proposta nº603/CM/2016, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS). O Bloco de Esquerda considera e, pensamos estar certos, que a solução legal relativa à participação variável dos Municípios no IRS, não é a solução mais adequada e mais justa. Com efeito, sendo o IRS um imposto progressivo sobre o rendimento, a possibilidade de o Município ter direito a 5% da coleta líquida dos sujeitos passivos residentes no território do Município, da qual pode prescindir total ou parcialmente, implica que em caso de fixação de percentagem inferior a 5% seja introduzido um fator de entorse à progressividade, visto que todos os escalões de rendimento beneficiarão de igual percentagem no benefício fiscal.-----

----- Entendemos que esta situação deve ser alterada, que esta situação deve ser alterada, permitindo aos Municípios uma diferenciação em função dos escalões do IRS, permitindo uma maior justiça e equidade nas decisões a adotar pelos Municípios, solução aliás já defendida pelo Bloco de Esquerda no Projeto de Lei n.º 351/XII e no presente momento no Orçamento de Estado. -----

----- Apesar dos defeitos apontados à solução legal, e sendo certo que os mais pobres, por estarem isentos de IRS, não beneficiam desta medida, entendemos que é, de alguma forma aceitável manter esta percentagem, considerando a carga fiscal que se abateu neste período de austeridade sobre os portugueses e a manutenção no próximo ano da sobretaxa de IRS.-----

----- Pelo que o nosso sentido de Voto será de abstenção. -----

----- Quanto à Proposta nº604/CM/2016 - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP). Reafirmamos em relação à Taxa Municipal de Direitos de Passagem que esta deve ser integralmente suportada pelos operadores, como aliás nos aponta a Proposta de O.E./2017 no seu artigo 74.º e não como até aqui é refletida na fatura dos consumidores. -----

----- Como nós sabemos são muito deficientes os mecanismos de controlo da liquidação desta taxa (indexada ao volume de faturação) pelos Municípios, pelo que Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, sempre se tem batido pela reversão da situação, o que parece acontecer agora, de ser as empresas a pagar ao Município essa taxa. -----

----- Pelo que o nosso sentido de Voto será Favorável, bem como em relação à Recomendação aprovada na Comissão. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado teria direito a mais 2 minutos, uma vez que apresentaram Propostas de alteração, mas, de facto não precisou deles, se houver necessidade no debate, pode dispor desses 2 minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A 1ª nota que o Grupo Municipal do Partido Socialista quer deixar é realçar a coerência da Câmara Municipal de Lisboa de manter os impostos que dependem da Câmara ao nível mais baixo dos Municípios da Grande Lisboa, ao nível mais baixo de

todas as capitais de Distrito, de manter a sua política fiscal atrativa, a ou seja Lisboa é a cidade mais competitiva ao nível fiscal do nosso país, Lisboa prefere devolver o que podia ser o máximo da sua receita fiscal ao nível da parte do IRS que é transferida para o conjunto de Câmaras Municipais e dessa parte devolve 50%, a população de Lisboa de forma a atrair mais pessoas, de forma a compensar o preço do metro quadrado que é mais caro, de forma a ser uma cidade boa, para que cada vez mais tenhamos mais pessoas a viver aqui. -----

----- Ao nível do IMI acontece o mesmo, temos valor mínimo de IMI, também a nível de Derrama, prefere-se devolver ao comércio local, a PMEs que têm um volume de negócios inferior a 50 mil euros, de forma a estimular a economia local, de forma a contribuir para a criação de empregos na cidade, e ao contrário do que o Bloco de Esquerda disse, de forma muito clara, os empregos têm sido criados a nível daquilo que é a cidade e, ao mesmo tempo que dá, também, apoios ao comércio de bairro que também valoriza empresas que também criam empregos. -----

----- A estas empresas, a estes setores, Lisboa devolve cerca de 4 milhões por cada ano, e sobre a empresa também tenho que referir, porque isso, ao fim ao cabo, completa aquilo que é uma política Municipal de apoio a empresas, o facto de que vai para além daquilo que é a derrama para várias empresas como há pouco referi é o pagamento, praticamente a pronto, ao conjunto de fornecedores da Câmara Municipal de Lisboa, o que mostra que se cumpre uma política de apoio a PMEs, que se cumpra uma política de apoio ao setor empresarial da cidade de Lisboa. -----

----- E quero-me também referir às Propostas que o Bloco de Esquerda, também ele apresentou aqui, sem me prender a aspetos formais sobre as competências de cada órgão, sobre se há ou não matéria para se poder discutir aquilo que está lá contido. Aquilo que o Grupo Municipal do Partido Socialista considera é que a estabilidade do regime fiscal que Lisboa conseguiu é um trunfo muito importante e que, para qualquer tipo de Proposta de alteração, tem que haver um estudo, não só do impacto financeiro, como também do impacto sobre a cidade, sobre a confiança que empresas, que os municípios têm sobre uma política fiscal que tem sido coerente, e que tem sido equilibrada e, por isso mesmo vai votar contra, considerando que o conjunto de Propostas feitas devem ser ponderadas pela Câmara Municipal de Lisboa naquilo que for a Proposta de impostos a apresentar no próximo ano. -----

----- E se esse tipo de opções fiscais que o Município de Lisboa toma parecem simples, resultam, falando em valores, e com base naquilo que o Orçamento para 2017, e vamos daqui a pouco ter a oportunidade de discutir o documento, que Lisboa deixa de receber 31 milhões de euros, o nível de IRS, valor este que os residentes em Lisboa recebem a mais por terem a sua morada fiscal em Lisboa, e podem também confirmar, vendo a nota de liquidação de IRS, que é referido lá num campo qual é o valor que cada família recebe, é um benefício claro para a população de Lisboa, que não tem contraponto em mais nenhuma Câmara Municipal e que, independentemente de algumas críticas que nós ouvimos, aquilo que me parece mais importante que isso, é uma forma de conseguir atrair cada vez mais pessoas, e de conseguir também que, a

nível daquilo que é a cidade possamos ter também um crescimento para todo o tipo de extratos. -----

----- Sobre o IMI, como o Orçamento de 2017 tem uma receita estimada de cerca de 109,4 milhões de euros, com uma taxa de 0,3 por cento, é bom de se ver que o IMI que o Município receberia, se se decidisse por uma taxa máxima, seria de mais de 71 milhões de euros, e esses números devem ser referidos sempre, porque, ao fim ao cabo, é aquilo que Lisboa, e muito bem, deixa de receber de forma a que possa dar uma atração cada vez maior ao Município de Lisboa, e que só é possível devido à performance e àquilo que é também a dinâmica, a atividade que o Município de Lisboa tem, cada vez mais, que faz com que, mesmo com percentagens mais baixas, no ponto de vista daquilo que é o volume financeiro que a Câmara recebe, consiga também aumentar, pelo facto de Lisboa ser uma cidade ativa, uma cidade que é cada vez mais escolhida por muitas pessoas, não só para investir, como também para fazer aquisições de imóveis, e ao mesmo tempo também devido à solidez financeira que a Câmara Municipal de Lisboa conseguiu nos últimos anos, com rácios de autonomia financeira bem acima dos 50%.-----

----- Temos um rácio de autonomia financeira de 74%, só para citar este rácio, e que, ao mesmo tempo que nos últimos anos, temos também conseguido baixar a dívida, visto que só assim é que se consegue ter uma estratégia de cidade que permite uma cidade que seja mais atrativa a todos os níveis e também ao nível fiscal. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sobre os documentos de política fiscal em discussão, consideramos que os mesmos representam uma campanha de *marketing* promovida por este executivo e que apenas tem como objetivo iludir as famílias com um falso ‘aliviar’ da carteira, senão vejamos:-----

----- IRS, em relação à Devolução de metade do IRS a que a CML tem direito e que corresponde a uma devolução em cerca de 30 Milhões de euros, ignorando que não é assim tão linear, dado que essa devolução aos municípios tem como base os seus rendimentos, logo só quem tem maiores rendimentos é que recebe.-----

----- Mas essa devolução não é total, pois se por um lado devolve 30 milhões de euros em IRS, por outro aplica a 18 milhões de Taxa de Proteção Civil, imposto que não existe em mais nenhum Município da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- IMI, no que diz respeito ao IMI familiar, o Partido da Terra considera que apesar da redução para 2017 serem fixas ao invés do que vigorou em 2016 (decorrente da nova lei) a CML vai continuar na mesma a beneficiar as famílias mais numerosas e de menores rendimentos, alias o que deixará de fora uma parte substancial de potenciais residentes em Lisboa e não tem qualquer expressão de incentivo à natalidade ou à instalação de novos moradores em Lisboa.-----

----- IMT, ao nível dos impostos diretos, o Município prevê arrecadar para o ano de 2017, aproximadamente 342.5 milhões de euros, portanto mais 28.8 Milhões de euros comparativamente a 2016.-----

----- Sobre Derrama, a Proposta parece-nos equilibrada favorecendo a atração de investimento e criação de emprego. Isenta o pequeno comércio e serviços e promove a criação de novos negócios. -----

----- A Taxa Municipal de Direitos de Passagem é mais um imposto que penaliza o contribuinte e deveria ser suportado pelos operadores. Sabemos que a Câmara é obrigada e inscrever este imposto, mas não podemos concordar com a forma como ele foi concebido. -----

----- Em resumo, não podemos acompanhar positivamente as restantes Propostas. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria referir apenas que, de uma forma geral, o PAN é favorável ao Orçamento que aqui está indicado, existem alguns pontos nos quais não nos revemos totalmente e, portanto, iremos abster-nos, mas globalmente a matéria orçamental, cremos que está a ser muito bem aplicada ou bem aplicada, nomeadamente, o aumento que foi feito relativamente às pessoas naquilo que é o Orçamento dos direitos sociais, merece o nosso melhor elogio...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Senhor Deputado, nós não estamos a apreciar, neste momento, o Orçamento, estamos a apreciar apenas as Propostas dos impostos. Vamos apreciar a Proposta de Orçamento a seguir, mas pode fazer já a sua intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Digamos, como tinha falado que era uma apreciação única, eu fiquei com essa ideia, mas, basicamente, portanto, é isso, existem alguns aspetos em que não nos revemos totalmente, mas de uma forma geral, o Orçamento merece a nossa concordância e, como tal de nós iremos a prová-lo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pedia ao Senhor Vereador, presumo que será o Senhor vereador João Paulo Saraiva a responder às questões que foram suscitadas, se faz favor Senhor Vereador.” -

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, muito telegraficamente, os gráficos viram seu tempo, até lhos poderei distribuir pessoalmente e é com um gosto, finalmente, o PSD mostra interesse por esta matéria, mas depois, eu até vou fazer com umas legendas, porque também têm tido uma certa dificuldade em interpretá-los, não por dificuldades intelectuais, é só mesmo por sectarismo político. Muito bem muito bem. A mas agora vai mandar na forma como a de que o meu faço isto?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** interrompeu, para fazer o seguinte esclarecimento: -----

----- “Senhor Vereador, faz favor de prosseguir, não há diálogo com as bancadas.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, continuou: -----  
----- “Peço desculpa. Quanto à questão do IMI familiar a nossa Proposta traduz aquilo que foi a alteração legislativa, e está alinhada com aquilo que a lei, neste momento, do IMI permite, a opção desta Assembleia, a opção deste Município, é ter o IMI familiar ou não ter o IMI familiar nestes termos, e nós consideramos que faz todo o sentido manter o IMI familiar, que passa de uma abordagem a percentual, relativamente ao valor patrimonial tributário, que era na versão anterior, para uma abordagem fixa que, independentemente do valor patrimonial tributário do imóvel, tem uma, digamos, uma componente fixa de desconto, em função de um dependente, 2 dependentes ou 3 dependentes, parece-nos muito mais justo, aliás, a alteração que foi feita é muito mais justa do que aquela que estava, vigorava na versão anterior.-----  
----- Depois, a Deputada Ana Páscoa, também falou do IMI familiar, vejo que a resposta serve, a que eu dei aqui vai de encontro àquilo que foram as questões colocadas. -----  
----- Quanto à questão que o Deputado José Casimiro colocou relativamente aos 20% de desconto no IMI para os edifícios arrendados, eu confesso que a questão nos suscita um conjunto de dúvidas, relativamente àquilo que têm sido as posições do Bloco de Esquerda, nomeadamente quando, de forma muito acutilante, fala sobre o alojamento local versus contratos de arrendamento para residência. É que, de facto, este desconto aplica-se, essencialmente, não, não é essencialmente, aplica-se aos contratos de arrendamento e, portanto, é a forma que o Município tem de incentivar que os imóveis sejam arrendados para habitação permanente, e não para alojamento local e, portanto, parece-me contraditório com um conjunto de iniciativas que o Bloco de Esquerda tem apresentado neste Município e noutras sedes. -----  
----- Relativamente aos postos de trabalho, ó Senhor Deputado, quer dizer, postos de trabalho são postos de trabalho. Se nós estamos a dar algumas vantagens fiscais a quem cria postos de trabalho, seria interessante que os criasse do Município de Lisboa, mas dado a situação em que o país esteve, e está a sair gradualmente, sobre a matéria do emprego, criem-se lá os postos de trabalho onde as empresas os necessitarem, porque, de facto, importante aqui, é criar postos de trabalho.-----  
----- Por último, penso que já respondi a todas as questões, ou pelo menos ao essencial, e não acrescentaria nada neste momento. Só mais uma questão relativamente ao Bloco de Esquerda, e algumas Propostas que foram apresentadas em sede de Assembleia, confesso que seria tudo muito mais produtivo, muito mais interessante, teríamos muito mais capacidade de as analisar, de perceber quais os seus verdadeiros impactos, e eventualmente, de as considerar se elas fossem apresentadas quando as solicitámos, no final de Setembro, mas podia ter sido antes, estaríamos abertos, a todo o momento, a que o façam, mas há uma altura própria que foi no final de Setembro, e até hoje não apresentaram, portanto, surpreendeu-nos de alguma maneira, que venham apresentar aqui, em sede de discussão final desta matéria onde é muito difícil, e teria muitíssimas consequências, fazer qualquer alteração, por mais boa vontade que existisse a nossa parte, portanto, o desafio é que, em próximos anos, esta discussão, para ser mais séria, sobre algumas alterações, possa ser feita nos

tempos próprios, que são os tempos que a lei consagra, e que nós estimulámos a que todas as forças partidárias o pudessem fazer. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, creio que esgotámos as intervenções, vamos entrar nas votações, naturalmente, teremos que votar cada Proposta individualmente, há um pedido de votação por pontos, e a Mesa também irá dando notícia nos casos em que há Propostas de alteração do Bloco de Esquerda. -----

----- Vamos começar pela Proposta nº601/CM/2016, que é a Proposta relacionada com o IRS. Mas portanto, é no sentido, de ficar definido que há uma participação de 2,5% no Imposto sobre o Rendimento das pessoas singulares, que é devolvida aos cidadãos no ano de 2017. Vamos pôr à votação a Proposta 601/CM/2016, não há Propostas de alteração. Está toda a gente ciente do que vamos votar? Proposta 601/CM/2016. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 601/CM/2016**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 601/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do PCP e PEV, abstenções do PSD, BE, CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PAN, PNP, 6IND. -----

----- O BE indica que irá entregar uma Declaração de Voto.” -----

----- **O Grupo Municipal do BE** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “As Deputadas e os Deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram abster-se quanto à Proposta n.º 602/CM/2016, pelos seguintes motivos: -----

----- a) Na sua atual configuração, a devolução da participação variável no IRS constitui um entorse à progressividade, na medida em que a percentagem a devolver respeita à coleta de imposto, beneficiando de igual forma todos os escalões de IRS e assim beneficiando em maior medida os titulares de maiores rendimentos; -----

----- b) No entanto, a carga fiscal nacional em Impostos sobre o Rendimento, particularmente a não extinção imediata da sobretaxa de IRS deve ser ponderada, não repugnando em absoluto por isso a devolução de parte do IRS aos Municípios em detrimento da progressividade do imposto sobre o rendimento pessoal. -----

----- c) Sublinhe-se que o Bloco de Esquerda, propôs em sede de discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 37/XIII, que aprova o Orçamento de Estado para 2017, a Proposta de Alteração n.º 136 C, para que a devolução de IRS possa passar a atender aos diferentes escalões, no respeito pela progressividade inerente a este imposto, permitindo uma maior justiça fiscal nesta medida em exercícios futuros. -----

----- Lisboa, 22 de Novembro de 2016. -----

----- As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na Proposta nº602/CM/2016, vamos agora ver isto com cuidado, para não haver aqui confusão. -----

----- Nós temos a Proposta sobre o IMI e o IMT, ela tem, salvo erro, 6 pontos deliberativos, um momento só, ela tem 7 pontos deliberativos, nós vamos ter que



autonomizar o ponto 4, pediram-nos para ser votada esta matéria, autónoma, o ponto 4 é o que diz respeito ao IMI familiar, portanto esse, votaremos separadamente.-----

----- Depois temos, e a Mesa chama a vossa atenção, temos Propostas de alteração. No ponto 2, alínea a). Tenho que dar conhecimento das vossas Propostas, e têm que ser autonomizadas, uma vez que há Propostas de alteração.-----

----- No ponto 2, alínea a), que é a redução de 20% de IMI para os prédios arrendados para habitação, o Bloco de Esquerda propõe a eliminação desta alínea. Tomem nota devidamente, para saberem, quando chegar a altura, que é que estamos a votar. -----

----- E no ponto 6, alínea b), o Bloco de Esquerda propõe uma redação semelhante ao que cá está, mas, depois no final, a redação foi corrigida, retificada aqui na Mesa, porque como estava na redação do Bloco, nem sequer podia, não batia certo.-----

----- Portanto fica a redação que está na atual Proposta, e no fim com o seguinte acrescento: “ Isentar do Imposto Municipal sobre Transações as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na ‘área de reabilitação urbana’, conforme disposições do nº 8 do artigo 71º do EBF.” que era o que já cá estava, e o Bloco pretende que se acrescente, “que não exceda os 300 mil euros”. -----

----- Eu penso que isto é uma Proposta diferente daquela que está, portanto, não iremos votar isto como aditamento, mas sim com Proposta distinta, e é votada antes da Proposta original. -----

----- Portanto, perceberam exatamente o que estamos a fazer, então vamos começar por votar estas Propostas que foram autonomizadas e depois votaremos as que não foram autonomizadas.-----

----- Portanto, na Proposta nº 602/CM/2016 sobre o IMI e o IMT, a 1ª Proposta que vou pôr à vossa consideração, é a Proposta do Bloco de Esquerda, que propõe a eliminação da Alínea a) do Ponto nº 2 da Proposta nº 602/CM/2016, que tem a ver com a redução do IMI para prédios arrendados. -----

----- **(A Proposta de Alteração à Alínea a) do Ponto nº2 da Proposta nº 602/CM/2016, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante).**-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta de Alteração da Alínea a) do Ponto nº2 da Proposta nº 602/CM/2016**, apresentada pelo BE, eliminação da Alínea a) do Ponto nº2 da Proposta nº 602/CM/2016. A Proposta de Alteração à Proposta nº.º 602/CM/2016 foi **rejeitada**, com os votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND, não há abstenções, votos a favor do BE. -----

----- Vamos, então, agora votar os Pontos um a um, que é mais fácil para a Mesa. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 1 da Proposta nº 602/CM/2016**, ‘fixação da taxa do IMI em 0,3%’. O Ponto 1 da Proposta nº.º 602/CM/2016 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a Alínea a) do **Ponto 2 da Proposta nº 602/CM/2016**, ‘redução de 20% da taxa de IMI para prédios arrendados para habitação’. A Alínea a)

do Ponto 2 da Proposta n.º 602/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, votos contra do BE, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a Alínea b) ‘a majoração de 30% da taxa de IMI a prédios ou parte de prédios urbanos degradados’ e a Alínea c) ‘a redução da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural’ do **Ponto 2 da Proposta n.º 602/CM/2016**. A Alínea b) e c) do Ponto 2 da Proposta n.º 602/CM/2016 foram **aprovadas por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 3 da Proposta n.º 602/CM/2016**, ‘elevação para o triplo do IMI para os prédios que se encontrem devolutos há mais de um ano e/ou para prédios classificados como ruína’. O Ponto 3 da Proposta n.º 602/CM/2016 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 4 da Proposta n.º 602/CM/2016**, ‘redução da taxa de IMI, no caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes’. O Ponto 4 da Proposta n.º 602/CM/2016 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra PCP e PEV, abstenções do PSD e CDS-PP, votos a favor do PS, BE, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 5 da Proposta n.º 602/CM/2016**, ‘redução da de 10% da taxa de IMI aplicável, por cinco anos, aos prédios urbanos com eficiência energética’. O Ponto 5 da Proposta n.º 602/CM/2016 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a Alínea a) do **Ponto nº6 da Proposta n.º 602/CM/2016**, ‘isentar de IMI os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação nos termos da respetiva estratégia de reabilitação do Município, por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos’. A Alínea a) do Ponto nº6 da Proposta n.º 602/CM/2016 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Portanto, quanto à Alínea b) da Proposta n.º 602/CM/2016, temos a Proposta de alteração do Bloco de Esquerda, que é “Isentar do Imposto Municipal sobre Transações as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na ‘área de reabilitação urbana’, conforme disposições do n.º 8 do artigo 71º do EBF.”; e o que o Bloco de Esquerda propõe é, “só na parte que não exceda os 300 mil euros”. Portanto, este é o teor da Proposta do Bloco.-----

----- (A **Proposta de Alteração à Alínea b) do Ponto nº 6 da Proposta nº 602/CM/2016**, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante).-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta de Alteração à Alínea b) do Ponto nº 6 da Proposta nº 602/CM/2016**, apresentada pelo BE, eliminação da Alínea b) do Ponto nº6 da Proposta nº 602/CM/201. A Proposta de Alteração à Proposta n.º 602/CM/2016 foi **rejeitada**, com os votos contra do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND, abstenções do PSD, votos a favor do BE. -----

----- Vamos então passar à votação da versão original que estava na Proposta.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a Alínea b) do **Ponto nº6 da Proposta nº 602/CM/2016**, ‘Isentar do Imposto Municipal sobre Transações as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na ‘área de reabilitação urbana’. A Alínea b) do Ponto nº6 da Proposta n.º 602/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, votos contra do BE, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 7 da Proposta nº 602/CM/2016**, ‘A existência de dívidas ao Município de Lisboa, sem processo de reclamação graciosa ou outro legalmente admissível e garantia prestada, determina a não atribuição dos benefícios fiscais objeto da presente Deliberação, desde logo, quanto aos pedidos instruídos junto dos serviços municipais, sendo de diligenciar para a aplicação desta previsão também aos benefícios fiscais que são tratados diretamente pela AT’. O Ponto 7 da Proposta n.º 602/CM/2016 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- Senhores Deputados, terminámos a votação da Proposta nº602/CM/2016, relacionada com o IMI e IMT. -----

----- O BE indica que irá entregar uma Declaração de Voto.” -----

----- **O Grupo Municipal do BE** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “As Deputadas e os Deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram votar contra a alínea a) do Ponto 2 e a alínea b) do Ponto 6, todas da Proposta n.º 602/CM/2016, pelos seguintes motivos: -----

----- a) *Relativamente à redução em 20% da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos destinados a arrendamento para habitação, e percebendo que com esta Proposta visa a Câmara Municipal visa estimular a oferta no mercado arrendamento, a mesma é inapta para esse desiderato e é prejudicial para o erário municipal, transferindo recursos para o Estado, tendo em conta que: -----*

----- (i) *A Proposta comporta em si a iniquidade do risco de um tratamento mais favorável aos prédios destinados a arrendamento que aos prédios destinados a habitação própria e permanente;-----*

----- (ii) O artigo 41.º, n.º 1 do Código do IRS prevê a dedução ao rendimento tributável do “imposto municipal sobre imóveis e o imposto do selo que incide sobre o valor dos prédios ou parte de prédios cujo rendimento seja objeto de tributação no ano fiscal”; -----

----- (iii) Esta norma do Código do IRS permite assim que os Senhorios deduzam aos seus impostos o valor suportado em IMI, pelo que o incentivo proposto pela Câmara Municipal tem, na verdade, tem pouco impacto quanto aos fins que visa;-----

----- (iv) Acresce que tal isenção sempre se traduzirá numa redução das receitas fiscais do Município de Lisboa em benefício das receitas do Estado, pois com a aplicação desta redução menor será a dedução dos Senhorios em sede de IRS e aumentando o valor da coleta do mesmo, ficando o Município na estranha situação de financiar o Estado pelas suas próprias medidas fiscais;-----

----- (v) Apesar de o Município de Lisboa ter direito a uma participação no IRS dos seus Municípios, há que atender que os beneficiários podem não ter domicílio fiscal em Lisboa e que, um aumento de receita por essa via não é sequer garantido ao Município de Lisboa.-----

----- b) Relativamente à isenção de IMT na aquisição de imóveis requalificados destinados à habitação própria e permanente:-----

----- (i) O Código do IMT, prevê já taxa 0 até ao montante de € 92 407 para a aquisição de habitação própria e permanente (artigo 17.º do Código do IMT), estabelecendo uma taxa progressiva em função do valor de aquisição do prédio;-----

----- (ii) A isenção Proposta, apesar de dirigida às áreas de reabilitação urbana, percebendo-se os impactos positivos da medida, poderá favorecer a aquisição de imóveis de luxo, aumentando a desigualdade de tratamento fiscal em benefício dos mais ricos;-----

----- (iii) Em Lisboa pressão nos preços do imobiliário em algumas zonas que integram Áreas de Reabilitação Urbana tem sido elevada, mercê da elevada procura de cidadãos não nacionais ao abrigo de mecanismos como os “vistos gold” ou outros regimes criados para a atração de investimento de não nacionais;-----

----- (iv) Importa assim que o IMT permaneça como um instrumento de justiça fiscal; -

----- (v) O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou Proposta de emenda visando limitar a isenção à parcela de valor de aquisição de € 300 000, visando assim limitar o benefício fiscal, Proposta que veio a ser rejeitada.-----

----- Lisboa, 22 de Novembro de 2016.-----

----- As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos agora passar à votação da Proposta nº 603/CM/2016, que é sobre a Derrama, e que também tem uma Proposta de alteração do Bloco de Esquerda, que eu vou passar a recordar.-----

----- O texto que cá está é o que tinha sido aprovado por esta Assembleia em anos anteriores, e o Bloco de Esquerda, para o Ponto nº3, ‘A isenção da Derrama por um período de 3 anos para as empresas que tenham instalado ou instalem a sua sede social

no concelho de Lisboa nos anos de 2015, 2016 ou 2017 e que tenham criado ou criem, e mantenham no período da isenção, no mínimo, 5 novos postos de trabalho’ e o Bloco de esquerda propõe acrescentar, ‘em regime de contrato de trabalho sem termo por cada 1 000 000 euros de faturação’.

----- Portanto é uma versão diferente daquela que está Proposta, e portanto a Mesa vai pô-la a votação, antes da Proposta original da Câmara.

----- (A **Proposta de Alteração ao Ponto nº 3 da Proposta nº 603/CM/2016**, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante).

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta de Alteração ao Ponto nº 3 da Proposta nº 603/CM/2016**, apresentada pelo BE. A Proposta de Alteração à Proposta n.º 603/CM/2016 foi **rejeitada**, com os votos contra do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND, abstenções do PSD, votos a favor do BE.

----- Vamos então passar à votação da Proposta original da Câmara.

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 603/CM/2016**, ‘Derrama’. A Proposta n.º 603/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.

----- O BE indica que irá entregar uma Declaração de Voto.”

----- **O Grupo Municipal do BE** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:

----- “As Deputadas e os Deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram votar contra o Ponto 3 da Proposta n.º 603/CM/2016, pelos seguintes motivos:

----- a) A Proposta não só não tem em conta a dimensão das empresas e a sua relação com os postos de trabalho criados, nem exige que tais postos de trabalho sejam criados no concelho de Lisboa, podendo assim servir de veículo a uma vergonhosa fuga fiscal, sem que a economia do concelho tenha qualquer benefício proporcional a esta medida;

----- b) Para que a medida alcance resultados positivos para o concelho de Lisboa se impõe que a mesma seja aplicável quando se trate de postos de trabalho criados no concelho de Lisboa, por um lado, e que essa criação de postos de trabalho seja proporcional à faturação da empresa, por outro;

----- c) A criação de postos de trabalho deve ser permanente, devendo desconsiderar-se a contratação a termo;

----- d) O Bloco de Esquerda apresentou Proposta de emenda ao Ponto 3 da Proposta n.º 603/CM/2016, visando corrigir os inconvenientes elencados, que não veio a ser aprovada pelo Plenário da Assembleia Municipal.

----- Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

----- As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Vamos agora passar à votação da Proposta nº 604/CM/2016, que é sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 604/CM/2016**, ‘Taxa Municipal de Direitos de Passagem’. A Proposta n.º 604/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do PCP e PEV, abstenções do CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Senhores Deputados, há uma Recomendação importante, da 1.ª Comissão, com o n.º 12/125, e eu farei, depois, chegar o texto, depois, para ser distribuído. -----

----- Eu vou dizer qual é o texto, é rigorosamente a conclusão do Parecer 1.ª Comissão Permanente sobre este conjunto de Propostas e, em particular, a Proposta n.º 604/CM/2016, portanto, é uma Recomendação que diz respeito à Proposta n.º 604/CM/2016 e que diz o seguinte: em relação à Taxa municipal dos direitos recomenda-se à Câmara Municipal ‘que elabore um estudo da aplicação/cobrança desta taxa e que crie mecanismos para um maior controlo na aplicação desta aos operadores, para a garantia que os valores pagos são os devidos’. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 12/125**. A Recomendação n.º 12/125 foi **aprovada por unanimidade** com os votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. -----

----- E terminámos este conjunto de Propostas que têm a ver com a receita fiscal do ano que vem.-----

----- Senhores Deputados, informamos que estas deliberações terão que seguir antes do dia 30 de Novembro para a Direção Geral de Finanças, suponho que é assim que se chama, enfim, tem que seguir para a Administração Central. -----

----- Portanto, naturalmente, a Ata em Minuta fica desde já aprovada, com fidedignas votações, de tudo o que aqui estivemos a fazer, para poder ser enviado isto rapidamente para quem tem que ser enviado.-----

----- Terminada esta parte dos nossos trabalhos, vamos entrar no Ponto 3”.-----

**PONTO 3. APRECIACÃO DO N.º 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 607/CM/2016 - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M, S.A, NECESSÁRIA PARA O AUMENTO DE CAPITAL APROVADO PELA CML, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 22.º A DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; PARECER DA 1.ª E 8.ª COMISSÕES PERMANENTES.**

----- (A **Proposta n.º 607/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIV, Anexo XXIV-a, Anexo XXIV-b, Anexo XXIV-c, Anexo XXIV-d e Anexo XXIV-e** e dela fazem parte integrante). -----

----- (O **Parecer Conjunto das 1.ª e 8.ª Comissões Permanentes** relativo à **Proposta n.º 607/CM/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos então entrar no Ponto 3, e foi pedida, pela Câmara, alguma urgência, uma vez que é uma matéria que tem que ir ao Tribunal de Contas, não na parte que diz respeito a esta Assembleia, mas no total da Proposta.-----

----- A Proposta 607/CM/2016 tem a ver com um aumento de capital da EMEL, mas depois a parte deliberativa tem um Ponto nº 2, que é a alteração dos estatutos que é da competência desta Assembleia, portanto, temos que ser nós a deliberar sobre isto. -----

----- A Proposta 607/CM/2016 tem 2 Pontos. -----

----- O 1º Ponto já foi aprovado pela Câmara, que foi mandar o representante do Município, para aprovar este aumento de capital. -----

----- O 2º ponto depende da votação da Assembleia Municipal e que é a alteração estatutária concomitante que tem que ser aprovada pela Assembleia, e só pode haver aumento de capital se isto for aprovado e, portanto, é este Ponto que está em consideração. -----

----- Vou pedir ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva que faz a apresentação da Proposta. Se faz favor, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte apresentação: -----

----- “Bem, muito rapidamente, até porque o tema que vem a seguir, este tema já foi muito discutido em Comissão e, portanto, do que se trata aqui é de um aumento de capital, que vem, de alguma forma, dar sequência àquilo que foi, quer o aumento do âmbito de atuação da EMEL, transformando-a de uma empresa essencialmente de estacionamento, para uma empresa de mobilidade urbana, e, por outro lado, um aumento da sua abrangência territorial, relativamente ao estacionamento e a um conjunto de novas responsabilidades, e responsabilidades acrescidas que decorrem destas alterações, que decorrem do novo posicionamento relativamente, por exemplo, aos parques dissuasores da cidade. -----

----- Tudo isto nos leva a, analisando aquilo que eram as contas e demonstrações de resultados da EMEL, a reforçar o seu capital social, de forma a que fique claro, e fique alinhado com aquilo que é o seu aumento de responsabilidades, e é essa a natureza da Proposta, que nos parece tão óbvia, que dispensa mais apresentações. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados, o Senhor Deputado relator, foi o Senhor Deputado João Valente Pires. Tem a palavra para apresentar o relatório.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta Proposta de aumento de capital da Empresa Municipal de Estacionamento De Lisboa, EMEL, para 32 milhões de euros, é fundamental para garantir o equilíbrio financeiro da empresa a médio prazo. -----

----- As novas orientações estratégicas estabelecidas para esta Empresa Municipal, refletem uma visão abrangente da sua missão, ultrapassando a mera gestão do estacionamento na via pública, compreendendo a gestão integrada da mobilidade na cidade, no que se refere aos vários meios, quer sejam de mobilidade suave, como o acesso mecânico à colina do Castelo, à rede de bicicletas partilhadas, quer seja a

articulação com as intervenções previstas ao nível dos diversos *hubs* de transportes, o que irá contribuir para a concretização de políticas de mobilidade sustentáveis, devidamente apoiadas numa correta visão integrada dos diversos modos, e meios de transporte. -----

----- Longe vão os tempos em que o nome da EMEL estava associado apenas a multas e queixas dos munícipes, convém referir que nos 21 anos de existência de EMEL, fizeram-se 52 mil lugares de estacionamento na via pública e 4400 lugares em parques de estacionamento. -----

----- Até ao final de 2017, a EMEL espera criar 82 mil lugares de estacionamento, na via pública, e 11 mil lugares em parques de estacionamento, ou seja, um aumento de 30 mil lugares de estacionamento na via pública, e 7 mil lugares em parques de estacionamento. -----

Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com este aumento de capital, estão dadas as condições para a criação de um novo paradigma nesta empresa e na mobilidade em Lisboa. -----

----- Face ao anteriormente exposto, o Partido Socialista propõe o voto favorável desta Assembleia ao aumento de capital da Empresa Municipal De Mobilidade de Estacionamento de Lisboa, EMEL. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, temos várias pessoas inscritas vamos dar a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Para alteração aos estatutos da EMEL, com a presente Proposta nº 607/CM/2016 a CML introduz uma modificação no artigo 21º, nº 1, para que o capital social, integralmente realizado, detido na sua totalidade pelo Município de Lisboa, que é atualmente de 14 milhões euros, passe a ser de 32 milhões euro, representado pelo mesmo número de ações com o valor nominal unitário de um euro. -----

----- Uma primeira dificuldade com que nos deparamos reporta-se ao facto de, logo no nº 2 do mesmo artigo dos Estatutos em vigor, se dizer que “as alterações do capital social dependem de autorização prévia da Câmara Municipal de Lisboa”. -----

----- Excelentíssima Senhora Presidente e Senhores Vereadores proponentes, qual é então a responsabilidade desta AML nesta alteração estatutária? Ou será que os Estatutos estão desatualizados de acordo com o Regime Jurídico da atividade empresarial local (Lei nº 50/2012)? Se assim for, será que este nº 2 do artigo 21º não deveria também ser alterado? -----

----- Depois, com o recente acréscimo de competências nas suas atividades, a EMEL admite um significativo reforço dos meios da empresa, que se refletirá num investimento que poderá rondar os 85 milhões euros até 2021. Perante o cenário proposto de alteração do capital social, a empresa considera um aumento de capital de 18 milhões euros, por contrapartida de pagamentos em dívida no final de 2015, que se cifravam em 23 milhões euros. -----



----- Ora, convém não esquecer que o Município de Lisboa detém, por via da obrigação da compensação anual devida pela EMEL, créditos que, a 31 de Dezembro de 2015, ascendiam a um montante de 22.862.176,92 euros. E é em função destes créditos que se pretende que uma parte dos mesmos seja convertida, através de uma operação contabilística, num aumento do capital social da empresa, de modo a se alcançar o equilíbrio financeiro de médios e longos prazos. -----

----- Perguntamos, por isso, se, para se obter o reforço de atividades e apontar para lucros futuros (de cerca de 445 mil euros), afinal aquele aumento é ou não feito à custa da dívida ao Município. -----

----- Centrando-nos agora, mais concretamente, neste reforço da atividade da empresa e dos seus projetos em carteira para a qual aquelas verbas serão canalizadas, destacam-se, de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, intervenções na exploração do estacionamento na via pública, em parques de estacionamento e em zonas de acesso automóvel condicionado. Inclui-se ainda a gestão da mobilidade partilhada, suave e inclusiva, meios mecânicos de apoio à mobilidade pedonal, para além de alguma modernização tecnológica e medidas de suporte operacional, como parquímetros, brigadas e frotas, entre outros. -----

----- Sabe-se que, até final de 2015, a EMEL tinha em exploração cerca de 52 mil lugares de estacionamento na via pública, dos quais 5.182 reservados a residentes, a que acresciam 4.586 lugares em parques. E como a sua área de intervenção foi recentemente alargada, a CML prevê agora um significativo aumento do ritmo de expansão da empresa, devendo passar de 2.500 novos lugares/ano para cerca de 20 mil lugares/ano. Entretanto, foram anunciados mais 4.455 novos lugares, divididos por 7 parques de estacionamento. -----

----- Acontece, porém, que parte significativa do saldo positivo previsto advém, exatamente, da larga expansão do estacionamento, das receitas de parquímetros, da venda de dísticos para residentes, das equipas de bloqueadores, das multas de trânsito e até do Imposto Único de Circulação. E é aqui que esbarramos com uma 3ª situação problemática. -----

----- É que a CML tenciona criar um fundo de mobilidade urbana, de 15 milhões euros, para financiar a gestão da Carris em 2017. Com que financiamento? Diz-se que será suportado por receitas do estacionamento, das multas e do próprio IUC, sendo as multas a incluir naquele Orçamento a serem em parte cobradas pela EMEL. -----

----- Com efeito, de acordo com o Ministro do Ambiente, o Estado mantém o apoio às tarifas que têm apoio social, mas, sublinhou, passará a ser a autarquia a ter de compensar a Carris pelas obrigações de serviço público, para que os seus resultados sejam tendencialmente positivos. Ou seja, a compensação financeira passará a ser da responsabilidade do Município, com o contributo da EMEL, claro! -----

----- O Senhor Presidente da CML até já ontem veio anunciar um investimento de 60 milhões euros, 250 novos autocarros nos próximos três anos, a diminuição em 40% das emissões poluentes, a contratação de 220 motoristas e a criação de 21 novas carreiras. -----

----- Mas neste contexto gostaríamos de colocar uma última questão de cariz bem diferente. Porque não estão previstos passes intermodais alargados a todos os operadores, que também incluam, por exemplo, estacionamento em parques dissuasores e bilhete de transporte integrado?-----

----- É que não basta a EMEL prever uma evolução globalmente positiva. É preciso ver muito para além das multas ou das moedinhas que tilintam nos parquímetros e das meras receitas operacionais do exercício. É indispensável canalizar as prioridades da empresa para o benefício dos cidadãos. É preciso garantir uma mobilidade sustentável dos munícipes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O aumento de capital que nos é proposto, hoje, nesta Proposta, de 18 milhões de euros, para melhorar a sustentabilidade financeira da EMEL, é para nós um erro.-----

----- Este aumento de capital resulta de uma oportunidade que é tentar resolver a dívida histórica acumulada pela EMEL à Câmara Municipal de Lisboa, que já totaliza 22 milhões de euros, e que, consecutivamente, todos os anos é perdoada, ou pelo menos acumulada para a resolução futura, e este *fee* é um pagamento que a EMEL se obriga a fazer, porque, naturalmente, é uma Empresa Municipal, é certo, mas é uma empresa que explora, que a sua atividade explora o espaço público e, portanto, havendo esse benefício de exploração do espaço público é obrigada a pagar este *fee*.---

----- É natural que esse valor tivesse sido liquidado ao longo dos anos, não o foi, e tem acumulado um valor em dívida de 22 milhões de euros e, portanto, consideramos que este valor deve ser pago ao Município de Lisboa, é um valor que é importante para a política de mobilidade da cidade, entendemos que, contrariamente ao que o executivo defende, que toda a política de mobilidade não deve estar concentrada na EMEL, e que, portanto, deve estar sim na decisão política e no Executivo Municipal.-----

----- Portanto, opomo-nos a que haja este este a este perdão, esta transferência deste valor, que é da Câmara, para a EMEL, e achamos que deve ser restituído a quem de direito que é a Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Não há mais Senhores Deputados escritos, pergunto ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, se quer responder, faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito telegraficamente, também, eu pensava que isto já estava mais que esclarecido.-----

----- Ponto 1, a EMEL é uma Empresa Municipal detida a 100% pelo Município. Quem determina o que a EMEL faz, e de que forma o faz, é o Município. Espero que isto seja entendível por todos, porque eu passo a vida a dizer isto, de facto, eu passo a vida a passar os mesmos slides, mas parece que estou a falar contra uma parede.-----

----- A EMEL é uma outra forma de nos organizarmos, e faz parte do universo municipal é a iniciativa deste Município, dar cada vez maior sustentabilidade às

Empresas Municipais, elas são cada vez mais equilibradas, cada vez mais sustentáveis, e se olharem para as contas da EMEL com atenção, nós não precisávamos de aumentar o capital para resolver um problema de dívida da EMEL do *fee* da EMEL, que não seria possível a EMEL pagar, porque se olharem para as disponibilidades da EMEL, percebem que poderia liquidar essa mesma dívida, a fornecedores que neste caso é a Câmara Municipal e, portanto, não se trata de forma nenhuma de nenhum perdão de dívida, a expressão está errada na sua utilização. Trata-se de um aumento de capital por uma opção, não por uma invenção qualquer é uma opção. -----

----- Nós queremos que a EMEL seja cada vez mais uma empresa que não é a empresa exclusivamente da mobilidade na cidade de Lisboa, mas é uma componente cada vez mais importante da mobilidade de Lisboa com as suas diferentes componentes, que hoje ainda teremos muita oportunidade, certamente, para falar, e cada vez mais reforçadas -----

----- Agora é errado dizer que há um perdão, o que estamos a tratar é de reforçar as contas da empresa, o capital social da empresa, de forma a que ele possa responder àquilo que a empresa tem como missão, que foi votada aqui nesta Assembleia, eventualmente, com os votos favoráveis de alguns que agora acham esta operação estranha. -----

----- O que é estranho é nós estarmos sistematicamente a dar-lhes mais competências a dar-lhes mais atribuições, a aumentarmos o seu âmbito de atuação. e não lhe reforçarmos o capital, isso é que seria estranho, mas não contem conosco para desequilibrar empresas, nós vamos, ao contrário do passado, manter as nossas empresas saudáveis e sustentáveis e cada vez mais um ativo do Município na atuação na própria cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, foi levantada uma questão pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes, relativamente à questão dos estatutos EMEL.-----

----- Senhor Deputado, o que se passa é isto, a Proposta está correta. Os estatutos da EMEL têm que ser aprovados pela Assembleia Geral, pela Câmara e também para a Assembleia Municipal. Os aumentos de capital têm que ser aprovados pela Assembleia Geral e pela Câmara, mas não pela Assembleia Municipal acontece que, como um dos artigos dos estatutos fala de capital, esse artigo, havendo aumento de capital, tem que ser aqui aprovado por nós. Portanto isto tem a ver não, é da responsabilidade da Câmara, tem a ver exclusivamente com o regime jurídico do setor empresarial local e, portanto, temos que obedecer a esta coisa extraordinária, são Assembleias Gerais de um só acionista, que somos nós, Câmara, mas, enfim, é assim que está na lei e é isto que temos que cumprir, portanto, é, de facto, apenas o ponto nº2 da Proposta que está posta a nossa consideração. -----

Portanto a Mesa vai para à votação o Ponto nº2 da Proposta 607/CM/2016, que tem a ver com a alteração estatutária dos estatutos da EMEL e no que diz respeito ao capital da empresa, de acordo com este aumento de capital que a Câmara aprovou. -----

----- Se porventura isto não viesse a ser aprovado o aumento de capital da Câmara, não se podia fazer, naturalmente, mas, portanto, é como se fosse uma votação, uma decisão condicionada da Câmara. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **o Ponto 2 da Proposta nº607/CM/2016**. A o Ponto 2 da Proposta nº607/CM/2016 foi **aprovada por unanimidade** com os votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, não há abstenções, com os votos a favor de PS, PAN, MPT e 6IND.”-----

----- (O Deputado Municipal do PNPN não se encontrava na sala para a votação desta Proposta). -----

----- (A Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP) não participou nesta votação).

----- (O BE indica que irá entregar uma Declaração de Voto.)-----

----- **O Grupo Municipal do BE** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“As Deputadas e os Deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram votar contra a Proposta n.º 607/CM/2016, pelos seguintes motivos:-----*

----- *a) O Bloco de Esquerda sempre expressou grandes dúvidas à externalização de serviços públicos, considerando que se subtrai esses serviços a um maior controlo democrático e das regras de contratação pública e de contratação de pessoal; -----*

----- *b) A presente Proposta, ao permitir o aumento de capital social da EMEL vem nessa senda de externalização e privatização dos modelos de gestão pública; -----*

----- *c) O aumento de capital será subscrito através da conversão em capital da dívida dos fees devidos ao longo de sucessivos anos pela EMEL ao Município de Lisboa;-----*

----- *d) Os fees devidos pela EMEL ao Município de Lisboa são uma receita imprescindível para o desenvolvimento das atribuições e competências do Município de Lisboa, pelo que delas não se deve prescindir. -----*

----- *e) Tendo em conta os fins do aumento de capital social, há que recordar que nos termos do artigo 36.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, "As entidades públicas participantes não podem conceder às empresas locais quaisquer formas de subsídios ao investimento ou em suplemento a participações de capital", o que abrange, segundo Pedro Gonçalves in "Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local", Almedina, Coimbra, 2012, pág. 191, "a participação daquelas entidades no aumento de capital social, através de novas entradas". Ora, perante este facto pode a Proposta estar também ferida de ilegalidade. -----*

----- *Lisboa, 22 de Novembro de 2016. -----*

----- *As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda.”-----*

----- (O PSD indicou que irá entregar uma Declaração de Voto.) -----

----- **Os Deputados Municipais Sérgio Azevedo e João de Magalhães Pereira** entregaram, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Nos termos previstos no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa em vigor, o Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia apresenta Declaração relativa ao seu Voto Desfavorável na Proposta n.º 607/2016 para Alteração dos Estatutos da EMEL, apreciada em Plenário da Assembleia Municipal em 22NOV16. -----*

----- De facto, encontram-se na Proposta, incongruências, erros, omissões e decisões ilegítimas que ferem os interesses de Lisboa, como seguem: -----

----- 1. A Proposta n.º 607/2016 prevê a integração no capital social da EMEL, Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, de parte da remuneração que deverá auferir a Câmara Municipal de Lisboa pela sua atividade e que esta Empresa Municipal tem acumulado sem a entregar ao seu acionista único. ---

----- 2. Já em 2011 a Câmara apresentou à Assembleia Municipal de Lisboa a Proposta n.º 624/2011 com finalidade similar, pretendendo aumentar o capital social dessa Empresa Municipal em € 10 040 000,00 integrando os créditos resultantes da compensação devida acumulados até 31DEZ10 e alterando em conformidade o então n.º 1 do Artigo 20.º o que tudo a Assembleia declinou aprovar.-----

----- 3. Está em pleno vigor a Deliberação n.º 2/AM/2007 que determinou que, para obstar aos resultados operacionais então negativos da EMEL, se adequou a remuneração devida à Câmara às condições reais de exploração através de uma compensação de 12,5% dos proveitos operacionais e outra variável com o escalão desses resultados, estão tais condições devidamente equilibradas.-----

----- 4. Assim, não pode e não deve a Câmara, dispensar a remuneração do capital que investiu, frustrando Lisboa de réditos essenciais para relevantes ações sociais e gestórias.-----

----- 5. De novo propõe agora a Câmara Municipal, a integração das verbas resultantes da remuneração devida e a alteração consequente do atual Art.º 21.º dos Estatutos da EMEL, pretendendo utilizar € 18 000 000,00 dos aproximadamente. € 23 000 000,00 devidos à data por esta Empresa à Câmara, para aumentar o seu capital social de € 14 000 000,00 para € 32 000 000,00.-----

----- 6. A alegação de que essa integração irá robustecer a estrutura da Empresa e a preparará para circunstâncias ora impostas na área do estacionamento e da mobilidade pedonal, não colhe, pois não se prevê nenhum reforço real da sua capacidade financeira, propondo-se antes uma mera operação contabilística, que só prejudica as finanças da cidade.-----

----- 7. Não tem portanto esta Proposta qualquer racionalidade económica, até porque os rácios da EMEL serão sempre considerados e em última análise, à luz da sua pertença exclusiva à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- O comportamento contumaz da Câmara neste assunto, não permite que a posição do Grupo Municipal do PPD/PSD seja diferente de VOTO CONTRA.-----

----- Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, Sérgio Azevedo e João de Magalhães Pereira.”-----

----- (O PCP indicou que irá entregar uma Declaração de Voto.)-----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Não concordámos com o alargamento do objeto da EMEL de empresa responsável pela gestão dos equipamentos de estacionamento para uma empresa de transportes, que pode gerir negócios de bicicletas, de transportes públicos, de

estacionamento em locais tão díspares como Cabo Verde ou Macau e agora até Pequim.-----

----- Este aumento de capital visa dar um suporte a todas estas situações e até teoricamente a uma absorção da Carris, cuja gestão será assumida pela CML, liberta dos seus passivos financeiros. -----

----- A nossa posição sempre foi a de manter o anterior objeto da EMEL, não podendo acompanhar esta postura, pelo que o PCP votará contra esta Proposta. -----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, em 23 de Novembro de 2016 -----

----- Pelo Grupo Municipal do PCP, a Deputada Municipal, Ana Páscoa Baptista.” ---

----- (O PSD indicou que irá entregar uma Declaração de Voto.) -----

----- **O Deputado Municipal Vasco Miguel Ferreira dos Santos** entregou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57.º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da 125.ª Reunião realizada no dia 22 de Novembro de 2016 a sua declaração de voto referente à Apreciação do n.º 2 da Proposta 607/CM/2016 – Alteração dos Estatutos da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, S.A que mereceu o voto contra deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento:-----

----- Com a presente alteração de estatutos há um acréscimo de responsabilidade por parte da EMEL e sendo assim, esta fica com a tutela da mobilidade da cidade de Lisboa.-----

----- No entender do MPT, as políticas de mobilidade deveriam ser tutela dos próprios serviços da CML. -----

----- A conversão da dívida em aumento do capital social da EMEL não a dota de capacidades financeiras para a expansão de atuação. -----

----- No entender do MPT, este aumento de capital deveria ser executado com a injeção do valor respetivo por parte dos acionistas, neste caso a CML. -----

----- Lisboa, 22 de Novembro de 2016-----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal, Vasco Miguel Ferreira dos Santos.”-----

----- **PONTO 4. APRECIACÃO DA PROPOSTA 600/CM/2016 - ORÇAMENTO 2017 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020, BEM COMO MAPA DE PESSOAL E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS PARA 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEAS A), B), C) E O) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA F, COM LIMITE MÁXIMO DE 5 HORAS; PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE**-----

----- (A **Proposta nº 600/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVI, Anexo XXVI-a, Anexo XXVI-b, Anexo XXVI-c, Anexo XXVI-d, Anexo XXVI-e, Anexo XXVI-f, Anexo XXVI-g e Anexo XXVI-h** e dela fazem parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1º Comissão Permanente** relativo à **Proposta nº 600/CM/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Proposta 600/CM/2016, Senhores Deputados, o nosso regimento obriga-nos a uma grelha bastante extensa, naturalmente, que nem seria possível discuti-la hoje, durante a tarde toda, teríamos que terminar sempre às 21 horas, o mais tardar, nos termos regimentais, naturalmente, também os Senhores Deputados poderão não querer usar o tempo todo e, portanto, a Mesa não pode adivinhar como é que vão querer gerir os vossos tempos. -----

----- O regimento não clarifica se isto é por rondas, se é para uma intervenção de cada partido e, portanto, não estando nada definido, nós faremos como habitualmente, os Senhores Deputados têm o vosso tempo, inscrevem-se os que entenderem, enquanto houver tempo podem ir sempre falando, e a Mesa vai alternando Deputados de diferentes partidos, portanto, na prática, vamos fazendo rondas à medida que houver inscrições. -----

----- Temos uma intervenção inicial da Câmara Municipal que será o Senhor Vereador João Paulo Saraiva a fazer e depois logo vemos o adiantamento dos nossos trabalhos, se conseguirmos, terminar isto hoje, ou se teremos que prorrogar o debate para outro dia, depende agora, naturalmente, da forma como gerirem os vossos tempos, e a Mesa aqui estará, para estar atenta a isso e também atenta ao quórum da sala.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A pedido de várias famílias, eu vou tentar ser curto. Até porque tivemos este ano, talvez, a quantidade de rondas e discussões sobre esta matéria, mais... falta aqui a apresentação, está aqui no computador estar ali no ecrã. -----

----- Bom, em 1º lugar, não querendo demorar, mas eu tenho sempre um agradecimento para fazer, este é um processo muito complexo, e os trabalhadores municipais, todos os dirigentes, todas as áreas, todas as unidades orgânicas do Município e, depois, em especial a direção municipal de Finanças e os seus dirigentes merecem sempre aqui uma palavra de apreço pela qualidade e pelo trabalho intenso que tiveram para chegarmos aqui neste momento, com um Orçamento com a qualidade que este tem. -----

----- Depois, eu diria que há linhas marcantes deste Orçamento 2017. Há uma que já estivemos aqui a discutir, e que não vale a pena repisá-la, que é a política fiscal e tributária mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, não vou debruçar-me mais sobre ela.-----

----- Um outro ponto que também é completamente marcante deste Orçamento que também não o vou escarpelizar, a porque ele, certamente, merecerá um momento de maior de maior ênfase do que o que eu lhe posso dar, que é, o fundo de mobilidade

urbana e a forma como ele é constituído para podermos alimentar aquilo que são as necessidades no subsídio à exploração à Carris e, portanto, ele está aqui constituído já foi referido que ele será alimentado pelo estacionamento de automóveis na cidade, de veículos individuais, já foi dito que ele terá também alguma componente que tem a ver com as multas e com um Imposto Único de Circulação, e também estão 15 milhões de euros referidos e, portanto, neste Orçamento alocados esta função e não vou a avançar mais, certamente, ainda durante esta sessão, poderemos a falar um pouco melhor sobre ela.-----

----- Tenho aqui os meus *slides*... -----

----- Bem, outra das linhas marcantes e essa sim, vou referir um pouco mais demoradamente, mas ainda assim muito sucintamente, são as primeiras operações do programa Renda Acessível, que vão marcar, sem dúvida nenhuma, mais até do que o próprio Orçamento, a atividade municipal no próximo ano, e é uma das iniciativas mais importantes, e mais estratégicas que o Município tem estado a preparar para executar, a fazer *benchmarking* com outras soluções, noutros países, a fazer um trabalho de aprofundamento do levantamento daquilo que foram as descontinuidades no nosso país sobre esta matéria, portanto, o histórico, ir buscar um pouco aquilo que foram as experiências já tidas sobre esta matéria, mas muito evoluiu ao longo dos últimos anos, esta área de atuação a cidade de Lisboa, infelizmente, não teve políticas a que conseguissem responder a esta necessidade de trazer novas famílias, nomeadamente as famílias de classe média para o Município, vai agora fazê-lo e o ano 2017 será marcado por isso.-----

----- Por último a outra marca a, também, na de máxima importância e é que contra ventos e marés lá acabámos por implementar a taxa turística com uma parceria com todos aqueles que quiseram ter essa parceria connosco, desde logo, o setor do turismo e, apesar de todas as vozes de que vinha, nessa altura ainda não vinha o demónio, mas poderíamos estar a matar a galinha, nessa altura, não matámos a galinha, a galinha está viçosa, neste momento, até, eventualmente, teremos que dar menos alguma comida para ela engordar um pouco menos.-----

----- Mas, de facto, não há aqui nenhum problema com esta área do turismo e conseguimos algo inédito no Município de Lisboa fomos buscar a outras fontes de financiamento, que não recaem sobre os munícipes, mas sobre aqueles que nos visitam e, portanto, temos aqui a oportunidade de o Município obter um conjunto de recursos que, depois em parceria com o setor do turismo, mereceram a sua análise, a sua avaliação, o seu comprometimento com a alavancagem, desses mesmos investimentos, para que a cidade pudesse usufruir, não dos a 15 milhões de euros que, anualmente, poderemos vir a arrecadar com esta taxa, mas sim, cerca de 3 vezes mais, em iniciativas entre o público e o privado, entre a Câmara e o Estado, entre a Câmara, o Estado e privados, bem dá para todos os gostos,-----

----- E é, sem dúvida nenhuma, e para aqueles que não querem ver de forma enviesada, uma das iniciativas mais importantes, e que alguns com humildade deveriam vir dar o braço a torcer, sobre a bondade da iniciativa, até porque noutros



Municípios do país nas mais variadas configurações, mas tendencialmente até daqueles que diziam pior da desta taxa, agora estão a querer implementá-la. -----  
----- É para nós com todo o gosto que daremos a conta do nosso *know how* sobre esta matéria e partilharemos todo o conhecimento com todos aqueles que quiserem usufruir dele, numa matéria, que ainda por cima, como eu já disse e reafirmo, não recai sobre os Municípios, mas sim sobre aqueles que nos visitam. -----  
----- Bem, saltando aqui esta parte que, de facto, para não vos maçar muito mais, eu gostaria só de vos dar os grandes números. -----  
----- Os grandes números, para vos tranquilizar, para não estarmos a partir do zero, temos aqui a situação financeira do Município, também é conhecida todos, estamos todos muito tranquilos sobre o estado em que o Município tem as suas contas, passámos a tormenta, a tormenta que vinha de um certo *tsunami* lá dos anos de 2007. Mas daqui a 10 anos, estaremos melhor, Senhor Deputado, e isso também será interessante, eu certamente já cá não estarei, estarei um bocadinho já velhote, o Senhor Deputado não sei, que é um jovem, mas, de facto, estaremos melhor e essa é algo que nos parece importante garantir. -----  
----- As empresas municipais também, não sei se recorda o Senhor Deputado e os Senhores Deputados, como é que elas estavam em 2007. Pois agora estão neste estado, um estado lindíssimo, podem apreciar e é um estado que nos permite estar aqui a apresentar este Orçamento ambicioso, porque se tivéssemos no ano 2007 seria muito difícil, nós termos um Orçamento com, de facto, a capacidade de resposta às necessidades da cidade que temos aqui hoje. -----  
----- Estejam tranquilos que isto vai ser uma coisa indolor. Eu gostava de vos destacar alguns dos temas que, de facto, farão a diferença no próximo ano, e dos pilares, daqueles pilares de desenvolvimento e emprego, coesão, qualidade de vida e cidade global aberta e multicultural, resolvemos trazer-vos aqui só algumas, condensar aqui, um pouco, aquilo que são as grandes linhas os grandes objetivos da política municipal do próximo ano, independentemente de um conjunto de outros que também vão marcar, mas estes serão aqueles que nos parecem que vão marcar mais a atividade municipal no próximo ano. -----  
----- Desde logo no desenvolvimento de emprego a um novo *hub* empreendedor do Beato. O *Web Summit* com a alavancagem que vai permitir a um conjunto de atividades, nomeadamente a esta, do *hub* empreendedor do Beato, mas também digamos, a todo o ecossistema empreendedor de Lisboa, o fundo de desenvolvimento turístico, que já referi, o fundo de lojas com história, ambição também corroborada em forma muito veemente por esta Assembleia, a que estamos aqui a dar corpo e expressividade. -----  
----- O COE e a política de Lisboa Aberta, o programa de empregabilidade e coesão de forma a que não deixemos ninguém de fora neste processo de desenvolvimento, com uma marca muito positiva, naqueles que, estando um pouco fora das questões mais tecnológicas, consigamos trazer para o desenvolvimento da cidade naquilo que são as suas competências das suas competências desenvolvidas e, desta forma, fomentando e desenvolvendo e aprofundando a coesão social da cidade.-----

----- Uma outra linha de atuação, a da coesão, propriamente, o Programa Renda Acessível, que eu já referi, que tem um nome, penso eu, muito feliz, Lisboa Para Todos, requalificação do parque habitacional municipal, a continuidade deste investimento, o Programa Escola Nova e Programa B.a.bá foi, ainda há algumas semanas atrás, foram ditas um conjunto de coisas sobre o Programa Escola Nova e B.a.Bá, que não são verdade, está aqui uma tradução dessa mesma continuidade do programa. -----

----- O fundo de mobilidade urbana como já referi, o plano integrado para as pessoas sem-abrigo, aprofundar esta política não deixando ninguém para trás, no Município de Lisboa. -----

----- A teleassistência, a monitorização das condições de saúde, aprofundando esta área em que o Município já trabalha, mas que as novas tecnologias nos permitirão atualizar e aprofundar -----

----- E não queremos deixar aqui de dar nota de que a reforma administrativa tem um peso neste Orçamento de 81 milhões de euros, que vai bastante além daquilo que é o que está estipulado na legislação, continuando o Município a acreditar nas Juntas de Freguesia e a dar nota disso mesmo, na forma como constrói o Orçamento, e as privilegia e lhes dá expressão orçamental. -----

----- Quanto à qualidade de vida, também há um conjunto de áreas, que vamos, umas manter, outras reforçar o investimento. Desde logo o Programa uma Praça em Cada Bairro e a frente ribeirinha estão, umas em conclusão, e outras, por isso é que algumas, nomeadamente a frente ribeirinha tem aqui uma expressão, isto junta o universo municipal, importa dizer isso, ou seja, esta abordagem de destaque que eu estou aqui a fazer engloba a grande parte da atividade, aquilo que são os destaques da atividade do Município, mas também nas empresas municipais. -----

----- O plano de reabilitação de vias, o Pavimentar Lisboa continuar esse programa que teve um ano de impacto 2016 muito importante, e que vai ter continuidade em 2017. -----

----- O Plano Geral de Drenagem que vai ter o seu, digamos, o seu momento de maior expressividade orçamental no ano 2018, mas há aqui é uma expressividade muito importante 17 milhões de euros. -----

----- O Plano de Acessibilidade Pedonal que está presente em todas estas intervenções no espaço público, a que eu me fui referindo, e muitas outras, mas também terá uma componente individualizada, que vai suprir algumas intervenções que não estão nos outros projetos, ou em áreas em que não há projetos de intervenção no espaço público. -----

----- A mobilidade suave, os corredores cicláveis, as bicicletas partilhadas, o estacionamento de proximidade e o dispositivo de proteção civil são as áreas destacar na qualidade de vida. -----

----- E por último, na cidade global, aberta e multicultural, destacamos estas 3 linhas: Programa de Acolhimento de Refugiados que vamos manter, apesar de o União Europeia, e reforçar, a União Europeia não tem, digamos, a política europeia sobre esta matéria, não tem tido o sucesso e a eficácia que deveria, mas nós continuamos

disponíveis, e queremos reafirmá-lo, para dar corpo a este Programa de Acolhimento de Refugiados.-----

----- A promoção de eventos culturais empenha aqui um especial papel, a Capital Ibero-Americana da Cultura 2017, e a preparação da candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto em 2021, e conjunto de intervenções em equipamentos para a atividade cultural e prática desportiva. Ele tem uma distribuição por eixos que está aqui ilustrada, não vou maçar, também, muito mais com isto, até porque a discussão que se segue pode ser bem mais interessante. -----

----- E as receitas correntes e de capital, o Orçamento atinge os 775 milhões de euros em dotação definida. E cresce 51,2 por cento, há um aumento das receitas correntes e receitas de capital, estamos a falar de uma estimativa prudente daquilo que são as receitas municipais, quer em sede de IMI quer em sede de IMP quer em sede de Derrama, portanto, no fundo, nós não adotámos nós, Executivo, não adotámos nenhuma das estimativas mais, digamos, otimistas, que poderíamos adotar, não adotámos porque queremos manter as Finanças saudáveis e sustentáveis e não queremos ter nenhum percalço de percurso. -----

----- Quanto à despesa, ela também está aqui devidamente ilustrada, como é evidente, há aqui um crescimento quer das despesas correntes, quer das despesas de capital. Grande parte daquelas despesas correntes, estão muito associadas à dotação pelo Município, de um conjunto de recursos humanos, nomeadamente, nas áreas da Polícia Municipal, que vão permitir que o Município assuma de forma ainda mais aprofundada, aquilo que é a regulação do trânsito na cidade, e esse é o crescimento mais expressivo, e depois o crescimento nas áreas de capital que têm a ver, evidentemente, com o ciclo de investimento que estamos a viver. -----

----- A estas dotações, poderemos dizer também que, se a nossa melhor expectativa for atingida, este Orçamento poderá chegar através, nomeadamente, daquilo que está em dotação não definida, a cerca de 904 milhões de euros e, portanto, a um dos maiores Orçamentos da história do Município. -----

----- Se juntarmos aqui o universo municipal, já estamos a falar de 976 milhões de euros e como, certamente, todos saberão, e não vou bater mais nesse ponto, com a entrada para o universo municipal da Carris, vamos passar os mil milhões de euros, o que passaremos a entrar por um outro campeonato, em termos das capitais europeias, o que também não deixa de ser interessante de assinalar. -----

----- Agora para terminar, eu gostava só de assinalar porque é que eu acho que este Orçamento é o Orçamento adequado às necessidades da cidade, quer as presentes, quer as futuras e porque é ele tanta impressão, tanta dificuldade de aceitação, nomeadamente, à direita. É porque, de facto, este Orçamento mantém e aprofunda a nossa capacidade de investimento. -----

----- É um investimento que é reprodutivo, vai gerar, com a sua execução, mais investimento público, e também mais investimento privado, evidentemente, estamos a falar de um investimento que é sustentável e vai contribuir para a sustentabilidade do próprio Município, por outro lado, a substituição dos empréstimos que este Orçamento contempla por outros, com o melhor serviço da dívida, vai-nos diminuir os

serviços da dívida ao longo do tempo, e reafirmando novamente o que disse, e não feito inteiramente percecionado por todos, vamos, em 2020, se tudo se comportar como nós planeámos e, repito, fizemos planeamento defensivo, nós teremos menos endividamento em 2020 do que temos hoje, mesmo fazendo 523 milhões de euros de investimento nos próximos 5 anos.-----

----- Por último, porque é que eu acho, também, que, de alguma maneira, a direita e a oposição não gosta a deste investimento todo. Não gosta, porque, de facto, a direita quando esteve no poder não teve essa possibilidade, e quando a teve, de alguma forma, desperdiçou-a, não a soube controlar, e deixou o Município na situação financeira e de sustentabilidade que todos conhecemos.-----

---- Por outro lado, também custa muito nós conseguirmos tudo isto mesmo mantendo a política tributária mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, esta conjugação destes 2 fatores, de facto, torna-se um bocadinho incomodativa, para aqueles que fizeram exatamente o contrário quando o podiam ter feito de outra forma.-

----- Depois, também, manter isto manter toda esta capacidade com contas certas do Município, não há aqui nenhum desequilíbrio, nem do Município, nem das Empresas Municipais, e quando projetamos a nossa atividade ao longo dos próximos 5 anos, melhoramos o nosso desempenho, e o equilíbrio do Município sai reforçado e, portanto, é muito difícil perceber, aceitar que isto possa ser assim, eu percebo, pronto, tiveram azar, foi uma altura das Finanças do Município em que estava tudo a correr bem, mesmo que não nos queiram dar o mérito, pronto, eu percebo, não é fácil aceitar isto assim.-----

----- Eu gostava de dizer, para terminar, é que o Município de Lisboa tem as suas Finanças, como já se percebeu, saudáveis, vão continuar dessa forma, e se há coisa que este processo orçamental nos veio trazer de clarificador, é que há uma visão sobre aquilo que é o futuro da cidade nos próximos anos, muito diferente entre a esquerda e a direita nesta Assembleia.-----

----- Temos uma esquerda que conseguiu perceber e aceitar e apoiar a importância do plano de investimentos da cidade de Lisboa para os próximos 5 anos, e temos uma direita em que o PSD se opôs a esse plano de investimentos e o CDS fez um *nim* porque se absteve e, portanto, vão ter agora uma imensa dificuldade em explicar aos munícipes desta cidade que votaram contra ou se abstiveram quando estava em causa investir mais em reabilitação urbana onde estão a melhoria do espaço público, novas escolas, novos espaços verdes, só para citar algumas das iniciativas que estão neste plano. Por outro lado, vão ter muita dificuldade em explicar às populações em que, nalguns casos, andaram até agora a fazer alguma campanha a dizer 'bairros esquecidos', como é que é possível num dia dizer-se estes bairros foram esquecidos pelo Município de Lisboa e, no dia seguinte, votar contra os instrumentos financeiros que nos permitem, exatamente, contrariar essa situação e, portanto, eu percebo o vosso incómodo, eu percebo.-----

----- Mas mais difícil ainda, é explicar aos munícipes da cidade de Lisboa, como é que se votou contra o instrumento que vai viabilizar aquilo que, ainda por cima, foi consensualizado nesta Assembleia, e com a cidade, de forma, talvez ímpar, foi o

Plano Geral de Drenagem de Lisboa, como é que vão explicar aos munícipes desta cidade, que votaram contra, ou se abstiveram, quando estava em causa um plano com esta importância e votado por unanimidade, votado por unanimidade como os Senhores queriam e, portanto, não consigo perceber e os Senhores vão ter muita dificuldade em explicar. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Vamos agora perguntar ao Senhor Deputado relator, que foi o Senhor Deputado Hugo Xambre Pereira se quer fazer a apresentação do seu relatório, se faz favor. -----

----- E enquanto o Senhor Deputado se prepara, eu, também em meu nome, quero aqui agradecer a todas as Comissões, em particular, à 1ª Comissão e à sua Presidente, mas a todos os Senhores Deputados relatores e não relatores, o esforço que fizeram, os próprios serviços tiveram dificuldade em acompanhar esta quantidade enorme de reuniões que foram feitas, com a presença dos Senhores Vereadores, isto não é habitual nas Assembleias Municipais, nós somos mesmo caso único, que fazemos esta análise tão profundada destes documentos e, portanto, quero agradecer a vossa colaboração. Sei que foi um pouco difícil, mas conseguimos chegar aqui, portanto, obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este parecer é um longo, tem 17 páginas, explica os principais números e Propostas incluídas nas GOPs, com detalhes, com as várias Propostas, com gráficos, tabelas, para ter uma leitura mais fácil.-----

----- Também considero que houve uma discussão muito ampla sobre a Proposta de Orçamento e GOPs, parece-me que até foi o Orçamento que teve mais a mais tempo de discussão, e mais reuniões. -----

----- No parecer, há um quadro que mostra a quantidade de reuniões que as várias Comissões fizeram para poder, para também chamar os Vereadores todos, a poder expor aquilo que se propõe fazer no ano de 2017, ao todo houve 10 reuniões diferentes que tiveram audições de Vereadores para poder fazer isso e, como tal mostra, de facto, aquilo que foi o rigor que a Assembleia Municipal de Lisboa teve na análise à matéria e que a nível daquilo que é o parecer, em anexo, tem um conjunto de apresentações todas. -----

----- Não destaco nenhum ponto daquilo que é o Parecer, até porque com o tempo que a 1ª comissão tem houve aqui algum consenso, houve um certo hábito, nós temos aqui algum cuidado de tentar ter Propostas de pareceres que fossem, mais ou menos, consensuais, esta foi como tal, para não quebrar este próprio consenso, não quero aqui estar a poder destacar nenhum Ponto, e vamos ter tempo para discutir a Proposta. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Vamos agora com as inscrições.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Acabámos de assistir a um comício, o Vereador Saraiva acabou de fazer um comício bem demonstrativo dos complexos de direita que este Senhor tem, ele anda obcecado com a direita, é um doente pela direita, se calhar, algumas razões na sua vida que justificam esta atitude, mas, de facto, é inadmissível.-----

----- E, desde vir aqui, explicar o Orçamento, tentar argumentar naquilo que são as verdadeiras causas que interessam a Lisboa, vem aqui fazer um comício e que demonstra o seu ódio a parte significativa desta Assembleia, esquecendo que a democracia é a rotação de poder, esquecendo que todos podemos estar, com todo o direito, em qualquer sítio, portanto, o Senhor Deputado mais uma vez fez aqui um comício e mais uma vez, demonstrou a sua forma de estar e a sua forma de apresentar as questões que não têm nada a ver com aquilo que é tradição desta assembleia. -----

----- Em 1º lugar, eu quero também eu reconhecer, porque tem que se reconhecer sempre a capacidade e o esforço que foi desenvolvido pelos serviços, pelos dirigentes municipais e pelos técnicos na apresentação e desenvolvimento deste Orçamento que, naturalmente, não têm nada a ver com as opções políticas, que nele estão formuladas, mas tiveram trabalho exemplar, e nós temos que, também, considerar esse agradecimento, porque é bom sempre ter técnicos e dirigentes dedicados que ofereçam qualidade de serviço, seja qual for, os dirigentes políticos que estejam no poder. -----

----- Este Orçamento é, naturalmente, o Orçamento de ano eleitoral e normal e é um Orçamento da eleitoral e o que justifica o seu aumento significativo em relação ao Orçamento anterior, e que justifica a sua diferença significativa em relação ao Orçamento seguinte, ou seja, aquele que vem retratado nas grandes Opções do Plano. Há uma diferença significativa em relação aos próximos Orçamentos, na medida em que este é um ano eleitoral.-----

----- Daí o entusiasmo comiciei do Senhor Vereador Saraiva, que vem aqui apresentar um conjunto de ideias, muitas delas têm algum cabimento, muitas delas terão validade, mas vamos ver como é que elas se realizam no futuro.-----

----- Eu saliento, e isso é importante, a construção de mil fogos de habitação, isto no eixo C, Lisboa inclusive, a construção de mil fogos de habitação municipal para substituir as chamadas zonas de alvenaria, nos bairros municipais de Padre Cruz e Boavista. Naturalmente que saudamos, porque não é só críticas que o PSD faz, saudamos esta iniciativa que, de facto, vem resolver algum problema, e não era sem tempo, vejamos, esta maioria está há 10 anos, quase que está nas memórias do passado, as anteriores presidências do PSD, há 10 anos que está no poder, portanto, há 10 anos podia ter transformado esta cidade numa coisa que ela não é ainda. Há 10 anos, em condições ótimas, em condições fantásticas, com o apoio total dos vários Governos, inclusive dos Governos do PSD e CDS. -----

----- Entretanto fala-se também nos grandes Opções do Plano naquilo que é função da Gebalis. Quanto à Gebalis, e estou a citar, a Empresa Municipal cujos estatutos foram recentemente alterados, deve encontrar a sua missão na gestão de proximidade do arrendamento habitacional municipal nos bairros municipais, sem prejuízo de

continuar a ser um parceiro essencial na coesão social desses territórios, contrariando a criação de guetos nas áreas de alojamento de população carenciada.-----

----- Ora, aquilo que nós sabemos, vai à Assembleia Municipal, já foi a Câmara, a alteração, a nova alteração dos estatutos Gebalis, onde vai ser responsabilizada pelo património disperso da Câmara, portanto, afinal, vai deixar de ser aquilo que é, aquilo que aqui diz que o plano, para ser outra coisa, e qualquer dia, a Vereadora a Paula não vai ter que fazer porque, de facto, é tudo transferido para a Gebalis. -----

----- Uma das questões que me chamou a atenção, e eu chamo em especial, também, a atenção dos representantes da 3ª Comissão, para aquilo que vem ponto 4. Eu gostava de saber o que é e, se calhar, talvez Vereadora Paula Marques me possa esclarecer ou então algum dos Senhores Vereadores.-----

----- Realizar as inspeções técnicas de edifícios (ITE), um certificado de condições de segurança quanto ao risco sísmico e de incêndios de conforto e valores patrimoniais e salvaguarda no caso de obras a efetuar. -----

----- Eu chamo à atenção, se isto, de facto, existe, se isto está a ser feito, se há algum certificado de resistência sísmica passado aos edifícios, se, de facto, alguma coisa sobre isto, porque é um assunto importante, é um assunto que tem que ser debatido nesta Assembleia. Estou a ver ali o Miguel Gama que, naturalmente, sabe aquilo que eu estou a dizer, e não vou dizer mais, porque nós vamos debater ao nível da 3ª Comissão, mas eu fico espantado quando já vejo aqui o certificado. Já passaram certificado, onde é que está o certificado, qual é o certificado, qual é a forma, não faço ideia e eram esclarecimento que era importante que fosse dado. -----

----- Também, quanto à intervenção faseada na zona monumental de Belém e Pedrouços, também gostaria de ter uma informação sobre qual é, quais são as intervenções que vão ser feitas, qual é a forma de intervir nesta zona tão importante e tão relevante na cidade. -----

----- Também se fala que na Almirante Reis vão fazer exatamente a mesma coisa que fizeram no eixo central, também era conveniente, ainda com o valorizar a intervenção ainda não identificada, era conveniente que soubéssemos como é que vai, qualquer dia é possível circular de Lisboa. -----

----- Agora há aqui, vamos falar nas receitas. A água é o elemento mais perverso naquilo que são as receitas da cidade de Lisboa, eu vou só comparar aquilo que eram as receitas das taxas ligadas à água, as receitas de saneamento e de conservação de esgotos em 2014, o último ano antes do aumento. -----

----- As receitas em 2014 para 2017 alteraram-se, sem contar com o turismo, sem contar com a receita do turismo, a aumentaram 50 milhões de euros, ou seja, na fatura da água há mais de 50 milhões de euros que são cobrados às famílias de Lisboa, ou seja, cada cidadão de Lisboa paga, por ano, a mais do que pagava em 2014, 100 euros, uma família com 5 pessoas paga mais 500 euros. e a água é um bem insubstituível, porque nós podemos substituir a garoupa pela sardinha, podemos substituir o bife do lombo pelo frango, podemos andar de carro, podemos não andar de táxi nem de UBER, podemos que fazer várias opções. Mas esta, ninguém pode fazer, ninguém pode ninguém pode deixar de beber água, e também alguns riscos como os pobres,

tanto se lavam os ricos como os pobres, e todos são apanhados por esta teia de sacar dinheiro e de impostos, que e o Senhor Vereador Saraiva e o Senhor Presidente lançaram sobre e sob a cidade de Lisboa. São 50 milhões, são uma família de 5 pessoas paga mais 500 euros por ano só em relação às tarifas que estão incluídas na água. -----

----- Isto é inadmissível, e é isto que é preciso as pessoas dizerem, porque dizerem que diminuem o IMI, que diminuem, que descontam 50% sobre as taxas de IRS, nem todos pagam IRS, há uma maioria significativa de pessoas que, infelizmente, não pagam IRS, portanto, dessa vantagem têm zero, também há muita gente que não tem casa própria, dessa vantagem têm zero, mas a água, a água bebo eu, e bebem todos. ----

----- E agora vamos ver como é que é aplicado esse dinheiro. Vamos ver como é que aplicado esse dinheiro. Em relação ao Regimento de todas estas verbas, em relação ao Regimento de Sapadores Bombeiros, Segurança e Ordem Pública e Polícia Municipal, são só gastos, de acordo com o Orçamento, 13 milhões de euros, só 13 milhões de euros, e em relação à Direção Municipal de Higiene Urbana, aquisição de serviços era, Serviços de Limpeza e Higiene e Esgotos, são apenas 40 milhões, muito aquém daquilo que cobram nestas 2 áreas. Isto é inadmissível porque o dinheiro seria para aplicar, e é essa a desculpa, no financiamento destas estruturas e destes serviços, e não é aplicado. É gato noutras coisas, talvez também importantes, mas não é nestas. -----

----- Isto nós vamos ver aquilo que é o discurso permanente, no comício do Senhor Vereador Saraiva, que é a Lisboa, é quem cobra menos em relação às taxas de esgotos, às taxas de saneamento, etc. -----

----- O Senhor Vereador Saraiva, não pode comparar aquilo que é incomparável, não pode comparar um tecido urbano unificado, como é o caso de Lisboa, e um tecido urbano diversificado, em vários núcleos urbanos, onde o custo dos serviços é muito maior e aquilo que a taxa deve cobrar é o custo real dos serviços, não é mais nem menos. Ora o custo dos serviços em concelhos como Sintra, como Amadora, como Oeiras, como Cascais, é muito superior àquele que seria em Lisboa, e depois temos outro aspeto quem conhece esses conselhos, a qualidade não tem comparação, a qualidade do serviço não tem comparação. A eficácia não tem comparação, portanto, vir com essas ideias de quadros muito bonitos e com linhas a tracejadas, a dizer que a posição da Câmara de Lisboa é a 5ª ou a 4ª do ranking, é mais comício, é mais comício, é mais bla bla, não tem a mínima justificação. -----

----- Há outro aspeto que eu queria, em relação àquilo que, é uma coisa que eu venho, há muito tempo, a reclamar. É a forma como a Câmara utiliza um saco azul chamado ATL. A Câmara utiliza um saco azul chamado ATL. -----

----- E aquilo que o Senhor que o Senhor Vereador, há bocado dizia para justificar o aumento de capital da EMEL. Não se justifica, aí justifica-se o aumento de capital da EMEL é uma empresa que é municipal e é 100% da Câmara, aqui não é isso, aqui é uma associação privada, dirigida por uma família, porque o diretor e a subdiretora são familiares próximos, e pelo Senhor Presidente, portanto, o Presidente da ATL é o Senhor Presidente da Câmara, e o Diretor é o Doutor Vítor Costa que está lá desde a fundação e aquilo é mais ou menos negociado desta forma, e com esta situação



desviam-se milhões e milhões, centenas de milhões, se vamos analisar todo o património, todo o património que já passou para as mãos da ATL, todo o património de Lisboa, são milhões, são talvez centenas de milhões, e mais uma vez aquilo que foi uma boa que, na minha opinião, nem sempre no meu partido se considerou assim, mas, na minha opinião, foi uma boa medida, que foi taxar as dormidas turísticas, já que não fazemos mais de que todas as capitais fazem, e acho que é, por exemplo Roma, é muito mais elevado, de exemplos próximos que eu conheço, é muito mais elevado, acho que é 2 euros e meio por dormida, do que Lisboa. Cascais também será, ainda bem, portanto, isso será uma boa ideia, esse dinheiro, mas esse dinheiro não pode ser desviado para uma Instituição que não é sujeita a concursos públicos, não é sujeita ao Tribunal de Contas, não é sujeita à fiscalização das Finanças, não é sujeita à fiscalização da Câmara, não é sujeito à fiscalização da Assembleia Municipal, anda em roda livre, gasta o que quer, faz os concursos que quer, adjudica a quem quer, e nós zero. -----

----- Aqui nesta câmara nesta Assembleia, ninguém sabe mínima, e diga-me alguém daqui dos Deputados da maioria, se algum sabe o que se passa na ATL e como é que é gasto e como é que estão as condições, que o dinheiro é gasto na ATL. -----

----- E a ATL tem um fim diferente, o seu *core Business* é a promoção turística, é a promoção da cidade de Lisboa, não é fazer obras, não é completar o Palácio da Ajuda, não é gerir os restaurantes da área ribeirinha, não é gerir os restaurantes e o Terreiro do Paço, não é gerir o parque de campismo, não é nada disso, é a promoção turística e é isso que não se deve desviar, e nós sabemos, até pela forma como, felizmente, que Lisboa, como a maior parte das cidades europeias, que não têm problemas de segurança, tem tido um *boom* fantástico na procura turística, felizmente, e isto associado aos *low costs* que têm trazido, para Lisboa, milhares e milhares de turistas. É verdade. -----

----- Mas isto não justifica, não é justificado por uma ação concreta de promoção, porque, sabendo nós, que aquilo que está a invadir Lisboa, é um turismo de massas, é um turismo de hostel, é um turismo de quarto alugado, é um turismo nessas circunstâncias, nós devíamos dirigir-nos, como já se fez, para o nicho específico do mercado, fazer promoção direcionada, de forma a cativar, não só um turismo mais rico, como um turismo de maior permanência, e isso, infelizmente, a ATL não faz porque, se calhar, gasta o seu tempo e a sua capacidade nas obras e a gerir os escritórios, a gerir os restaurantes e outras situações que a Câmara lhe passou. -----

----- Portanto, por isto disse, embora possa haver algum aspeto ou outro e, naturalmente, que a melhoria, porque como é óbvio, uma Câmara a trabalhar ao longo de 10 anos, se não apresentar uma coisa diferente daquilo que era no passado, também, melhor seria, possa existir, ele não pode merecer a nossa aprovação. -----

----- E, por isso, nós votaremos contra este Orçamento e grandes Opções do Plano e mais uma vez, lembro que os comícios do Senhor Vereador Saraiva, já era tempo de acabarem.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, tenho que fazer aqui um esclarecimento ao Senhor Deputado, porque certamente, por desconhecimento da sua parte, deu entrada nesta Assembleia a Proposta nº608/CM/2016, que vai ser debatida aqui de acordo com o calendário, que vimos em conferência de representantes, na próxima reunião, está em apreciação na 1ª e na 2ª Comissão e o objetivo dessa Proposta é precisamente a repartição de encargos do financiamento, pelo fundo de turismo, da lista de projetos objeto de parecer favorável ao Comité de Investimento, e a respetiva transferência de verbas da Associação de Turismo de Lisboa.-----

----- Senhor Deputado, desculpe, a Mesa está a fazer esclarecimento, o Senhor Deputado disse que não sabia nada, que não havia informação, que havia desvios de dinheiro, Senhor Deputado não me interrompa, se faz favor, respeite a Mesa, o que eu estou a dizer, provavelmente, o Senhor Deputado não conhece ainda a porque ela não foi à sua Comissão, está na 1ª e na 2ª Comissão, e virá aqui e, portanto, estou apenas a dar este esclarecimento, é apenas um esclarecimento que acho que tenho o dever de dar, e vamos discutir isto e o Senhor Deputado, terá ocasião, nessa altura, de se pronunciar, naturalmente, sobre a matéria.-----

----- Vamos prosseguir com as inscrições”.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Após analisarmos a Proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2017 e as Grandes Opções do Plano, ‘Os Verdes’ gostariam de salientar alguns aspetos. -----

----- Ao olharmos para os números apresentados, a situação financeira do Município é favorável e sustentável, tal como foi apresentado pelo Senhor Vereador.-----

----- Mas um Orçamento é muito mais do que estes números e reflete opções e prioridades, sendo aqui que residem as nossas divergências relativamente a esta Proposta. -----

----- Este Orçamento de 775,1 milhões de euros é dos maiores Orçamentos que passaram pela Câmara.-----

----- No que respeita a receitas temos um aumento de 28,8 milhões de euros em impostos diretos face a este ano, representando um encaixe de 342,6 milhões de euros, o que em grande parte se deve ao aumento da receita com o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), mas não só.-----

----- Entre taxas, multas e outras penalidades há um aumento de quase 11 milhões de euros, para 77,3 milhões de euros, valor em que se inclui a receita com a Taxa de Proteção Civil (18,9 milhões) e com a Taxa Turística (15,7 milhões). -----

----- Comparando com 2015, o aumento é ainda maior, o que revela uma subida consecutiva da carga fiscal sobre os municípios ao longo dos anos. -----

----- É preciso esclarecer que este dinheiro com que a Câmara está a contar não cai do céu, sai dos bolsos dos lisboetas. -----

----- É de salientar que se mantém a Proposta de devolução de parte do IRS aos municípios, à qual já nos opusemos no ano passado, uma vez que apenas favorece

quem tem rendimentos mais altos, e não todos, o que nos pareceria mais justo e correto. -----

----- Sobre o Fundo de Desenvolvimento Turístico, que tem inscrita uma verba de 11,3 milhões de euros, queremos apenas reforçar o que já dissemos no ano passado: considerámos na altura que a taxa turística não ia servir a cidade nem os seus interesses e este fundo é bem demonstrativo das nossas preocupações e reservas. -----

----- No próximo ano, a autarquia espera também mais 29,6 milhões de euros com as receitas de capital, essencialmente devido à alienação de ativos não estratégicos, ou seja, edifícios municipais que não são considerados como necessários para o Município. Também é com preocupação que vemos a continuação deste princípio. -----

----- Neste Orçamento está também prevista a criação de um fundo de mobilidade urbana, de 15 milhões de euros, para financiar a gestão da Carris, suportado por receitas de estacionamento, multas de trânsito e do Imposto Único de Circulação. Sobre esta matéria temos grandes reservas, que passamos a elencar. -----

----- Em primeiro lugar, a Carris opera em vários concelhos, não apenas em Lisboa. Ou seja, tem um âmbito territorial que extravasa a área do Município. Depois, os meios de transporte da cidade, todos os meios de transporte, devem ter uma gestão integrada. Foram vários os debates sobre transportes que já tivemos aqui nesta Assembleia e sempre defendemos uma gestão integrada através de uma Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- Logo, a gestão da Carris sob a responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa contraria completamente este princípio que defendemos e que consideramos ser o mais adequado e capaz de dar uma resposta eficaz perante o desafio que os transportes na Área Metropolitana de Lisboa representam e perante a situação caótica em que se encontram. Precisamente por isso, precisamos de uma resposta eficaz a nível metropolitano e integrado. -----

----- Mas as nossas reservas não ficam por aqui, porque há ainda as questões financeiras. A Carris, assim como outras empresas de transporte, tem vindo a ser alvo de desinvestimentos e apresenta sérios problemas e carências, estando cada vez mais afastada do que é um verdadeiro serviço público de transportes. Esta situação representa um esforço financeiro muito grande, mesmo sem o seu passivo, que se manterá no Estado. -----

----- Para além disto tudo, há ainda uma desresponsabilização do poder central na prestação de um serviço que se devia manter sob sua responsabilidade. -----

----- A Proposta de Orçamento que agora discutimos também reflete diversas opções do executivo do Partido Socialista com as quais não concordamos e podemos dar o exemplo da própria Reorganização Administrativa e a Descentralização, cujas consequências são visíveis não só a nível dos munícipes, mas também dos trabalhadores e dos próprios serviços, ou as opções inscritas e permitidas a nível de gestão urbanística com o Plano Diretor Municipal atualmente em vigor. -----

----- Já há muito que vimos alertando para o esvaziamento da Câmara, que passa tudo o que pode e o que não pode para as empresas municipais. -----

----- Além desta situação representar uma desresponsabilização do papel da Câmara, dificulta a fiscalização da atividade por parte de todos nós, enquanto eleitos. A verdade é que não são entidades independentes, mas sim municipais, mas também é verdade que a Câmara assim que pôde libertou-se dessas responsabilidades, nas mais diversas áreas, e a fiscalização feita não é a mesma. -----

----- Sobre o Mapa de Pessoal, que deve conter a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do Orçamento, e apesar de a CML referir a intenção de resolver no próximo ano alguns dos problemas e de se poder iniciar a abertura em 2017 de procedimentos concursais com vista à resolução dos vários processos de mobilidade e de colmatar a carência de pessoal, há ainda situações que merecem alguma atenção e preocupação. -----

----- É necessário que todas as situações de mobilidade sejam resolvidas e estejam consolidadas definitivamente. -----

----- É preocupante a idade média dos trabalhadores do Município, pelo que será necessário tomar medidas que tenham em conta o rejuvenescimento do mapa de pessoal. -----

----- Há uma tendência ao longo dos anos de redução do número de postos de trabalho efetivamente ocupados e do número de vagas disponíveis, principalmente quando olhamos para os sectores operacionais. -----

----- Mantém-se o objetivo de esvaziar a CML através da transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia e para a EGEAC, com externalizações e concessões, o que afeta a capacidade operacional do Município, sendo uma opção política com a qual 'Os Verdes' não concordam e que temos recorrentemente contestado. -----

----- O Mapa de Pessoal apresenta uma diminuição de 139 postos de trabalho previstos, face a 2016. -----

----- Para 2017 há apenas 7271 postos ocupados, menos 85 face a 2016. A nível dos postos de trabalhos vagos passamos de 519 para 556. -----

----- Assim, a prioridade deverá ser o reforço do número de trabalhadores nos mais variados serviços municipais, a nível operacional e técnico. -----

----- Perante os aspetos que acabámos de referir, e não obstante a sustentabilidade estrutural das finanças do Município, este Orçamento falha na sustentabilidade das opções tomadas pelo executivo. E se não estamos perante uma Câmara com problemas nas contas, porque insiste o Partido Socialista numa estratégia que não é amiga dos munícipes, que favorece determinados grupos em vez de uma cidade capaz de oferecer qualidade de vida e oportunidades iguais a todos? -----

----- Esta é a pergunta a que o executivo deverá responder pois o Orçamento para 2017 falha redondamente neste objetivo. -----

----- Resumindo, perante este Orçamento que nos é apresentado pelo Partido Socialista, 'Os Verdes' não concordam com muitas das opções nele inscritas e com a orientação seguida, razão pela qual não podemos acompanhar esta Proposta de

Orçamento, uma vez que contraria as Propostas que temos aqui apresentado e defendido ao longo de vários anos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu em 1º lugar, portanto, gostaria, nesta discussão da Proposta das Grandes Opções do Plano para 2017 e 2020 do Orçamento, gostaria, realmente, salientar a aquilo que já foi dito pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva, e por outras intervenções que, de facto, este é o maior Orçamento da Câmara em muito tempo. -----

----- E eu fiquei contente com uma questão, portanto, penso que nos próximos anos, de facto, esta Assembleia vai deixar de se comparar em termos de taxas e impostos, etc, com os Orçamentos dos Municípios vizinhos, e vamos assistir a uma comparação com as capitais europeias. Estamos realmente, a outro nível, penso que será um exemplo, de facto, da globalização também aqui em relação à Assembleia, de facto, nos próximos anos, realmente vamos ver.-----

----- Mas o que me interessa é Lisboa, neste momento, de facto, vivemos aqui, trabalhamos aqui e, portanto, vamos discutir realmente esta Proposta.-----

----- Discutimos hoje as Grandes Opções do Plano (2017/2020), o Orçamento para 2017, as Propostas sobre tabelas de taxas, que já aprovámos há pouco, bem como as opções e Orçamento das empresas municipais. É fundamental termos todos presente a importância destas Propostas, pois visam definir as grandes linhas de atuação do Município para os próximos anos, delas dependendo a melhoria na qualidade de vida dos lisboetas, dos que aqui trabalham e de quem nos visita. -----

----- Infelizmente não nos parece que tal venha a suceder. -----

----- Começo por referir que os documentos em apreço mantêm os aspetos positivos já assinalados no ano passado, no que diz respeito à sua apresentação e organização, permitindo uma melhor leitura e compreensão. No entanto, continuam a verificar-se dificuldades na leitura dos cruzamentos das várias linhas estratégicas com a informação contida no Orçamento, dificuldade que fomos assinalando nas diversas reuniões das comissões em que participámos, nomeadamente, com os Senhores Vereadores presentes, pois entendermos que estes documentos deveriam ser perceptíveis a todos os cidadãos. -----

----- Em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, as suas linhas de desenvolvimento estratégico são as mesmas que constavam do documento apresentado para 2016, que, por sua vez, numa política de continuidade em relação a 2015, como sublinhámos na intervenção aqui efetuada aquando da sua discussão. Não contestando o facto de esta continuidade poder ser natural, os aspetos concretos deveriam ser alterados em função da realidade anual e, lamentamos, imenso, mas isso nem se verifica sempre, e há vários exemplos nestes documentos que mostram isso. ---

----- Caso se considere que o conteúdo se mantém atual, pelo menos nas suas medidas mais específicas, isto significa que o Município nada concretizou ao longo destes dois anos, ou que a maioria no executivo camarário não se preocupou em incluir nestes documentos as medidas que pretende realmente concretizar. -----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva, na reunião com o PCP, no âmbito da preparação das GOPs e Orçamento, considerou 3 aspetos fundamentais: concursos de renda acessível, integração de projetos financiados pela taxa turística, componente de financiamento de transportes públicos (Carris). Nenhum destes aspetos se encontra devidamente tratado nas GOPs, que apresentam um conjunto de ideias vagas e abrangentes, traçando uma imagem idílica da cidade, que nem sempre corresponde à realidade dos bairros e freguesias.-----

----- No entanto, os aspetos referidos aparecem tratados no Orçamento, sendo particularmente grave a intenção de “criação do Fundo de Mobilidade Urbana de Lisboa, que tem por objetivo apoiar a integração no universo municipal da empresa Carris”. Como já salientamos por diversas vezes neste e noutros fóruns, a Carris tem um âmbito territorial que extravasa a área do Município, devendo a sua estratégia de atuação ser definida pela Autoridade Metropolitana de Transportes, e eu sobre isto não vou referir muito mais, referir apenas que subscrevo a intervenção, nesta parte, a intervenção que a Deputada Municipal Cláudia Madeira de ‘os Verdes’ aqui fez ainda agora. Só friso mais uma questão, isto vai ser um grande esforço financeiro para o Município, até porque para cobrir a exploração e para prestar o serviço público, deverá estar acometido, e a carris é um serviço público, os transportes são públicos, é u serviço público e nós, a este nível, concordamos, mas esta empresa terá que ser forçosamente deficitária, daí o tal esforço financeiro que isto vai acartar para a Câmara.-----

----- As 7 opções orçamentais estratégicas para 2017 contidas no Orçamento representam uma linha de continuidade com as opções anteriores. -----

----- Para 2017 o Orçamento prevê uma verba de 775 milhões de euros (ou 905 milhões se considerarmos 130 milhões de dotação a definir, mais 51 milhões do que o previsto para 2016. Saliente-se ainda o aumento de 307 milhões na despesa total prevista, relativamente à execução de 2015 (última conhecida), o que significa um crescimento de 51,4%. No que diz respeito às receitas há, por comparação com o Orçamento de 2016, um acréscimo de 29,6 milhões de euros em receitas de capital, 23,6 milhões de euros em Imposto Municipal sobre Transmissões e 10,9 milhões em taxas. -----

----- Quanto às despesas do Plano de Atividades, note-se o reforço do Eixo A – Cidade mais próxima, tanto face à execução de 2015, em que sobe 121 milhões de euros, como ao Orçamento 2016, ao que certamente não será alheio o facto de 2017 ser ano de eleições autárquicas. Realce ainda para o reforço de verbas previsto para a reabilitação, com o qual estamos, obviamente, também de acordo, mais 65 milhões de euros que a execução de 2015.-----

----- Do conjunto das 23 rubricas elencadas nos Eixos, 7 absorvem 82,5% da verba total do Plano de Atividades: Serviços Urbanos de Qualidade (26,4% de peso no total do Plano); Governação Próxima e Participada (19,5%), Cidade Reabilitada e Reabilitada (15,1%), Direito à Educação (6%), Cidade da Cultura e da Criatividade (5,9%), Direito à Habitação (5,4%), Cidade Acessível para todos (4,2%). -----

----- A apresentação do Mapa de Pessoal enquadra-se no que é legalmente exigido. No mapa que acompanha a Proposta, constata-se um decréscimo de 139 postos de trabalho previstos, facto de que resulta mais uma vez a redução do número total dos postos de trabalho no Mapa de Pessoal da CML (trabalhadores do Município). E eu também não vou dizer mais números, porque a intervenção anterior da Deputada Cláudia Madeira já focou estes aspetos, vou apenas referir, e penso que este é um elemento para termos presente, porque grave.-----

----- A maioria dos postos de trabalho cativos, com 2125 postos, que representam postos de trabalho cativos para os trabalhadores que transitaram para as juntas de freguesia no âmbito da reforma administrativa. Tratando-se assim de uma manobra para ocultar a verdadeira redução de efetivos no Município: desde 2010 até 2017 o Município sofreu uma redução de cerca de 3 500 postos de trabalho previstos, uma vez que os cerca de 1 800 trabalhadores que transitaram para as juntas já fazem parte do mapa de pessoal dessas autarquias.-----

----- Consideramos inadmissível aceitar a redução de mais postos de trabalho, pois consideramos que esta situação pode comprometer ainda mais a capacidade futura de resposta dos serviços e/ou as consequentes externalizações.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Deputados Municipais, a análise e a crítica que fazemos, reporta essencialmente às opções estratégicas e políticas, não havendo reparos aos aspetos financeiros, pois consideramos que o Município se encontra numa situação financeira sustentável, e muito menos à qualidade dos serviços, que é de louvar.-----

----- Em resumo, estamos perante documentos previsionais que preconizam a manutenção da atual política municipal que, como temos demonstrado em situações concretas, não está direcionada à resolução dos problemas das pessoas, estando em muitos casos mais virada para a defesa dos grandes interesses, designadamente imobiliários e especulativos.-----

----- Senhor Vereador, nós, PCP, temos votado aqui, e na Câmara, a favor de Propostas, por exemplo, cito o Plano de Drenagem, que consideramos importantíssimo para cidade, e outras Propostas e outros Projetos a esse nível.-----

----- O PCP, votou e vai continuar a votar as Propostas que, realmente, considera justas e boas para a cidade, quer grandes Propostas, como o Plano de Drenagem, quer a outro nível, Propostas mais... Mas vamos continuar a votar contra Propostas ou aspetos que consideramos que, do nosso ponto de vista, são prejudiciais para os Lisboaetas, e, por outro lado, embora concordemos, como eu disse, e temos votado a favor de determinadas Propostas estruturantes para a cidade, o conjunto que é este Plano e este Orçamento de modo nenhum merece a nossa concordância.-----

----- Aliás, é conhecida a nossa posição em relação, por exemplo, ao atual PDM, não vou aqui discutir, várias vezes foi aqui referido, em relação à reforma administrativa e, ultimamente, em relação à própria transferência da empresa Carris.-----

----- Daí a nossa posição, em coerência com aquilo que temos sempre defendido, e qua vamos continuar a defender, não acompanhamos este Planos e este Orçamento.

Acompanharemos as Propostas que considerarmos que são úteis para a Cidade. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Vereador começou a sua intervenção por onde eu quero começar, quero-me centrar nas linhas marcantes deste Orçamento e destas grandes Opções do Plano. -----

----- São essas as prioridades deste executivo para o próximo ano, e para os anos que a seguir se seguem. -----

----- Tem 4 prioridades, a 1ª que são os impostos, as taxas e as tarifas, que já tratámos na discussão aqui há pouco, que ouvimos as várias intervenções, e sobre as quais o Bloco de Esquerda apresentou as suas divergências, e que concretizámos em Propostas concretas. Sobre essa não adiantarei muito porque a discussão está feita, está votada, está encerrada. -----

----- Depois temos o programa de renda acessível, uma Proposta central deste executivo, e que regista que o ano 2017 será o ano da colocação a concurso das intervenções iniciais, portanto, é o pontapé de saída para este programa. -----

----- Em 3º lugar, o fundo de mobilidade urbana que visa a integração da Carris no Município, dando seguimento àquela que foi a cerimónia que ontem assistimos. -----

----- E, por último, a taxa turística, que vai gerar uma receita de 15 milhões de euros, sendo esta uma estimativa conservadora. -----

----- Estas são as linhas marcantes deste Orçamento, são os eixos fundamentais para 2017, e são essas as linhas, essas estratégias que queremos discutir. -----

----- Começamos pela mobilidade urbana. Esse foi o tema de ontem, tivemos conhecimento, tivemos convite para assistir, mas não tivemos conhecimento do documento apresentado, o memorando de entendimento, sabemos que foi hoje enviado à Assembleia Municipal, mas gostávamos de o ter conhecido, com a antecipação devida, para sabermos desse passo importante que foi dado, no dia de ontem. -----

----- Essa transferência para o Município acontecerá, como sabemos, no dia um de Janeiro de 2017, o Bloco de Esquerda defendeu, desde a 1ª hora, que a gestão dos transportes públicos na cidade de Lisboa, teria de ser realizada pelo Município, a transferência da Carris para a câmara é, por isso, uma boa notícia. -----

----- Este foi um caminho atribulado, sabemos-lo. A concessão a privados, desta empresa, foi prevista pelo Governo PSD-CDS, e seria o maior dos erros para a mobilidade numa cidade como Lisboa, a anulação destas concessões foi um dos pontos vertidos no acordo de incidência parlamentar que o Bloco de Esquerda assinou com o Partido Socialista, e conseguimos que essas concessões fossem revertidas e, portanto, foram anuladas e essa também é uma boa notícia que nos permite hoje ter a Carris na responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mas a gestão municipal da Carris, por si só, não é uma garantia de transporte público universal, e de qualidade na cidade, é preciso saber o que se vai fazer com a Carris, qual a política do Município para esta empresa, e qual o papel que se pretende



na mobilidade urbana numa empresa como a Carris. O anúncio feito ontem de investimento em equipamentos e motoristas é o passo no caminho certo a qualidade do serviço e a expansão da rede, com certeza que, no fim, se beneficiam com este investimento, e é preciso que a Carris seja esse transporte público em que as pessoas confiam e que privilegiam no seu quotidiano.-----

----- A prioridade fundamental deve ser a recuperação de passageiros perdidos nos últimos anos e, para tal, é preciso garantir o serviço de qualidade, com regularidade, com uma cobertura territorial intensa e horários alargados, em especial no período noturno. Mas, para recuperar passageiros, é preciso também tornar o transporte público, uma opção económica e é preciso que essa seja a opção de quem o utiliza para se movimentar na cidade. O anúncio de viagens grátis para crianças até aos 12 anos, que não será exclusivo na Carris, sabemos-lo, mas também no metro e na CP, nos percursos urbanos e a redução do passe para passageiros com mais de 65 anos, é naturalmente, um passo importante, mas é tímido, insuficiente.-----

----- É preciso que o incentivo aos jovens para utilização do transporte público se estenda e é por isso que defendemos, no âmbito do Orçamento de Estado, da discussão que agora que terminará nos próximos dias, os descontos no tarifário sub-23. Existindo esta comparticipação do Estado, deveria, o Município, avançar com um financiamento suplementar, para aumentar esse desconto e caminhar no sentido da gratuidade para estes jovens. -----

----- Mas o problema da mobilidade em Lisboa é mais vasto, e não se resolve se não se enfrentar a situação de degradação agravada no Metro de Lisboa. O Metropolitano é uma peça fundamental da mobilidade na região de Lisboa, e enfrenta hoje grandes problemas, problemas gigantescos de operação, que irão conduzir a uma nova redução de passageiros, caso não sejam imediatamente resolvidos. Os tempos de espera são inaceitáveis, para este tipo de transporte, as carruagens sobrelotadas esgotam a paciência dos passageiros, e a odisseia para comprar um passe ou um bilhete é uma vergonha para uma cidade como Lisboa.-----

----- O Presidente dirá, com certeza, mas o metro é responsabilidade do Estado e, portanto, terá de ser o Governo a resolver. O problema é que o colapso do serviço prestado pelo Metro em Lisboa recai sobre os passageiros desta cidade e é perante estes que o Presidente da Câmara de Lisboa tem de responder. -----

----- Por isso, o Bloco de Esquerda tem defendido que, tal como a Carris, o Metro de Lisboa deve ser alvo de uma transferência de gestão, que inclua os vários Municípios abrangidos pelo Metro, mas com especial responsabilidade para o Município de Lisboa.-----

----- Pensar a mobilidade na cidade de Lisboa sem uma palavra na gestão do Metro é, por isso, um erro, e fragiliza, até, a própria articulação com o serviço prestado pela Carris, que deve ser coordenado de forma muito estreita com o serviço de Metro, de forma a evitar redundâncias e prejuízos de concorrência. -----

----- Portanto, sobre a mobilidade urbana, estamos a dar os passos certos na direção certa, mas está ainda quase tudo por fazer.-----

----- Habitação. É esta outra das linhas marcantes do Orçamento e Plano, em particular, o Programa de Renda Acessível, estão consignados 5,2 milhões de euros para este programa em 2017, o que, na prática, e tendo em conta a dimensão do mesmo, representam somente uma fase de estudo, de preparação e do concurso, é essa que se prevê que se execute em 2017. -----

----- Os primeiros projetos-piloto irão arrancar nos próximos meses e, por isso, em breve perceberemos se os investidores vão a jogo nestas PPPs, ou não. Se correr bem, se os investidores se sentirem atraídos por este negócio, como prevê o Executivo que aconteça, até ao final do mandato não teremos qualquer fogo, pronto e, portanto, nenhuma das 7 mil famílias da classe média será instalada, se correr mal, por outro lado, porque os investidores acharam melhor ir procurar lucros noutras paragens, o Executivo arrumará trouxa, os 5,2 milhões de euros, e fecha esta PPP numa gaveta. ----

----- O problema fundamental deste programa é exatamente este, se o negócio não for suficientemente atraente para os investidores, e se o for, não é, com certeza, para o outro parceiro que avança com os imóveis, a Câmara Municipal de Lisboa, se não for suficientemente atraente, o pilar da resposta à crise da habitação em Lisboa desmorona-se, ou seja, o principal problema pelo qual atravessa a cidade, uma crise profunda no acesso à habitação para dezenas de milhares de pessoas que querem viver na cidade, mas não conseguem, este problema fica sem resposta, a Câmara Municipal de Lisboa tem uma estratégia que está totalmente dependente da vontade ou disponibilidade dos investidores, se o negócio for rentável, os investidores vão a jogo, se não for, lá se vão os 7 mil fogos, é uma estratégia totalmente errada, porque volátil e indefinida. -----

----- A crise da habitação em Lisboa, é um problema demasiado grande e demasiado grave para estar dependente desta volatilidade e da vontade dos investidores. Com a capacidade de financiamento que existe e com uma política de valorização do património municipal, seria possível definir uma estratégia que não ficasse dependente de terceiros. Esse seria o caminho certo, que faria depender a resposta apenas da capacidade e vontade do Executivo Municipal. -----

----- Por último, a referência à taxa turística e ao fundo por ela gerada. A última das linhas marcantes, enunciado há pouco, pelo Vereador das Finanças. -----

----- O Orçamento prevê arrecadar 15 milhões de euros com a taxa cobrada aos turistas que nos visitam todos os dias em Lisboa. Primeiro, continuamos sem saber como vai ser cobrada a componente desta taxa correspondente a chegadas no aeroporto de Lisboa, e gostaríamos de ter uma resposta absolutamente clara por parte do Município. Depois, e conforme expressámos na reunião com o Vereador das Finanças sobre o Orçamento, temos uma divergência profunda sobre a gestão deste fundo de desenvolvimento turístico. -----

----- O Presidente Fernando Medina tem tido um discurso ambíguo sobre este fundo, mas a prática tem sido muito concreta e esclarecedora, tem sido ambíguo porque insiste, sempre, que o fundo serve para compensar a cidade pelos impactos do turismo, mas sejamos claros, o fundo de desenvolvimento turístico, conforme o próprio nome indica, serve para desenvolver o turismo, caso contrário, poderia

chamar-se o fundo para compensar a cidade pelos impactos do turismo, não é esse o seu nome, porque não é esse o seu objetivo.-----

----- Há umas semanas nesta Assembleia, no debate em que discutíamos a exclusividade deste fundo, aplicado ao turismo, anunciou o Senhor Presidente aqui que o fundo, afinal, ia também beneficiar os residentes com o reforço da higiene urbana em algumas freguesias mas, logo a seguir, percebemos pelas suas palavras, que o benefício destes residentes era apenas um efeito colateral, visto que, e cito, um dos pontos sensíveis relativos ao grau de satisfação dos turistas, diz respeito à limpeza urbana, portanto, não é a resolução dos problemas dos residentes, mas a satisfação dos turistas. Mas mesmo esse efeito colateral, as ruas limpas serão limpas para os turistas e para os residentes, esse efeito colateral é muito reduzido, porque depois soubemos que, afinal, esse investimento era de 900 mil euros até 2019, isto representa, Senhor Presidente, 2% da receita da taxa turística, que seria aplicada na higiene urbana, para satisfazer os turistas e, naturalmente, os residentes também.-----

----- Senhor Presidente, os efeitos do turismo na cidade não se refletem apenas na higiene urbana, como sabe, têm efeitos profundos na habitação, na mobilidade, no comércio local e em tantas outras vertentes, que fazem deste território uma cidade. Por isso, o Bloco de Esquerda, tem defendido que a receita da taxa turística não pode ser gerida pelos hoteleiros, e pelos protagonistas do turismo na cidade, em benefício próprio, mas sim gerida pelo Município para que existam um critério de compensação e equilíbrio entre a atividade turística e a vida na cidade. Essa seria uma decisão corajosa e que este executivo não quer tomar, é um erro, e a cidade sai prejudicada. ----

----- Senhoras e Senhores Deputados, estas são as linhas marcantes deste executivo para 2017, mas gostaríamos também de comentar as Grandes Opções do Plano para a cidade de Lisboa 2017/2020 documento que iremos votar, aliás, já de seguida. -----

----- É esse o documento que concretiza a estratégia política do executivo para a cidade, é a sua visão e é a sua Proposta. São 38 páginas com os 5 grandes eixos para a cidade de Lisboa, mas lido o texto, com cuidado e interesse, constatamos que já o lemos anteriormente e, na realidade, são 38 páginas fotocopiadas *ipsis verbis* do Programa de Governo para a cidade de 2013/2017, feito em 2013 por António Costa.--

----- Senhor Presidente, mais valia terem enviado uma folha A4 a dizer grandes Opções do Plano 2017/2020 por favor, ver programa do Governo 2003/2017, seria mais fácil e o planeta agradeceria. Dirá, com certeza, que as linhas estratégicas 2013, são exatamente as mesmas e, por isso, fotocopiou o documento do Presidente António Costa, feito em 2013. Aceito, com certeza, que o diga, mas parece-nos um erro político, e por 2 razões que passo a explicar. -----

----- A 1ª é material, fotocopiar um documento de 2013 corre o risco de referir coisas que já estão feitas ou coisas que disse que iria fazer e não fez, mas que agora vai fazer. Mas justiça seja feita, algumas coisas, poucas, é certo, disse que iria fazer e fez, mas torna-se ridículo, às tantas, ler, como na página 20, no ponto 4, que vai, e cito, ‘implementar o plano de integração à pessoa sem-abrigo, colocando em funcionamento a unidade de atendimento para a pessoa sem-abrigo, cujas instalações estão escolhidas e em fase de adaptação’.-----

----- Senhor Presidente, digo-lhe, em 1ª mão, que isto foi inaugurado em Janeiro de 2015 pelo Senhor Presidente António Costa, já passou, pode riscar do seu documento das grandes Opções do Plano, ou na página 27 escrever que vai executar o Jardim da Praça de Espanha, no quadriénio 2014/2017, já devia ter sido feito passou o prazo, na mesma página, escrever que vai realizar a requalificação do eixo entre o Marquês e o Campo Grande e que estas intervenções serão faseadas, obras faseada no eixo central? a que é que se refere exatamente o Senhor Presidente? Que obras são estas que vai fazer entre 2017/2020 e que são faseadas? Isto recorda-nos alguma coisa que se passa no coração da cidade neste momento. -----

----- Mas há um 2º problema com estas Grandes Opções fotocopiadas, é um problema político mais grave, é que a cidade mudou nos últimos 4 anos, e mudou muito, existem novos problemas, novos desafios, novas necessidades, que querem novas respostas e novas políticas, e o que lemos é que as ideias são as mesmas. Em 2013, definir um rumo e um programa, que na sua maioria, diga-se, ficou por cumprir, e em 2017 mantém-se precisamente a mesma estratégia, é preciso repensar a cidade, ler os novos problemas e encontrar novas soluções, lançar novos desafios que cumprem o direito à cidade para todos e para todas, e que vão além do festim efémero do *Web Summit* ou da *Night Summit*. Criar condições para fazer de Lisboa uma cidade cosmopolita e que responde, também, pelos direitos essenciais de quem cá quer viver, trabalhar, estudar ou simplesmente visitar. -----

----- A estratégia que nos propõe com este Orçamento para 2017, e com estas grandes Opções do Plano, não respondem pelo que deviam responder, não há nada de novo, são só fotocópias, votaremos contra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Outro mundo é possível. Esta frase que ouvi em muitas cidades do mundo e, felizmente, a semana passada pela voz jovem Diretor do novo Centro de Saúde da Baixa, parceria em que a Câmara Municipal se envolveu, corajosamente, com a ARS, desde 94, e temos, pois, que só dar o excelente trabalho feito pelo Presidente, pelos Vereadores, pelos Técnicos do Município, nesta área, na Câmara Municipal. -----

----- Ficamos, assim, com a esperança trabalhada que este formidável contrato-programa será integralmente cumprido, a tal frase, amplifica todo o conceito base progressista dos documentos agora em análise, uma outra cidade tem sido possível, uma outra cidade será possível. -----

----- Saliento, novamente, a importância da facilidade de leitura deste documento, que potencia, repito, já o disse várias vezes aqui, um tipo de relação entre a Câmara Municipal de Lisboa e os munícipes. Talvez pudéssemos chamar a isto a literacia cidadã. -----

----- Estes Orçamento e Plano, têm, como sabemos, grandes áreas de intervenção no apoio à vida dos munícipes, das várias faixas etárias e estádios socioeconómicos, das famílias e do tecido empresarial, o humos da nossa cidade. -----

----- A nossa avaliação política é, Lisboa é, como sabemos, o Município com a política fiscal mais favorável na Área Metropolitana de Lisboa, e recordamos, e já foi

falado, o IMI, o IRS, a Derrama, e salientaria aqui, particularmente, um dado muito importante, o pagamento a pronto a fornecedores, esta marca ficará, certamente, na história da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Na habitação pública, o investimento é o maior em 40 anos, o Programa de Renda Acessível, o Lisboa Para Todos, atinge, fundamentalmente, a classe média, portanto, pomos fim ao argumento que, sempre a Câmara Municipal protege, e apenas, os mais desfavorecidos. Estes espaços habitacionais e não habitacionais, os equipamentos de proximidade, complementam-se garantindo um modelo holístico de vivência urbana previsto no PDM. -----

----- Aqui falamos, naturalmente, de uma coisa muito importante, que é a proteção aos jovens, a proteção na ação, porque falamos também na proteção da maternidade, e tudo aquilo que os jovens podem trazer à cidade, no prazer no bem de conviver e de viver. -----

----- O programa promove, pois, reabilitações em zonas centrais da cidade e redefine o conceito de residencialidade, como fator de política de coesão social, cria-se, portanto, pertença, e de qualificação da própria vida urbana. -----

----- Bem, relativamente à taxa turística, insistimos, este é o fundo, e há, conduz ao desenvolvimento de um fundo turístico, a receita será aproximadamente de 15 milhões, mas graças a parcerias estabelecidas, nesta área, este investimento poderá ser incrementado de 45 mil milhões, de 45 milhões, perdão. -----

----- Este fundo financiará, para além da óbvia promoção turística específica, vários e decisivos e marcantes projetos como, por exemplo, o Museu Judaico ou as Lojas com História. -----

----- Também a propósito do fundo de mobilidade urbana de Lisboa, ontem foi acordada a passagem da Carris à Câmara Municipal de Lisboa, e quando o Ministro do Ambiente entrega, simbolicamente, uma chave ao Presidente da nossa Câmara abrem-se 2 portas: a da vertente social de transporte público e a da sustentabilidade ambiental. As receitas provirão, como sabemos, do estacionamento público da cidade, do IUC, das multas de trânsito. -----

----- Já falámos da alteração dos estatutos da EMEL e saliento aqui a importância do serviço público e desta estratégia camarária de política social. -----

----- Este modelo de gestão descentralizado de Serviço Público de Transportes alterará decisivamente, acreditamos, a vida quotidiana de todas e todos aqueles que utilizamos o transporte público. -----

----- Vou só citar este formidável exemplo do alargamento isenção aos meninos até 12 anos, sabemos que nos últimos anos, há crianças e pré-adolescentes que caminham para a escola largos quilómetros porque, pura e simplesmente, os pais não têm dinheiro para pagar o transporte. -----

----- Saudar ainda, vivamente, o lançamento do programa de qualificação para adultos, o analfabetismo é ainda grassante no nosso país, e a taxa ainda é grande, e apoiar a integração da população imigrante. -----

----- A nível dos direitos sociais, citaria apenas, que há aqui um desejo de coesão e participação no percurso de construção de uma cidade inclusiva, com caminho a um

futuro que será este, enfim, já foi citado e é particularmente caro, as pessoas sem-abrigo, e o formidável programa que está aí. -----

----- Para terminar, como hoje é dia de reflexão em modo economia sei que há o Sporting, mas de qualquer maneira hoje é dia de reflexão e modo economia, permito-me citar Thomas Piketty: ‘todos os cidadãos deveriam interessar-se pelo dinheiro, pelo seu peso, pelos factos e pelas evoluções que os informam. Aqueles que detêm grandes quantidades não se esquecem de defender os seus interesses, a recusa em contar, raramente defende o jogo os mais pobres’. Os textos em apreço, e particularmente nas grandes Opções do Plano e do Orçamento, aprofunda-se esta mudança de paradigma de construção de uma cidade que terá que continuar a ser a nossa Lisboa, a Lisboa que almejamos, solidária, inclusiva de e para todos, esse outro mundo é possível. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “E a propósito, eu queria solicitar que ficasse escrito na Ata, relativamente à Proposta que votámos há pouco, a 607/CM/2016, sobre a EMEL, que Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim não tomou parte na votação por estar impedida por razões profissionais. Deve ficar registado na Ata.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017/2020, o Grupo Municipal do CDS-PP vai votar contra, por considerar que o documento em apreciação não tem como principal prioridade responder às necessidades e interesses dos lisboetas, nem gerir eficazmente as contas do Município. -----

----- Quando a saúde financeira do Município parece estar a equilibrar-se, tornou-se mais tendencioso desperdiçar e o CDS-PP não alinhará com desperdício financeiro e gestão ineficaz dos dinheiros públicos. -----

----- Relativamente aos documentos em apreciação, gostaríamos de elencar alguns elementos menos claros que merecem ser esclarecidos. -----

----- Começo por referir o valor atribuído à taxa turística com que a Câmara Municipal espera arrecadar cerca de 15 milhões de euros. Porém, segundo consta, por afirmações anteriores, que aqui hoje já foram referidas, a Câmara arrecada 15 milhões, mas espera realizar 45 milhões de euros, em investimento municipal, resultado das parcerias a estabelecer com o setor do turismo. Porém, não sabemos bem quais são as parcerias e como foram calculados os 45 milhões de euros. -----

----- Com o aumento do número de turistas na cidade de Lisboa, estranhámos, também, que o valor da receita inscrito, seja o mesmo que consta na Proposta de Orçamento para 2016, ou seja, apesar de se bater um novo recorde do número de turistas, a receita prevista continua a mesma, ou é um lapso, ou estamos perante uma sobrevalorização da receita intencional. -----

----- Relativamente às receitas extraordinárias, sabemos que assentam na contínua venda do património não estratégico, com base numa lista que, entretanto, e, após muitos pedidos, até já foi apresentada à Assembleia, mas para uma maior

transparência de informação, entendemos que seria relevante que a Câmara Municipal esclarecesse, previamente, quais são os imóveis que pretende alienar em 2017. Contrariamente ao discurso anterior, que defendia que a venda destes imóveis servia para a amortização da dívida, agora não é assumido propósito da venda do património, o que só nos leva a assumir que servirá para financiar as obras eleitorais a decorrer na cidade.-----

----- Constatamos, também, que as receitas correntes estão sustentadas no aumento dos impostos diretos e das taxas, multas e outras penalidades, no entanto, vejamos em detalhe os números e as expectativas.-----

----- O IMT apresenta uma subida de 23,6 milhões de euros, admitindo que o mercado imobiliário continua a crescer, parece-me que este incremento de 17,4% é uma estimativa demasiado otimista. A Derrama cresce 5,6 milhões de euros, os indicadores macroeconómicos, como, por exemplo, o crescimento do PIB, não sustentam um aumento de 11,2%. As coimas e as penalidades por contraordenações, têm um incremento de 6,2 milhões de euros, em 2015 foi orçamentado em 5 milhões, ora, ao analisarmos a execução orçamental de 15 de Outubro 2016, encontram-se cobrados 2,5 milhões de euros, não havendo explicação, no relatório, para o aumento tão significativo, e que não se compreende como se alcançará, agora, uma receita de 11,5 milhões de euros.-----

----- As receitas de capital estão, quase na sua totalidade, refletidas na rubrica outras receitas de capital. O montante de 135,4 milhões de euros orçamentados nesta rubrica, representa 17,5% do total da receita, ou seja, 17,5% do total, não sabemos qual a origem. -----

----- No relatório do Orçamento, à semelhança do ano anterior, não é disponibilizada qualquer informação sobre a composição deste valor, apesar de se admitir que nele estejam incluídos o valor da venda dos terrenos da Feira Popular, por exemplo, consideramos fundamental que seja apresentada em maior detalhe. -----

----- Em outras receitas de capital está inscrita, também, a verba de 135,4 milhões de euros mais 33,4 milhões de euros que o Orçamento de 2016, como dizia há pouco, que era 102 milhões de euros, em Outubro era possível ver que, deste valor, só foram cobrados 1,2 milhões de euros, o que dá uma execução orçamental pouco superior a 1%, questionamos a que se devem, então, este aumento no presente Orçamento e quais os critérios utilizados para este cálculo. -----

----- A senha avassaladora, com que este executivo socialista resolveu taxar os lisboetas e os seus visitantes, em matéria de impostos, mostra como a previsão da receita entre 2014 e 2017, há um aumento de 30,5%. Em matéria de taxas e taxinhas entre 2014 e 2017 há um aumento de previsão da receita de 104%, este saque ao contribuinte é uma verdadeira pedra de toque de fanatismo ideológico da esquerda. ----

----- Do lado da despesa corrente observamos que existe uma comparação com o ano anterior, um aumento de 26,4 milhões de euros, de 5,6% e nas despesas de capital, um acréscimo de 24,8 milhões de euros, respeitante a 9,9 de aumento.-----

----- Salientamos que as rubricas de aquisição de bens e de serviços, que sofre um aumento de 7,2 milhões de euros, respeitante a 5,5%, com o acréscimo de 2,8 milhões

de euros, na rubrica estudos e pareceres, bem com o acréscimo de 3,9 milhões em trabalho especializados. Também as transferências correntes aumentaram 8,2%, sendo de destacar a verba de 4,2 milhões de euros, dedicada apenas ao fundo de mobilidade urbana. -----

----- Estranhamos, e não posso deixar de referir que quando, recentemente, o CDS-PP apresentou uma Proposta de alteração à Proposta de Orçamento para 2017, em sessão de Câmara Municipal, para o aumento da devolução no IRS para 3,75%, em vez dos 2,5% que correspondia a uma devolução de cerca de 15 milhões de euros aos cidadãos, a maioria socialista rejeitou, com base em argumentos que a medida era eleitoralista. -----

----- Por último, gostaria de deixar umas notas quanto ao tão publicitado Fundo de Mobilidade Urbana de Lisboa, que agora começa a ganhar forma na sequência do memorando de entendimento para a gestão da Carris. Será importante perceber e ter conhecimento de qual a estratégia de rejuvenescimento para a gestão da Carris, e quais os custos efetivos destas gestão, a médio e longo prazo. -----

----- Como já todos sabem, o CDS veria com bons olhos a concessão privada da Carris, uma vez que a mesma traria, indiscutivelmente, menores custos de funcionamento e de investimento para este importantíssimo operador da cidade, com efeitos diretos e imediatos para os contribuintes e utentes. -----

----- Além da componente financeira, e melhor serviço da Carris ao utilizador, é impossível dissociar a gestão do Metro, bem como a gestão dos transportes numa ótica não somente do concelho, mas numa lógica integrada com toda a Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- E por falar em Metro, desconhecemos a posição da Câmara Municipal quanto ao nível de serviço que, como sabemos, está a degradar-se, dia após dia, por falta de recursos, como foi patente, recentemente, na semana do *Web Summit*, é contínua e sistematicamente objeto de todo o tipo de críticas por parte dos utentes, até à data nem uma palavra. -----

----- Mas resumindo, as opções estratégicas do Orçamento de 2017 são, praticamente todas, o essencial dos problemas de manutenção do *status quo*, e a redução da dívida tem sido conseguida apenas pela redução de ativos do seu património próprio. Evitam-se concessões sobre aquilo que não é propriedade da Câmara Municipal, mas vendem-se bens patrimoniais, com a qualificação de que não são estratégicos, o que revela um grande paradoxo. -----

----- Os valores referidos no documento para o desenvolvimento, investimento e emprego, são ínfimos para aquilo que se pretende, e longe do que é desejável. -----

----- Entendemos que as diversas componentes das linhas marcantes, portanto, a Política Fiscal e Tributária, o Fundo de Mobilidade Urbana de Lisboa e o Fundo de Desenvolvimento Turístico, devam ser explicitados na sua estratégia, na sua vertente quantitativa também. Pelo que temos observado no nosso dia-a-dia, em Lisboa, a dita qualidade de vida tem vindo a degradar-se e este Orçamento é o reflexo da não evolução da nossa cidade, e por não concordarmos com esta estratégia, votamos contra. Disse.” -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Reunimos hoje para discutir as estratégias de desenvolvimento da cidade, que o Município pretende implementar para o ano de 2017. Mesmo não acompanhando algumas das políticas do Município, não podemos negar que, para já, se encontra numa situação financeira equilibrada e sustentável. -----

----- Porém esperamos que a passagem da gestão da Carris para a esfera da Câmara Municipal de Lisboa, não venha a comprometer a situação financeira do Município. Apesar do Ministro do ambiente ter referido, e passo a citar ‘a dívida histórica da empresa mantém-se no Estado’, o Partido da Terra mantém as suas reservas. -----

----- De referir que a Carris é um meio de Transporte que serve outros Concelhos além de Lisboa, e como tal as medidas apresentadas deveriam ter sido pensadas a uma escala metropolitana, e não à escala local. Por outro lado, mesmo que a empresa venha livre do seu passivo, não sabemos na realidade em que condições ela virá, até porque é do conhecimento geral, que esta empresa é bastante deficitária quanto à sua viabilidade financeira, digamos de outra forma uma verdadeira geringonça.-----

----- Estamos perante um Orçamento bastante ambicioso, não fosse 2017, ano de eleições autárquicas. Num total de 775 milhões de euros, assentes no pilar dos impostos diretos e indiretos cobrados a todos os que vivem, trabalham ou visitam Lisboa, à qual ainda acresce a alienação de Património Municipal, e contra os quais o Partido da Terra sempre se manifestou. -----

----- Apesar de já me ter expressado sobre as Propostas de política fiscal, não posso deixar de falar na Taxa Municipal de Proteção Civil, contra a qual o Partido da Terra sempre se manifestou, devido ao facto desta representar uma dupla tributação sobre os proprietários, visto que incide sobre o IMI.-----

----- O MPT defende que esta taxa, deve ser eliminada ou, em alternativa, suportada pelo Estado. Porém, enquanto esta taxa não for abolida, sugere-se que a CML disponibilize publicamente, por exemplo, na sua plataforma *on-line*, informação sobre, onde, como e quanto é investido o dinheiro proveniente desta taxa, para que os lisboetas possam acreditar no real destino deste imposto. -----

----- Senhor Vereador, a política fiscal do Município deve ser clara e simples de entender por parte dos munícipes, e não é isso que se tem vindo a verificar. -----

----- São taxas e mais taxas, que apenas servem para fazer perder a consciência de um sistema fiscal atrativo para o desenvolvimento da cidade e atrair mais pessoas e empresas.-----

----- Para terminar a análise do Orçamento, não podemos deixar de referir duas notas: Primeiro, elogiar o 6º eixo estratégico deste Orçamento ‘valorizar o trabalho e o trabalhador do Universo Municipal de Lisboa’. Porém, existem algumas questões que têm de ser apontadas, designadamente, o porquê do decréscimo de 139 postos de trabalho comparativamente a 2016, quando há aumento em cerca de 8.9 milhões de euros em despesas com pessoal. -----

----- Segundo, lamentar que apesar das sugestões já apresentadas em discussões anteriores, não tenha sido possível incluir no Quadro 2 – Resumo do Orçamento do

ano de 2016 por capítulos económicos, o que permitia uma melhor compreensão do Orçamento.-----

----- Caros Presentes, em relação às grandes Opções do Plano, verificamos como já referido, que as suas linhas estratégicas são um *copy paste* dos dois anos transatos, não evidenciando assim, a estratégia que o Município tem para o período 2017-2020.--

----- Passando a questões mais concretas, constata-se que quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, este apresenta na Rubrica A3 – Cidade Segura, uma subida de 6.982 milhares de euros, o que corresponde a um investimento municipal três vezes superior, quando comparado a 2016.-----

----- Sendo o Partido da Terra, um partido de cariz humanista e ecológico, é com agrado que verificamos e saudamos o aumento de 2.083 milhares de euros no Eixo C - Lisboa inclusiva, Rubrica C3 - Direitos sociais, face a 2016, e o aumento de 7.424 milhões de euros no Programa D4-Cidade Ecológica, que contribuirá para a consolidação do Corredor Gonçalo Ribeiro Telles.-----

----- Quanto ao Plano Anual de Atividades para 2017, para além de ser omissivo em relação a alguns projetos, por exemplo, Feira Popular, é bastante confuso, ou seja, quando se olha para as verbas não se consegue enquadrar essa análise política nos projetos vertidos no Orçamento.-----

----- Em suma, importa salientar que dos documentos em discussão, resulta, um Orçamento bastante ambicioso quanto à receita em resultado do aumento brutal de impostos que recaem sobre as famílias, e uma estratégia baseada em meras intenções, fruto da falta de capacidade de execução desta maioria, que tem vindo a perder cada vez mais competências para as empresas municipais, sobretudo para a EGEAC e SRU, para não falar do esvaziamento da Vereação da Cultura para o ATL.-----

----- Face ao exposto, não podemos acompanhar positivamente o documento. Disse.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma nota inicial que o Grupo Municipal do Partido Socialista quer deixar, e repetindo também aquilo que já foi dito, o reconhecimento ao Vereador com o pelouro das Finanças, à sua equipa técnica, aos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa pela extensão dos documentos apresentados, por toda a informação dada, pela resposta a todas as dúvidas, de todas as forças políticas, que apresentaram, num conjunto de reuniões que houveram, da foram mais clara e completa possível, e pela ampla discussão havida com todos os Vereadores a mostrar o que pretendem fazer no próximo ano, conforme disse há pouco, na qualidade de relator do Parecer, foi, sem dúvida nenhuma, o Orçamento que teve mais tempo de discussão, que teve mais reuniões de discussão na Assembleia Municipal, nos últimos anos. Um trabalho sempre melhor que a Assembleia Municipal, ano após ano, vai sempre fazendo. -----

----- A Proposta de Orçamento para 2017, é um Orçamento que serve para investir na cidade, que serve para criar futuro a Lisboa, é um Orçamento de equilíbrios, é sem megalomanias que prevê a aquisição de ativos para cidade, como edifícios na baixa, como terrenos em áreas onde se quer expandir a cidade, ativos que devem passar para a esfera da Câmara Municipal, ao mesmo tempo que a câmara tem receitas da venda

de outro tipo de ativos que, como não são estratégicos, não servem para que a Câmara construa a cidade pode também obter este tipo de receitas. -----

----- Um Orçamento que, ao mesmo tempo que encontra recursos financeiros, tanto a nível de verbas com verbas de capital próprio, como também com o empréstimo do BEI que discutimos na última sessão, tem investido, também, na cidade, em obras que todos concordam, em obras que a cidade, que a população reclama, há muitos anos, com mais habitação Municipal, como temos aqui muitos exemplos de pessoas que vêm pedir, como plano de drenagem, para evitar cheias quando chove mais, ao mesmo tempo que encontra esse tipo de mecanismos financeiro, amortiza a dívida, dívida antiga, com custo mais alto, que tem um *spread* mais alto, e consegue-se, assim, baixar a dívida legal invisível, que é algo que a oposição não reconhece, mas olhando para os números, rapidamente se apercebe de que é um facto.-----

----- Um Orçamento com um aumento de receita corrente, não por aumento daquilo que é percentagem dos impostos, como vimos há pouco, mas parece que há ainda alguma oposição que não percebe isso, mas pelo aumento daquilo que é a atividade, daquilo que é a cidade de Lisboa, pelo aumento daquilo que é a dinâmica de investimento privado, cada vez maior, também em Lisboa, e é por isso mesmo que tem um reflexo no aumento do IMT, pois há cada vez mais pessoas com interesse em adquirir imóveis na cidade de Lisboa, há cada vez mais empresas que têm cada vez mais interesse em se instalarem em Lisboa, criando postos de trabalho, criando riqueza que têm resultados melhores, o que faz aumentar a Derrama, mesmo com um conjunto de isenções, que há pouco eu falei e que, por isso mesmo, que devido ao tipo de isenções que Lisboa tem, mostra que, são cada vez mais, um conjunto de empresas grandes que pagam Derrama e que aumentam, também, a Derrama, e que isso acontece, porque Lisboa está uma está uma cidade cada vez mais bonita, uma melhor cidade para investir, com os melhores padrões mundiais, que tem sido um esforço que este Executivo Municipal tem feito, obra após obra, mesmo quando é criticado por fazer muitas obras, por intervir em muito sítio, por resolver muitos problemas, também da cidade, como se houve, muitas vezes, nesta casa.-----

----- E do lado daquilo que é a despesa, vem que a despesa corrente aumenta um pouco, mas aumenta em rubricas de pessoal, pois atualmente há a possibilidade legal de repor cortes que, erradamente, muitos funcionários tiveram, nos últimos anos, de contratar mais pessoas para áreas que necessita de reforços, há muitos anos, e esse aumento também é devido à maior atividade da Câmara Municipal de Lisboa, prevista nas GOPs, o que faz com que, logicamente, tem de haver mais investimento e mais despesa.-----

----- Mas, se analisarmos a despesa corrente, com as mesmas atividades de anos anteriores, chegamos à conclusão, que os custos fixos da Câmara Municipal de Lisboa estão a baixar, muito devido a melhores processos de compras públicas, e muito devido a uma gestão com mais cuidado. -----

-----Uma palavra sobre o conjunto de Empresas Municipais que, atualmente, estão perfeitamente equilibradas, como há pouco, tivemos um *slide* que mostrou a todos, pelo facto de a Câmara Municipal de Lisboa, atualmente, mandar fazer obras sem o

devido contrato programa, com um conjunto de instrumentos financeiros adequados, que faz com que, um conjunto de Empresas Municipais, recebem as verbas para equilibrar o seu ciclo de exploração. Se a Câmara Municipal sempre tivesse feito o que faz agora, não tínhamos tido a necessidade de ver o conjunto de enormes défices que, no passado, as Empresas Municipais tiveram em 2006, 2007, até ao ano 2009, também 2010, e que demorou anos a recuperar. É uma máxima em gestão, basta um ano ou 2 para afundar uma Câmara Municipal, para afundar uma Empresa Municipal, mas é necessário muitos anos para recuperar, financeiramente, essa Câmara Municipal, para recuperar financeiramente o conjunto de Empresas Municipais, e Lisboa é um bom exemplo relativamente a isso mesmo, e foi por isso que, também, há pouco, tivemos aqui o Partido Socialista a defender a Proposta sobre a EMEL. -----

----- Permitam-me, por tudo aquilo que tenho ouvido, e por aquilo que foram um conjunto de intervenções que tivemos aqui, de falar do fundo municipal de mobilidade da passagem da Carris para a gestão da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- O CDS já disse que considera que a Carris devia ser privada, de forma a que um conjunto de privados acabassem com carreiras que não fossem rentáveis, de forma a irem buscar autocarros à Alemanha, em 2ª mão, porque era uma forma de conseguirem poupar o investimento que tinham que fazer. -----

----- Mas aquilo que quero aqui realçar, é a alteração do paradigma de perceber que há empresas que têm uma missão social, que têm que ser geridas com o máximo rigor, com melhores padrões de gestão, mas têm uma missão social e, por isso mesmo, a maximização de receitas tem que ter em conta isso, logo, tem que haver mecanismos, ano após anos, para pagar esse défice corrente e, no caso da Carris será pago por esse fundo Municipal, será pago usando receitas do Imposto Único de Circulação, de receitas do estacionamento do automóvel particular, o automóvel individual, para serem investidos no transporte público, no transporte para todos, e garantindo que a empresa tenha resultados equilibrados, resultados de saldo líquido próximo de zero, também garantindo o investimento ao longo do conjunto dos anos, incluindo este tipo de investimento, que é necessário, a comprar novos autocarros, a renovar frota, a fazer a manutenção devida. -----

----- Esse tipo de investimento tem que ser incluído naquilo que é a despesa corrente do ano, entre aspas, porque é só a melhor maneira de conseguir explicar, porque de um ponto de vista técnico, não é correto, mas para garantir que não se criem elefantes brancos, com dívidas que ficam para os nossos filhos, e isso é prática que é incorreta. -

----- Foi o que aconteceu com a Carris durante décadas, e é pior, é a maneira de se criar motivos, muitas vezes, para se vender a privados, entidades públicas a ir criando défice, e a melhor maneira de defender o conjunto de serviços que têm que ser públicos, e fazer aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer com a Carris e com este fundo.-----

----- Com as devidas alterações, até porque são fundos diferentes, o mesmo se aplica ao Fórum Municipal do Turismo, mas não vou aqui referir-me, já que o Senhor Vereador, há pouco, teve oportunidade de explicar de uma forma mais longa. -----

----- Vendo o que está previsto nas várias opções do plano, vemos que a estas GOPs respondem, por exemplo, ao plano daquilo que é a habitação municipal, de requalificação dos bairros municipais, não com varinhas mágicas, como às vezes se pede aqui que se faça, mas com realismo, como por exemplo, o Programa de Renda Acessível de Lisboa, para todos, o Programa aqui é há mais bairros, os BIP/ZIP que são também aprovados todos os anos, num total de 27,7 milhões de euros. -----

----- As GOPs, há uma aposta clara a nível da educação, que vem de anos anteriores, com a continuação da requalificação do parque escolar, com a construção de mais creches, com a escola nova, com o Programa B.a.BA, com o esforço em ação social escolar, com o escalão A e B a terem refeições gratuitas e material escolar que, para mim, como Presidente de Junta de Freguesia, e conhecedor de um conjunto de realidade locais, é das apostas mais importantes que se podem fazer, no investimento em educação de mais de 32 milhões de euros, sem contar com a despesa corrente que o Departamento de Educação tem. -----

----- Ao mesmo tempo que Lisboa se afirma cada vez mais na senda mundial como uma cidade inovadora e tecnológica, não com grandes investimentos financeiros, mas investindo em boas ideias, com as várias atividades com o próprio ecossistema empreendedor, que está previsto, com a *hub* do Beato, se me permitirem fale também disso, não tenho dúvidas que vai permitir atrair cada vez mais empresas, criar mais postos de trabalho qualificados. -----

----- Ou para falar no espaço público, numa praça em cada bairro, com a continuação daquilo que é as obras na frente de Rio, que é a melhor forma de permitir uma cidade melhor para quem cá mora, uma cidade com mais qualidade de espaço público em cada bairro, e não só, num conjunto de áreas centrais, e é a forma, também, de conseguir gerar mais receita, porque é a forma de, obviamente, de ter uma cidade que vai acabar por ter mais pessoas que venham para cá, que compram mais, que têm um aumento de IMT, que faz com que a receita de Derrama aumente, e esse ciclo que, muitas vezes, a oposição insiste em não conseguir compreender. -----

----- Concluo, e o meu camarada Hugo Lobo vai ter oportunidade de se referir a mais alguns pontos relevantes para o Partido Socialista, não tem? -----

----- De uma forma sintética concluo, de uma forma muito clara dizendo que este debate sobre o Orçamento, sobre o plano de atividades para o para a cidade, o debate havido em Câmara, mostram uma diferença enorme entre este próprio Executivo Municipal, que tem Propostas para a cidade de Lisboa, que é criticado por fazer obras, como muitas vezes se ouve aqui, que quer e que tem uma estratégia de futuro, e a oposição, nomeadamente a oposição à direita, acusa também *faits divers* para não discutir nada, que critica sem Propostas alternativas realistas, que agora parece que não gosta nada de impostos, mas durante anos no Governo da República teve uma postura completamente diferente, que tem um passado desastroso nas finanças da Câmara Municipal de Lisboa e, por isso mesmo cria nébulas sobre a excelente performance financeira do Município de Lisboa. -----

----- E o último ponto que tenho aqui que referir, é a questão da Taxa de Saneamento, que não é taxa, que é tarifa, que há pouco o PSD levantou, porque mostra mesmo

aquilo que é a confusão que fazem para tentar enganar, e que o PSD, várias vezes faz. Até porque sobre a tarifa de resíduos de saneamento, é importante reter que resulta de, fundamentalmente, no imperativo legal, de um conjunto de Recomendações que a ERSAR, em cumprimento das orientações do Governo do PSD e do CDS, em 2014, fez à Câmara Municipal de Lisboa, até porque a Câmara Municipal de Lisboa foi dos últimos Municípios que aplicou esse tipo de orientações, e a forma de aplicação da taxa, ou da tarifa, para ser correto, não é de acordo com a vontade da Câmara Municipal de Lisboa, mas de acordo com uma lei, a lei 10/2014, e que, mesmo que Lisboa quisesse baixar a tarifa, a ERSAR podia não permitir, como tal, não é uma opção exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E mesmo assim com o conjunto de condicionalismos todos, que há pouco referi, Lisboa tem o 5º valor de tarifa mais baixo e, como tal, acho que o Senhor Vereador tem que mostrar mais vezes o conjunto de gráficos, que mostra que há muitas pessoas que ainda não tiveram o tempo necessário para compreender bem a informação que a Câmara Municipal tem a passar. Com isso, concluo, disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos prosseguir. Senhores Deputados, vamos entrar na 2ª ronda, temos dois Senhores Deputados inscritos, e depois temos ainda mais 2 Senhores Deputados inscritos, extra, para a 3ª ronda. São 2 Senhores Deputados do PSD na 3ª ronda. -----

----- A Mesa está a ver se conseguimos chegar ao fim dos nossos trabalhos ainda na sessão de hoje, como estava previsto. Sei que há Senhores Deputados um pouco impacientes, por razões alheias aos nossos trabalhos, mas, naturalmente, não podemos deixar de permitir que todos usem da palavra, quando a ela têm direito, portanto, pedimos apenas o esforço de contenção, na medida do possível.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu antes de entrar na intervenção propriamente dita, tenho que constatar aqui uma evidência. Por toda a simpatia que tenha pelo Senhor Vereador das Finanças, a verdade é que o Senhor Vereador das Finanças comporta-se nesta Assembleia, e comporta-se, também, em sede de Câmara, muitas vezes, como uma pessoa que tem o estigma de esquerda, uma fixação à direita. -----

----- Vossa Excelência, claramente, não é carne nem é peixe, porque foca-se no ataque à direita, mas é a defender a esquerda, e da esquerda, que também leva, exatamente, as mesmas críticas.-----

----- E Senhor Presidente, não farei, também, qualquer maldade com as várias referências de *copy-paste* dos anos anteriores, que fazem carregar de areia este camião, a que Vossa Excelência chamou as Grandes Opções do Plano, até porque convenhamos não vai ser agora que a cidade vai passar de 53 para 24 freguesias, isso já tem 3 anos. Parece que foi ontem, mas já foi há 3 anos. Aguardo, também, com enorme antecipação o compromisso dos novos GABIP e os novos territórios BIP-ZIP. Já assim foi há 2 anos, e o ano passado. Estou convencido que desta vez é que é. -----

----- Se vossa Excelência o permitir deixarei aqui alguns reparos, direi mesmo alguns contributos que, apesar de temer que lhe dê o mesmo caminho que todos os outros contributos do PSD para o Orçamento, o de ouvidos de mercador, ficam aqui para memória futura. -----

----- Começo por referir a brilhante ideia da criação do programa de certificação de ruas. Estou certo que será precedido da total transferência de competências de gestão e manutenção do espaço público para as Juntas, ou então, de total remissão dessas mesmas competências para a Câmara Municipal. Isto porque, de nada servirá às Juntas de Freguesia varrer e lavar as ruas, se a Câmara não recolher o lixo, ou a EPAL não reparar as fugas, e é desmoralizador para as Juntas, verem o seu *rating* prejudicado por outras entidades que interferem no espaço público. Isto a não ser, claro, cada interveniente tenha classificação individualizada. -----

----- Quero também sugerir-lhe uma medida para poupar dinheiro nessa mesma opção, Senhor Presidente, escusa de gastar dinheiro a contratar uma entidade independente para avaliar o estado das ruas., já a temos, chamam-se moradores, já ouviu falar deles? Eles avaliam regularmente. -----

----- Quero também alertar para um outro erro que poderá fazer Vossa Excelência gastar muito dinheiro. Não percam tempo, nem percam dinheiro a georreferenciar ecopontos, por forma a saber qual a quantidade de lixo que contêm, vou partilhar um segredo que, pelos vistos ainda não sabem na Câmara, georreferenciar diz onde estão, não o lixo que têm, e não gastem mais dinheiro, também, a fazer essa georreferenciação, porque indico-vos, de borla, um dos sítios onde eles já estão. Nos *geodados* a plataforma de dados abertos georreferenciados da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Fiquei, igualmente, sensibilizado por indicar que vão oferecer mais meios de remoção de dejetos caninos às Juntas de Freguesia, aguarda, então, que nos digam quando os podemos ir levantar e, assim, substituir os que nos tinham entregue em mau estado em 2015. -----

----- Quero alerta, aqui entre nós que ninguém nos ouve, que Vossa Excelência e provavelmente o Senhor Vereador das Finanças, não deviam estar nas GOP a incentivar economia paralela. -----

----- Não sei se resulta de uma qualquer condicionante dos seus amigos de geringonça contra o capital, e entre as regras de mercado transparentes, mas incentivar, montar negócios de venda informal, como exemplos do que deve ser um empreendedor na cidade de Lisboa, está longe do que julgo ser um modelo promovido por uma capital da Europa desenvolvida. -----

----- Por outro lado, Senhor Presidente, vejo com muita satisfação que o repto que lhe lancei de revermos o Regulamento Municipal de Cargas e Descargas lhes mereceu respetiva inclusão nas GOP 2017. -----

----- Alerto também para o facto de estar aqui a anunciar o arranque de um projeto inovador, mas que, na realidade, já está em implementação. Uma Praça em Cada Bairro já não vai começar, Senhor Presidente, já está em curso, não se comete essa injustiça com o Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Outra questão que me preocupa é alguma eventual falta de ambição face a alguns bons resultados que a cidade já alcançou. Vossa Excelência refere que ambiciona construir um centro de Congressos, assim para o grandito, ou de maior dimensão, como se refere nas GOP, acrescentando que precisa de espaços para 5 mil pessoas.-----

----- Deixe-me recordar-lhe, Senhor Presidente, que o *Web Summit* teve 10 vezes isso, há menos de um mês, e olhe que o PEDI quer 80 mil para o próximo ano. Quer a quem tem o próximo ano. Já que estou a falar do PEDI, julgo que Vossa Excelência devia pedir desculpas ao Senhor Deputado Magalhães Pereira, é que o Senhor Deputado Magalhães Pereira o tem alertado, sistematicamente, para o mau uso de estrangeirismos nas suas comunicações, quase que antevendo que veio a acontecer recentemente, eu percebo que no PS de Inglês técnico impera, mas registre que as pontes não se fazem, constroem-se, a única coisa que fez aqui foi má figura, naqueles placares, para a cidade de Lisboa. -----

----- Deixei para o fim, os transportes, e aqui tenho que fazer uma breve referência ao momento simbólico do dia de ontem, na Carris. -----

----- Aqui Lisboa está de parabéns, e vossa Excelência também, ontem demos um passo importante para uma efetiva gestão da mobilidade na cidade de Lisboa, como aliás, tenho defendido aqui várias vezes. -----

----- As medidas anunciadas pelo Senhor Presidente da Câmara, e com elas, passou a ter todas as condições para melhorar, dramaticamente, a mobilidade na cidade de Lisboa. Reforçando, assim, a utilização dos transportes públicos, a redução dos automóveis na cidade e com isso, o aumento da velocidade média de circulação em Lisboa. Se isso não acontecer? Ainda assim alerta para que esta gestão da mobilidade peca por incompleta, pelo facto de ainda não gerirmos o Metropolitano. Estou convencido que o Senhor Presidente, o Senhor Primeiro-Ministro irão resolver, rápida e energicamente, a passagem do Metro para a Câmara, como fizeram com a Carris, pois era esse o desígnio que apontaram ao anterior Governo.-----

----- Em suma, Senhor Presidente, venho aqui alerta a de que a sua camioneta traz muita areia e espero que faça uma gestão com mais rigor dos dinheiros públicos do que o rigor com que nos brindou nas suas GOP. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Completando, a intervenção do Bloco de Esquerda a que é agora falar sobre o com o mapa de pessoal. -----

----- O Executivo Camarário considera em matéria de mapa de pessoal ‘que se propõe para 2017, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Lisboa nesse ciclo de gestão’ e isto pese embora que dos 9.952 postos de trabalho previstos (-139 face a 2016; variação de -1,4%); só 7.271 postos de trabalho estão ocupados (-85 face a 2016; variação de -1,2%), em que 6.534 são ocupados por trabalhadores em contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, comissões de serviço, nomeações e outras situações, e 737 ocupados por trabalhadores em mobilidade inter-



carreiras, inter-categorias e na mesma categoria em atividade diferente, acordo de cedência de interesse público (ACIP) e mobilidade de outros organismos;-----

----- Embora consideremos positivo que o executivo mantenha a sua promessa de ter ou manter 2.125 postos de trabalho cativos (-91 face a 2016; variação de -4,1%); consideramos, no entanto, que a reorganização administrativa da cidade trouxe naturais tensões e até instabilidade laboral (embora a Câmara diga o contrário, nomeadamente em sede do Relatório da Reforma Administrativa) ainda bem presentes nos trabalhadores envolvidos.-----

----- O Bloco de Esquerda, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República tem pugnado, pelo: -----

----- ‘(...) o seu regresso, mediante requerimento, quando o Município de Lisboa abra concurso para contratação de pessoal na respetiva carreira. Com efeito, não se justifica que a Câmara Municipal de Lisboa endosse unilateralmente trabalhadores para as freguesias, para depois abrir concursos de admissão de pessoal para a mesma carreira. Nestas situações, e caso seja essa a vontade dos trabalhadores transferidos, estes devem poder regressar automaticamente ao quadro do Município de Lisboa. Por outro lado, estabelece-se a possibilidade de regresso destes trabalhadores, mediante a sua simples manifestação de vontade, decorridos que sejam 5 anos da sua transferência, fixando-se prazo para o exercício deste direito para que não se criem constrangimentos à gestão de pessoal pelo Município de Lisboa.’ -----

----- O Bloco de Esquerda insistirá, em todas as frentes, para que os direitos dos trabalhadores do Município de Lisboa envolvidos no processo de reorganização administrativa da Cidade sejam justos e efetivos e que nas políticas de proximidade ao munícipe, sempre procurou dar aos trabalhadores, elementos centrais da reforma administrativa, fatores de confiança e de ‘segurança no vínculo’, através de apresentação de Propostas que a maioria chumbou. -----

----- Por outro lado, verifica-se que 556 postos de trabalho continuam vagos (+37 face a 2016; variação de 7,1%). -----

----- O que nos leva ao reconhecimento sempre feito em sede de intervenção nos relatórios da reforma administrativa da positividade do compromisso da CML para a abertura de um concurso de admissão em desenvolvimento visando preencher vagas com contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado que mesmo assim ainda se revelaram insuficientes.-----

----- Continuam por resolver: -----

----- 1. A mobilidade Inter-carreiras, pois existem 175 pedidos de mobilidade, aos quais acrescem 38 trabalhadores em mobilidade efetiva. Não se apontando porém soluções concretas e definitivas para a resolução destes 213 casos.-----

----- 2. Abertura de novos concursos, face às carências várias, nomeadamente, ao nível das Oficinas de Reparação e Manutenção Mecânica (do DRMM) e no setor da Limpeza Urbana.-----

----- E muito mais há a fazer, a trabalhar para encontrar as melhores situações para as mobilidades inter-carreiras; -----

----- Para a ausência de um plano anual de contratação; -----

----- Para os assuntos relacionados com a melhoria de condições de trabalho; até aos pagamentos de todos os montantes devidos aos trabalhadores acidentados, às folgas acumuladas e ainda por gozar dos trabalhadores transferidos para as Juntas de Freguesia, entre outros. -----

----- Só adotando políticas que correspondam às necessidades do trabalho, a Câmara poderá dizer que ‘os trabalhadores são o principal recurso para a Câmara Municipal de Lisboa (...)’ ao mesmo tempo que dizem compreender ‘a importância estratégica dos recursos humanos (...)’. -----

----- Nesta perspetiva um desafio está colocado a todo o Município para que haja um combate efetivo ao trabalho precário, pois não existem quaisquer constrangimentos, como agora se diz, ao nível do Orçamento do Estado. -----

----- Mais do que palavras são precisos atos efetivos! Vamos a isso! Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Compete-nos hoje proceder à análise e discussão da Proposta de Orçamento. Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal, fazendo-o agora em prazos compatíveis com a plena assunção destes instrumentos financeiros desde o primeiro dia do Ano a que respeita, em cumprimento das determinações da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- Pela última vez aliás, este Orçamento apresenta-se-nos submetido a uma organização fantasiosa, em torno de conceitos relativos e não absolutos, estabelecidos com o único e aparente objetivo de dificultar ou mesmo impedir a comparação fundamentada entre os sucessivos exercícios. -----

----- Tais conceitos, aqui designados Eixos, não constam do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais-POCAL, como também não constarão, espera-se, da nova estruturação contabilística a implementar no ano próximo. E é mera reminiscência da falhada Carta Estratégica da cidade de Lisboa, sendo claramente inadequada a insistência em conceitos vagos e primários, incapazes de suscitar um mínimo de consenso. -----

----- A habitual Nota de Abertura, vem agora substituída por umas Linhas Marcantes do Orçamento e Plano, mais um exercício de propaganda comicieiira, do que outra coisa qualquer, em vez de ser esclarecedora do enquadramento do processo e da estratégia orçamental adotada. No respeitante ao Plano então, trata-se de um mero copiar-colar. -----

----- O que não é disfarçável é o resultado do enorme aumento de tarifas, taxas e tachinhas aprovadas no ano anterior, nomeadamente no Saneamento e em Resíduos Urbanos, representando estes relativamente a 2008 um acréscimo brutal de 60%, sendo esse o ano/padrão de cálculo por ser o 1.º Orçamento desta gestão camarária, ora plasmada e replicada no próprio Governo de Portugal. -----

----- Também em Receitas Correntes se assiste a aumentos relevantes, prontos para serem despendidos nas vésperas das próximas eleições Autárquicas, estando estabelecido um aumento de 24,3 milhões de euros, só no IMT, mais 23,6 milhões euros. -----

----- Este peculiar exercício orçamental vem, aliás, de novo marcado por uma flagrante ilegalidade que consiste no desrespeito pelo previsto na Lei do Orçamento de Estado, elaborado pela mesmíssima força política que há anos domina a Câmara Municipal de Lisboa, onde se estabelece ser de 46 milhões de euros a dotação máxima para a Venda de Bens de Investimento. -----

----- Ora só o valor da Hasta Pública para alienação dos terrenos da Feira Popular é de 135,7 milhões de euros e então integra-se a diferença, ou parte dela, na rubrica fantasma de Outras Receitas de Capital, no código 13 do Orçamento, sendo certo que estas rubricas têm, ou pelo menos deveriam ter, um carácter meramente residual, o que condena este Orçamento ao fracasso legal. -----

----- Também várias Propostas subsequentes à aprovação dos instrumentos orçamentais em sede de Câmara, representam despesas não refletidas no Orçamento, o que fere diretamente a Lei dos Compromissos e por mais que se declare que se procederá à sua inserção na 1.<sup>a</sup> Alteração Orçamental, é uma situação completa e absolutamente contrária à Lei. -----

----- Do lado da Despesa tudo cresce. Crescem as Despesas Correntes em mais de 25 milhões de euros, cresce a despesa por habitante a enormidade de 18,5 euros, crescem os subsídios à EGEAC e crescem as verbas para o Plano de Atividade em quase 4,5 milhões de euros. -----

----- Mas estranhamente, não cresce de forma concomitante a dotação para Processos Judiciais, não obstante a ameaça que representam para Lisboa, as mais recentes decisões do Tribunal Arbitral, não esquecendo também que o Município já principiou o pagamento prestacional do respetivo Acordo Prévio em 6,5 milhões de euros. -----

----- Constata-se por outro lado que o Saldo de Gerência previsto para o ano em curso será de 56,2 milhões de euros, mantendo-se um nível de verbas em Tesouraria insolitamente elevado que ultrapassou até o montante de 140 milhões de euros em Maio passado. Menos se entende, assim, a necessidade e racionalidade de estabelecer o Empréstimo BEI, submetendo a cidade de Lisboa a obrigações prestacionais relevantes ao longo de 20 ou 30 anos, quando é certo que os 50% do valor total do investimento a que a Câmara se obriga adicionado aos elevados saldos disponíveis, seriam claramente suficientes para cobrir boa parte desses investimentos. Pelo menos, dariam com certeza para o aumento do capital social da EMEL, em contado fresco, em vez de integrar dívidas já comprometidas, só com efeito contabilístico. -----

----- Senhora Presidente, qual a essencialidade então de proceder ao Empréstimo BEI, sobre o qual aliás nem se conseguiu um imprescindível Pacto de Regime, não obstante as promessas feitas e as grandes e duradouras responsabilidades para Lisboa? -----

----- Jogos de máscaras, nuvens de fumo, análises laudatórias, mistérios que a verificação das contas facilmente desvenda. -----

----- Este Orçamento é de novo e portanto uma oportunidade perdida para Lisboa, não contribuindo para dar aos que habitam e trabalham na nossa cidade o que verdadeiramente precisam. -----

----- Não concordamos, Senhora Presidente, e não o apoiaremos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Irei verter algumas considerações sobre o este Orçamento da Câmara, nesse caso não posso deixar de referir, em termos comparativos com o Orçamento de 2016, em vigor, que este e que este e que o executivo tem planos ambiciosos em ano eleitoral, tudo certo e que e verificámos esse desiderato, contudo não se afigura que tal Orçamento seja exequível, tal como se retira da execução orçamental de 2016, que fica aquém do orçamentado. -----

----- Ora vejamos, nas opções estratégicas para 2017, no ponto um do quadro síntese que, aliás, o Senhor Vereador, para além de ter mostrado na Comissão de Finanças também teve a gentileza de o fazer neste hemiciclo, refere-se como sendo prioritário desta Câmara, e passo a citar, ‘manter o investimento na qualidade de vida dos lisboetas’, máxima que estamos todos de acordo, para tanto, no âmbito de tão almejada qualidade de vida, mais uma vez, o Senhor Vereador refere nesse quadro síntese qualidade de vida, plano de drenagem de Lisboa, 17 milhões. Acontece que, desde 2011 a 2016, e aqui faço um breve parêntesis, é preciso não esquecer que este executivo e os anteriores, foram P S, portanto, como o Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre pareceu esquecer quando falou em relação aos períodos de 2007, 2008, 2009 e 2010, esquecendo-se que, desde 2007 que a câmara é gerida pelo PS. -----

----- Portanto é só aparte, e voltando agora o assunto que se me afigura ser de relevância acontece que, desde 2011 a 2016, que a câmara pode executar o plano de drenagem de Lisboa, uma vez que tendo saldos de gerência elevados superiores a 100 milhões de euros sendo que, em Maio deste ano, verificou-se um saldo de tesouraria na ordem dos 141 milhões de euros, contudo, em relação ao plano de neste espaço temporal, apenas houve uma execução financeira de 0,28 milhões no período referido 2011 a 2016, então questiona-se o porquê de não haver sido aproveitado, em benefício da cidade de Lisboa, o excesso de saldo, será que por não ter visibilidade, estar a ser deixado para depois de concluídas as obras visíveis? Decisão que põe em risco a cidade e os seus municípios, como se constatou com as intempéries de 2014 e 2015. Acontece que tal desiderato vem endividar atualmente o Município por mais 20 anos, como se constatou na recente aprovação de empréstimo, quanto poderia já estar resolvido.-----

----- Também noutro ponto, não posso deixar de lembrar este Executivo, a bem dos trabalhadores, o que se encontra vertido na rubrica 0101.11, na parte que concerne as despesas de representação com o valor de 652,342 euros. Isto referente a 2017, sendo que em 2016, houve uma verba atribuída de 617,698 euros, pergunta-se, o acréscimo de despesa na mencionada rubrica resulta da queda do acréscimo de cargos de chefia ou direção? Ou simplesmente de aumento no abono concedido a quem exerce o cargo de chefia? Atente-se que no Orçamento de Estado para 2017 não se encontra contemplado acréscimo nos abonos a atribuir a cargos de chefia, não se esquecendo que esta Câmara e, principalmente, do Senhor Vereador das Finanças, que se deve ter que como bitola o Despacho conjunto número 625/99, o que se nos afigura não ter sido considerado, e mais, a fim de evitar constrangimentos legais, há que ter em

atenção o número 2 do artigo 24º da lei, 49/2012, de 29 de Agosto, não se esquecendo que é da competência desta Assembleia, a aprovação da Proposta com a despesa contemplada no Orçamento de 2017, como aconteceu num passado recente, em que foi esquecida a competência desta Assembleia para aprovação da respetiva despesa, peso o facto de também no ano de 2015 e 2014 haver sido inscrita no respetivo Orçamento. Disse.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou tentar ser rápido, começando por aqui, por uma questão de metodológica, eu confesso que não consigo perceber, ao fim de tanto reuniões, de tantas Comissões, de toda a disponibilidade para podermos prestar todas as declarações, até fora das Comissões, como é que chegamos aqui, com perguntas tão específicas algumas, que seriam muito fáceis de explicar, mas que não vai haver aqui nem tempo, nem oportunidade, nem faz sentido, depois de tantas reuniões de Comissão, portanto, só encontro uma explicação para isto, aliás, duas. Uma pode ser de desorganização interna, e teremos toda a compreensão para isso, de parte de algumas forças e, por outro lado, a vontade de não ser esclarecido e trazer para aqui um conjunto de questões que depois não podem ser esclarecidas aqui. -----

----- Lamento, o Município não regateou esforços para que todos pudessem estar mais esclarecidos possível, portanto, não compreendo a metodologia que algumas forças políticas estão a utilizar sobre esta matéria. -----

----- Relativamente à receita, tentando agora ser telegráfico, indo aqui a 3 ou 4 pontos que são os mais importantes, para depois o Presidente poder fechar a sessão. -----

----- Eu relativamente à receita ficou claro, em todas as discussões, que a receita que aumentava é a receita de IMT e a receita de multas e outras penalidades, em face até de uma reivindicação, muito querida desta Assembleia, de algumas forças políticas em particular, que tem a ver, nomeadamente, com o funcionamento dos radares, nomeadamente, com outra ação policial, muito mais eficaz e, portanto, é isso que está aqui refletido no Orçamento, por isso, fizemos, estamos a fazer um investimento em mais recursos humanos nesta área, e isso tem que ter um reflexo, evidentemente, orçamental, do lado da receita sob pena de a nossa eficácia não ser a desejada, é isso que está em refletido. -----

----- O IMT, o que é que estão a sugerir? Que nós recusemos o dinheiro que o IMT gera para o Município? Certamente não será isso porque, aliás, qualquer uma das forças aqui presentes votou o IMT na Assembleia da República, nos moldes em que ele hoje existe. Certamente não estarão a pensar que o Município recusa o IMT que lhe é devido e, portanto, também não percebo esse óbice. -----

----- Quanto ao resto, não há um cêntimo de aumento em nenhum imposto, em nenhuma taxa. Não consigo perceber as vossas questões, a não ser, evidentemente, os que decorrem da própria atividade económica que, felizmente, está a melhorar e a cidade beneficia disso, não tem nenhum impacto ao nível das famílias, o nível dos municípios e, ao contrário da vossa vontade, os únicos impactos crescentes que temos aqui, são impactos que são sobre outras pessoas que não os municípios,

nomeadamente, a taxa turística, contra a vossa vontade, é preciso sublinhá-lo, contra a vossa vontade. -----

----- Relativamente a um conjunto de questões que tiveram com o quadro de pessoal, a descida, a nossa aposta no serviço público é evidente, só não a vê quem não a quer ver, não temos nenhuma vontade de privatizar, concessionar, alienar, a não ser aquilo que seja, de facto, estratégico para podermos fazer mais investimento público, e o quadro de pessoal reflete isso mesmo, esta baixa que estão aqui a verificar, e que algumas forças políticas assinalaram, decorre daquilo que são os cativos, nomeadamente, das Juntas de Freguesia, que estão cá, enquanto as pessoas não falecerem, infelizmente, enquanto as pessoas não mudarem da Administração Pública para outra, ou melhor das Juntas De Freguesia para outra entidade qualquer. -----

----- Isso veio a acontecer em 100 e tal casos e é só por isso que os números baixam, porque nós estamos numa política ativa de rejuvenescimento do Município em várias áreas, na área dos cantoneiros, como todos sabem aqui e, portanto, escusamos de estar a dizer sempre as mesmas coisas, porque, de facto, isso não corresponde à verdade, novos bombeiros, novos cantoneiros, a possibilidade de novas mobilidades, assim como, nós todos esperamos, que o Município tenha a possibilidade, através desse descongelamento do Orçamento de Estado, de poder fazer essa nova política de rejuvenescimento dos seus próprios quadros e de capacitação dos seus próprios quadros. -----

----- Eu, relativamente, há outra questão que eu não consigo perceber, que esta questão tem a ver com o fundo de turismo, o Fundo de Desenvolvimento Turístico, há neste Fundo de Desenvolvimento Turístico, um conjunto de medidas que são claramente de compensação, mas nós também o afirmámos, desde o início, e sublinhamos, o Senhor Presidente, de forma extraordinariamente ativa, que nós pretendemos o Fundo Turístico como Fundo de Desenvolvimento Turístico. Eu não consigo perceber o Bloco de Esquerda, e os postos de trabalho? Não contam aqui? Os postos de trabalho que o turismo gera de imensos jovens, que não tinham atividade profissional e que puderam ter, podemos falar precaridade e temos que melhorar isso, com certeza, mas não havia postos de trabalho e como o desenvolvimento turístico e com este acentuar do desenvolvimento turístico, vamos criar novos postos de trabalho, isto não conta na equação? Claro que conta! Claro que nós estamos decididos a que conte, e claro que nós vamos incentivar que conte. -----

----- Quanto à mobilidade, o Senhor Presidente, certamente, o fará muito melhor do que eu, quanto a outras receitas, já expliquei, não posso admitir, não posso admitir aqui nesta Assembleia, é falso que tenha havido algum de saque aos municípios, olhem primeiro para dentro das vossas casas, do ponto de vista partidário, os Governos do PSD e do CDS esmifraram o país. Nos vossos Municípios continuam as esmifrar, temos as melhores políticas tributárias e fiscais, e os Senhores não são capazes de reconhecer isso, por miopia política, por tentar enganar os municípios, só pode ser esse o objetivo. Vão lá às vossas Assembleias Municipais, tentem lá convencer o vosso coordenador autárquico a baixar mais os impostos em Cascais, essa é que seria uma boa política, esse seria um excelente contributo que os Senhores estariam a política

portuguesa, não enganem os munícipes sobre impostos, não enganem, os impostos Lisboa são os impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa, ponto! Não vale a pena enganar mais as pessoas chega, chega, chega chega.-----

----- Bem, eu já não já não posso gastar mais tempo, e tenho de terminar, e tenho que terminar para dizer... Eu ouvi-os com toda a atenção, com toda a tranquilidade, eu sei que o que eu digo vos dói, nomeadamente, dói e rajem, senão não reagem...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, interrompeu no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhores Deputados, não há diálogo, o Senhor Vereador está no uso da palavra. Senhor vereador, desculpe, e Senhor Deputado Luís Newton, Senhor Deputado Magalhães Pereira, não há diálogo com o Senhor Vereador quando ele está com o uso da palavra. -----

O Senhor Deputado Luís Newton não tem, neste momento, o uso da palavra. Os Senhores Deputados, se quiserem usar da palavra, pedem a palavra, têm tempo, pedem a palavra. Não há diálogo com a bancada. A bancada da Câmara ouviu-vos e agora está a responder. -----

----- Eu não posso consentir isto, os Senhores Deputados querem usar da palavra, pedem para usar da palavra. Eu não posso consentir isto, os Senhores Deputados podem protestar, pedem a palavra e protestam, é tão simples quanto isso.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, retomou a sua intervenção: -----

----- “Os Senhores estão habituados a que tudo o que apareça pela direita tem prioridade, mas não é assim aqui, Os Senhores acham que tudo o que vem pela direita tem prioridade, não vai ser assim, e connosco não vai ser assim. -----

----- Não! A questão aqui muito importante, deixem-me também sublinhar. Os Senhores deixem-me dizer, e para terminar, eu vou-me já calar, e os Senhores terão toda a oportunidade, os Senhores confundem luta política, pode-me deixar terminar por favor? -----

----- Os Senhores confundem luta política com, eu não falei aqui, eu não fui, eu não disse, eu não disse aqui nada que vos possa ofender individualmente, deixem-me terminar se faz favor...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, interrompeu no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Isto assim não é possível! Assim não é possível! Eu vou ter que interromper a sessão, os Senhores Deputados ficam todos à espera que haja condições para o Senhor Vereador acabar. -----

----- Eu lamento, mas não pode ser! Não pode ser! Os Senhores Deputados falaram, nós todos ouvimo-nos uns aos outros, democraticamente, o Senhor Vereador está no uso da palavra.-----

----- Senhor Vereador, peço-lhe que seja conciso e que possa pôr fim à sua intervenção, os Senhores Deputados que se sentem incomodados, podem pedir a palavra porque ainda têm tempo, e ficaremos aqui até acabar debate ou até haver quórum, vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, retomou a sua intervenção:-----

----- “Muito bem, só para terminar, a questão da esquerda e direita e vou continuar a afirmar que a esquerda e a direita aqui, as políticas de esquerda e as políticas de direita e o Senhor, eu percebo que os Senhores, durante anos, tentaram dizer que era tudo igual, mas não é! E nós vamos mostrar que não é, com atos e com palavras e com atos.-----

----- Deixem-me dizer, que é muito difícil ouvir que nós tivemos 10 anos de possibilidade de atuar e de fazer uma grande parte das coisas que estamos a fazer hoje.

----- É verdade, são 10 anos à frente da Câmara, os primeiros anos foram para limpar o que estava errado para trás, foi para limpar as contas do Município, foi para deixar o Município na situação que está hoje, para hoje podemos fazer os investimentos, e isso os Senhores não podem escamotear, e têm que contar com isto na equação. É difícil ouvir, eu sei que é difícil, eu sei, eu sei.-----

----- É que os Senhores tinham 500 milhões de euros de dívidas a fornecedores, os Senhores tinham 340 dias de prazo médio, mais de 340 dias prazo médio de pagamento. Os Senhores tinham a Câmara Municipal de Lisboa à beira do colapso financeiro, e agora é difícil perceber que, de facto, nós não estamos assim, é muito diferente, e temos a possibilidade de fazer coisas diferentes, o que os Senhores têm a dificuldade de explicar é, de facto, isto, é que têm um passado que tentam ocultar, tentam bloquear o futuro da organização do Município de Lisboa, da cidade de Lisboa, quando têm atitudes como as que tiveram sobre o BEI, em que tentam bloquear aquilo que é a capacidade de investimento, no plano geral de drenagem, na reabilitação e na habitação social, e agora vão ter dificuldade de explicar isso, e eu estarei cá para vos assinalar cada Proposta em que vocês votaram contra ela, e que o Município não teria possibilidade de a executar se não fosse essa esse empréstimo que os Senhores votaram contra. Muito obrigado e peço desculpa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta questão aqui Senhor Presidente, que me traz agora a fazer esta intervenção, tem a ver, não com uma questão daquilo que, no final do dia, nos divide que é, sobretudo, as perspetivas diferentes sobre a forma de gestão camarária, e as divergências que podemos ter na forma como interpretarmos e analisamos informação que nos é dada. O que aqui me preocupa é a que, eu consigo ter divergências com todos os Vereadores, o Senhor Vereador das Finanças tem sido particularmente interessante, porque ele tem usado desta postura de *bullying* político constante, no âmbito do confronto, que tem uma tradução muito interessante que é: eu posso discordar do Senhor Vereador e hei de sempre discordar do Senhor Vereador, o que eu não posso aceitar, tenho alguma dificuldade em aceitar, Senhora Presidente, é que o Senhor Vereador, utilize termos que, de alguma forma, não só não são corretos, mas, sobretudo, não são adequados para o debate político.-----

----- E eu termino com esta reflexão, Senhora Vereadora, a este mecanismo de divisão que é criada no discurso, esta agressividade que ultrapassa aquilo que são, do meu



ponto de vista, as regras da lealdade no confronto político e que muitas vezes passa lá para fora, são estas questões que muitas vezes geram os *Trumps* da vida e, portanto, o mecanismo divisório daquilo que, de facto, nos divide e nos separa é particularmente diferente e deve ser debatido aqui dentro, é a forma, muitas vezes, como isso é feito, que eu acho que foge àquilo que é o princípio debate político. -----

---- E para terminar, Senhora Vereadora, a Senhora Presidente, dar-lhe só nota do seguinte: a razão pela qual eu reagi quando o Senhor Vereador referiu, fez o ataque ao Partido Social Democrata, e sabem os Senhores aqui que, muitas vezes, não tenho partilhado das mesmas posições, mas há uma coisa que tem que ser dita, Senhora Presidente, é que o Senhor Vereador critica e ataca violentamente, o Partido Social Democrata, mas o Senhor Vereador agradeceu, com certeza, o dinheiro que veio dos terrenos do aeroporto do Partido Social Democrata. Muito obrigado.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Senhores Deputados, vamos perseguir, eu pedia um pouco da vossa, enfim, capacidade de contenção para conseguirmos prosseguir e terminar o debate, O Senhor Deputado já se exprimiu democraticamente e assim vamos continuar. O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para encerrar o debate, se fazia favor.”-----

---- **O Senhora Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Eu estava a ouvir o Vereador João Paulo Saraiva e pensei, aliás, não intervir dado o brilhantismo da última intervenção que ele proferiu. Mas ainda assim, porque é da praxe o Presidente da Câmara intervir nesse encerramento aqui direi.-----

---- Este é o último Orçamento que iremos apresentar neste mandato, e este Orçamento mostra bem o que tem sido o sucesso da governação da cidade nos últimos anos.-----

---- Nós entramos no último ano do mandato, com as contas equilibradas e não deixa de ser notável que esta realidade tão central, tão importante e tão decisiva consegue hoje ser reconhecida por uns, mais do que por outros, mas por regra na casa, hoje todos dizem as contas em Lisboa estão bem estão em ordem. -----

---- Não é nunca demais frisar a importância, deste facto, porque este não é um facto normal na história e na vida da cidade, e lembrou bem o Senhor Vereador, quando há muito poucos anos atrás, uma cidade na bancarrota era absolutamente incapaz de dar resposta às necessidades básicas dos munícipes, de servir adequadamente serviços públicos da sua responsabilidade às populações, era incapaz de investir no futuro e era, aliás, incapaz até de assegurar um mínimo da dignidade institucional da capital do país. -----

---- 10 anos depois do início deste longo trajeto recuperação, não deixa de ser um gosto ouvir dizer, constatar, as contas da Câmara de Lisboa estão bem. -----

---- Conclusão deste debate é que nós entramos no último ano deste mandato com este Orçamento, com os impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa e uma das cargas fiscais mais baixas de todos os Municípios do país. É que por mais que os Senhores Deputados tentem, uns porque verdadeiramente ainda não perceberam a

diferença entre taxas de impostos e receita fiscal outros, aliás, por que tentem objetivamente iludir os munícipes, a verdade é que Lisboa tem dos impostos e das taxas mais baixas que pode cobrar na Área Metropolitana de Lisboa e que os aumentos de receita advêm do que é o dinamismo da atividade económica e a criação da taxa turística, que muitos, aliás, aqui se opuseram. -----

----- E é por isso que nós chegamos ao último Orçamento com uma grande conquista política. A conquista de nós termos os mais baixos impostos de toda a Área Metropolitana, vamos chegar ao fim de uma legislatura completa com os impostos mais baixos da Área Metropolitana e seguimos o quadro legal que a lei nos impõe relativamente às taxas e, por razões próprias do Município, e por boa gestão que o Município faz, conseguimos apresentar as quintas taxas mais baixas do conjunto dos 18 Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- A 3ª conquista, Senhora Presidente e Senhores Deputados, é que nós conseguimos ter contas em ordem, conseguirmos ter os impostos mais baixos e das taxas mais baixas, e estarmos num ciclo de fortíssimo investimento na cidade de Lisboa. É que nós não estamos a conseguir estes resultados financeiros a reduzir o investimento ou a prestar piores serviços. Não, nós estamos a avançar na resolução dos problemas da cidade, nós estamos a avançar na resolução dos problemas crónicos que a cidade teve durante décadas, nós estamos a avançar no investimento e na recuperação dos serviços fundamentais que a cidade que tem que prestar aos seus munícipes e conseguirmos este feito, não é um feito pequeno, contas equilibradas redução da dívida, impostos baixos, investimento em alta.-----

----- Eu desafio os Senhores Deputados de todos os partidos a encontrarem, num Município ou na governação, quem se possa orgulhar deste feito. E por isso, eu quero deixar aqui uma palavra particular, o Vereador João Paulo Saraiva e a toda a equipa da Direção de Finanças, não só por este Orçamento que apresentam, mas pela gestão que têm conseguido assegurar à frente das Finanças do Município de Lisboa, porque a situação que nós estamos aqui a assegurar, ao contrário de uma voz que eu longinquamente ouvi numa última assembleia, não se trata de qualquer ato sorte, trata-se de um trabalho, de uma estratégia que tem sido levada a cabo com grande perseverança e com grande competência por esta governação, ao longo destes anos.----

----- E quero, Senhora Presidente e Senhores Deputados, assegurar que assim continuaremos. Continuaremos a gerir bem a cidade com a consciência de que a cidade está a mudar, de que a cidade está a evoluir, de que a cidade coloca novos desafios e que nós estamos atentos a esses desafios, seja na área do crescimento da economia e do emprego, seja na área da qualidade de vida, seja na área da coesão social, seja na área da abertura do cosmopolitismo, da cultura, em todas essas áreas, a cidade enfrenta novos desafios a que nós estamos a dar resposta.-----

----- E permitam-me a que responda a duas questões importantes e centrais, porque não terei tempo para ir a todas as muitas que solicitaram, mas que são duas. -----

----- O Senhor Deputado Ricardo Robles centrou-se sobre as questões da habitação, sobre a questão do Programa da Renda Acessível, reduzindo a política do Município a esse instrumento. Já tivemos muitas oportunidades de debater aqui as questões da

política da habitação. Afirmei sempre, desde o início, que nós estamos, no Programa da Renda Acessível, a lançar uma nova política de habitação, uma política que não existe no país, uma política pública que o país não construiu, estamos a construí-la desde o seu início, e quem não perceber a dimensão do que estamos a construir, a dificuldade o que estamos a construir, vai falhar, porque não vai estar à altura de nos ajudar a sermos bem-sucedidos. -----

----- Mas o que o Senhor Deputado não pode dizer é que a política de habitação do Município se reduz a uma política que estamos a construir. Não, não se reduz Senhor Deputado, eu vou-lhe dizer 4 coisas fundamentais, é que os munícipes em Lisboa, que residem nos bairros municipais da Câmara Municipal de Lisboa, construídos a custo por gerações de dirigentes da Câmara, funcionários, por políticas camarárias e nacionais, durante décadas passadas, as 60 mil pessoas que dependem desse arrendamentos, beneficiam hoje de pagarem menos 75 milhões de euros de renda nos bairros municipais, porque essa é a diferença da renda que é cobrada, à renda técnica daquele tipo de habitação. -----

----- Isso corresponde ao maior apoio de política pública que o país hoje existe, em matéria de habitação, dirigido um grupo particularmente importante da cidade, aqueles que são mais desfavorecidos e aqueles que precisam de habitação pública. -----

----- Senhor Deputado, isto não aparece em nenhum relatório, nenhuma parangonas, ninguém faz anúncios e placares com isto, mas nós sabemos que é esta a política, e conseguimos fazer isto, não à custa de uma GEBALIS endividada e desequilibrada, não, nós conseguimos fazer isto e reduzimos a dívida da GEBALIS e temos a GEBALIS equilibrada e capacitada para continuar a investir no futuro, mas a verdade é que, em Lisboa, a diferença entre aquilo que os munícipes pagam nos bairros municipais, face àquilo que pagariam, do que a lei determina na tipologia de habitações, são 75 milhões de euros, é esta verba, que não está inscrita neste Orçamento, mas que deveria estar, porque esta verba é um valor central do ponto de vista da política social do Município, na área em que ele tem mais direta responsabilidade, que é a política de habitação. -----

----- Senhor Deputado, mas não se deve esquecer, também, que nós temos, neste momento, em curso o maior programa de investimento na requalificação dos bairros municipais. Nós temos, neste momento, em curso 25 milhões de euros na reabilitação do parque habitacional municipal, que nós vamos chegar ao final deste mandato, com intervenções de uma parte muitíssimo significativa do nosso parque habitacional e, Senhor Deputado, diga-me só quantos Senhorios no país conhece que estejam a fazer o que a Câmara de Lisboa está a fazer? Quantos Municípios no país conhece que estejam a fazer como estamos a fazer? Senhor Deputado, e isso que vai ser agora, aliás, um tema muito interessante debate, vamos lá perguntar a administração central que investimento tem feito nos bairros que ainda têm aqui na cidade de Lisboa? O que nós estamos a fazer não tem paralelo na história recente do Município de Lisboa, precisamente, porque temos essas condições para investir. -----

----- Mas o Senhor Deputado não pode desvalorizar o investimento que estamos a fazer na resolução das alvenarias do Padre Cruz e da Boavista, e não é como o Senhor

Deputado disse assim, ‘não, vocês já estão há muito tempo no poder!’ ou ‘é uma medida’ não, não é uma medida. É que as alvenarias já lá estão há mais de 40 anos, só agora é que elas estão a ser substituídas. É que não é uma questão deste executivo, é uma questão de muitos executivos para trás, e o que está a acontecer aqui na requalificação da Boavista e do Padre Cruz é histórico em décadas, de recuperarmos a parte mais degradada do nosso edifício Municipal. -----

----- E Senhor Deputado não desvalorize, porque não pode desvalorizar, que nós chegaremos ao final deste ano, tendo entregue mil casas ao abrigo dos vários programas de habitação da Câmara. Mil casas são mil famílias que têm direito a uma habitação condigna por existir uma política ativa do Município. -----

----- Senhores Deputados, eu quero terminar, falando sobre mobilidade e transportes. Solicitei à Senhora Presidente que tivéssemos um debate próprio sobre esse tema, para analisar os e debatermos, em profundidade, o acordo celebrado entre o Estado e a cidade relativamente à gestão da Carris. Não posso, não me pronunciar aqui, sobre o mesmo, nesta primeira Assembleia. -----

----- E para dizer o seguinte, é verdade, Senhor Vereador, há mesmo uma diferença entre políticas de esquerda e políticas de direita na governação da cidade, eu sei que custa a muitos ouvir, eu sei que lhes custa, mas a verdade é que as diferenças estão cá e são muito grandes. E a grande diferença que existe entre a política de esquerda e de direita na cidade começa deste logo por quem nunca reconheceu a importância de ter um serviço público de transportes na cidade de Lisboa. -----

----- É que a verdade, é que se tivesse vingado a tese do Governo anterior nós, neste momento, tínhamos cristalizada, por uma década, uma situação de uma perda de 100 milhões de passageiros no metro e na Carris. E nós tínhamos consolidada uma orientação de corte na rede da Carris e de corte da operação do Metro e, em particular, na Carris que atingiria, como atingiu, os estratos mais desfavorecidos e carenciados da nossa cidade. Porque a verdade é que o corte da Carris que atingiu mais de 34 por cento da sua operação, não foi um corte que se realizou nas linhas lucrativas, não foi um corte que se realizou, que se distribuiu uniformemente pelo território, já isso teria sido mau, não, é que os cortes que se realizaram, foram cortes profundamente desiguais, do ponto de vista do acesso à mobilidade. -----

----- É que se formos perguntar a todos os nossos concidadãos que não residem no eixo do Campo Grande para o Rossio, mas que residem em Marvila, que residem na Ameixoeira, que residem na Ajuda, que residem em Alcântara, que residem em todas as zonas mais afastadas do centro da nossa cidade, é que nós vemos que foi aí que os cortes foram feitos, e se formos fazer as perguntas, vamos fazer a pergunta, é que os cortes não foram feitos só dia é que os cortes foram feitos à noite, e quando as pessoas precisam ter o meio de transporte para ir para um hospital. -----

----- E a verdade é que a direita no país, e a direita na cidade, não valorizou nunca o facto de termos o transporte público, e se tivesse vingado a tese do Governo anterior, o transporte público na cidade corria riscos de ter sido destruído. -----

----- Segunda questão, Senhores Deputados, que nos divide muito a esquerda e a direita. É que ter transporte público significa assumirmos a total consequência da

expressão ‘ter transporte público’. É que o transporte público não é um transporte que seja lucrativo, não pode ser, pela sua definição, não é sequer equilibrado do ponto de vista do seu conceito. O transporte público não vive das suas receitas tarifárias, em nenhuma cidade civilizada, o transporte público pode viver só das receitas que ele próprio gera, porque senão não tinha característica de serviço público, não tinha. É por essa razão que, na Europa, a média da receita tarifária para as receitas totais dos operadores de transportes públicos, está em torno dos 60%, e na Carris, por exemplo está em cerca de 90%, por uma razão, porque a oferta que nós hoje cá temos é uma oferta em baixa, é uma oferta que se consolidou nas zonas lucrativas em deterioração clara do serviço público. -----

----- Assumir que o transporte deve ser um transporte público, implica assumir que ele tenha um custo e que ele deve ser água em complemento a bilhética em complemento ao tarifário e que ele deve ser pago, em complemento à bilhética, em complemento ao tarifário e que deve ser pago encontrando outras fontes de financiamento. -----

----- Ora, isto é diferente ter empresas desequilibradas, é porque a história das últimas décadas e, em particular dos últimos anos, é de termos empresas desequilibradas, a prestar um mau serviço, ora é possível prestar um bom serviço e ter empresas equilibradas, é preciso, para que isto aconteça, é um ingrediente, é ter a coragem política de identificar a de assegurar que as empresas de transporte têm as receitas adicionais necessárias para poderem prestar um bom serviço. -----

----- Isto aqui leva-nos ao 3º ponto, é que não é de diferença, é que não é possível uma gestão adequada dos transportes públicos, em nenhuma cidade do mundo, afastada do que são os Municípios. Eu já aqui tive oportunidade de elogiar o anterior Governo pelo quadro legislativo que, à última da hora, deixou, em que atribuiu as competências da autoridade de transportes, dentro das circunscrições, aos Municípios. Porque a verdade é que, ainda hoje, até ao fim do período transitório que será em 2019, a Câmara Municipal de Oeiras, a Câmara Municipal de Cascais, a Câmara Municipal de Sintra, a Câmara Municipal de Loures, qualquer Câmara Municipal não define as suas redes que são operadas por operadores privados, era um Secretário de Estado que atribuía uma licença para um operador privado que construía os trajetos que entendia, mais pelas regras de financiamento do sistema, quanto menos serviço público o operador fizesse, mais o Estado lhes pagava. -----

----- Eu tive oportunidade de elogiar o quadro geral, com uma exceção, Lisboa. É que Lisboa estava excepcionada desse quadro, Lisboa era um dos 2 Municípios, Lisboa e Porto, que não tinham direito a gerir o sistema de transportes rodoviários dentro da sua zonas limítrofes e é isso precisamente que o acordo corrige, em 1º lugar, é que Lisboa vai mandar na gestão e na definição das prioridades da operação de transporte da cidade, e estas são diferenças de fundo entre a gestão de esquerda e de direita que eu queria aqui salientar. -----

----- Há depois, uma área de dúvida, entre a esquerda, por assim dizer, que é sobre o papel dos Municípios versus as Áreas Metropolitanas. Não há que ter engano, não há que ter receio, não há resposta para os problemas da mobilidade na cidade de Lisboa, se não houver uma gestão integrada do problema e das soluções a mobilidade na Área

Metropolitana, não há. Não há nenhuma solução que se possa confinar, do ponto de vista conceptual e prático, às fronteiras do Município, isso não existe. As pessoas não se deslocam na base duma... não há um muro à saída de Lisboa, e ainda bem.-----

----- O sistema de transportes tem de estar articulado e respondendo às necessidades de mobilidade dos cidadãos têm numa Área Metropolitana, num sistema integrado do ponto de vista da informação, da bilhética, do tarifário. Agora, esse é o desafio que nós temos que construir em conjunto com todos os Municípios vizinhos e com a Área Metropolitana e nós temos consciência disso, agora, isso não nos impede é de assumirmos que nós temos um papel para responder aos munícipes da cidade de Lisboa, pelo menos a melhorar o serviço até que todos nós possamos dar o passo em conjunto. -----

----- O acordo que nós assinámos não é nenhum obstáculo à integração e à resolução da questão da mobilidade a nível metropolitano, pelo contrário, é um 1º passo da solução, é um 1º passo da solução, porque deixar nas mãos do Estado, deixar nas mãos do Governo, da Administração Central, qualquer cor que ela seja, temporariamente, que seja gerida por qualquer cor que seja, é um erro estratégico, porque não tem em conta as necessidades das populações.-----

----- Apresentam outros, outro receio, não, mas o nível do Município há mais riscos para a concessão e para a privatização, Senhores Deputados, desafio-vos, na última década de governação do PS, um serviço que tenha sido concessionado ou privatizado, e peço-vos o exercício oposto, na governação do país digam-me uma área que não se tenha sido tentada privatizar ou concessionar. E os Senhores Deputados sabem bem, que se a operação tivesse efeito um ano antes, a este momento nós não estávamos a discutir a passagem da Carris para esfera da Câmara, estávamos a discutir um contencioso com um operador privado, mas com a probabilidade só daqui a 8 ou 9 anos, podemos ter uma palavra a dizer sobre o sistema de transportes. -----

----- O acordo que foi conseguido entre a Câmara de Lisboa e o Estado é um acordo histórico para a cidade por aquilo que nos vai permitir de fundamental. É pôr o transporte público no centro das políticas de cidade, a responder às necessidades das pessoas, a Área Metropolitana de Lisboa e a cidade de Lisboa é das capitais europeias e que o transporte público menos satisfaz as necessidades das pessoas, em que as necessidades de mobilidade têm que ser satisfeitas pelo automóvel ou por outras vias que não pelo transporte público.-----

---- Isto tem a ver com a estruturação da rede, tem a ver com o facto de termos pouca oferta, com o facto de termos uma oferta de pouca qualidade, tem a ver com o facto de termos tarifários elevados, tem a ver com o facto de nós não termos sistemas articulados uns com os outros, tem a ver com o facto de nós não termos interface a funcionar de forma adequada, ora todo este grande desafio de melhoria que hoje nós temos uma oportunidade para dar uma resposta positiva. -----

----- Não vamos resolver isso um dia para o outro, não vamos, não vamos resolver isto num ano, não vamos resolver isto sequer em 2, não vamos resolver isto sozinhos, mas nós vamos ter que construir uma grande e ampla coligação de todos aqueles que apostam na melhoria do serviço público, de transporte público, para sermos bem-

sucedidos, e tenho a confiança com a mesma capacidade que nós tivemos para apresentar os resultados, e a energia, e os projetos, e a iniciativa com que aqui chegámos, que nós vamos ser bem-sucedidos nesta nova, neste grande desafio que é gerirmos os transportes públicos da cidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Senhores Deputados, chegámos ao fim, naturalmente, esta questão relacionada com os transportes públicos, os Senhores Deputados não estão na posse do memorando que foi assinado, ele chegou-me às mãos quando eu cheguei aqui hoje, para esta sessão, já o mandei distribuir e, portanto, esta Proposta que o Senhor Presidente faz, de fazermos um debate sobre esta matéria, irei levá-lo à conferência de representantes, para acertarmos como é que isso se poderá fazer, mas, naturalmente, os Senhores Deputados têm que ver primeiro os documentos antes podermos discutir, para estarmos com igualdade de informação, pelo menos. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 600/CM/2016**, Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e a Tabela de Taxas de 2017. A Proposta n.º 600/CM/2016 foi **aprovada**, com os votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT não há abstenções, votos a favor do PS, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Senhores Deputados, obrigada por terem mantido aqui o nosso quórum hoje, para a semana não há reunião, a próxima reunião é no dia 6 de Dezembro-----

----- Antes disso irei convocar uma conferência de representantes, agora vou ver o calendário. -----

----- Muito obrigada a todos. Estão encerrados os trabalhos, por hoje.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----